

Plural

Revista da Associação dos Professores da UFSC - SSIND - Nº8 - Ano 5 - jul/dez 1996

ISSN 0103-9717

R\$ 10,00



***Globalização e
Neoliberalismo***

Apresentação

Mesmo tendo vivido nos últimos dois anos sob fogo cerado do governo neoliberal do ex-professor, ex-intelectual de esquerda, ex-exilado, Fernando Henrique Cardoso, o que nos deu muito trabalho, esta diretoria tem o prazer de apresentar a **Plural** n. 8. Com isto, estamos cumprindo, pela primeira vez, um dos objetivos iniciais da revista: o de ter periodicidade semestral e assim dinamizar ainda mais a vida acadêmica. Atingir este objetivo, mantendo a qualidade, não é algo fácil. Levamos cinco anos tentando e finalmente conseguimos.

Não poderia deixar de citar alguém que foi fundamental. Com seu trabalho silencioso e competente, o Prof. José Gonçalves Medeiros, editor da **Plural**, foi peça chave para que pudéssemos lançar este novo número, bem como

os quatro anteriores.

Esta **Plural** já começa bem pela própria capa, linda, estando à altura do que contém. Com relação ao conteúdo, ressaltamos os dois artigos que distinguem o tema central: a globalização. Esta palavrinha vai ser por um bom tempo, tema de grandes discussões. Apresentada como algo inevitável, já no governo Collor, seduziu também grande parcela dos atuais políticos. Os que a defendem pregam a necessidade da abertura de todos os países ao mercado mundial. Com esta finalidade, é preciso competitividade e eficiência; neste sentido, o bem estar social é deixado de lado e o mercado deve ficar livre da interferência do Estado. Assim, passamos a ser todos "globalizados". A cada dia aparece mais e mais o comportamento descrito por

Cony no artigo da Prof. Maria Odete Campos "...o *homo economicus* de hoje raciocina como um homem da caverna: 'sou mais forte, o que você pode me dar, o que eu posso te arrancar?'"

Poderíamos fazer um comentário para cada artigo, eles bem que merecem, mas nenhum deles necessita deste apoio. Eles se justificam através das suas leituras.

Finalmente, gostaríamos de agradecer a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a publicação desta revista. Incluímos aí os membros do Conselho Editorial, diretores da APUFSC, jornalistas, "designers" e, de maneira muito especial, os trabalhadores da APUFSC-SSind.

Aos leitores, desejo uma boa leitura.

Prof. Osni Jacó da Silva
Presidente da APUFSC-SSind

Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina SSind/ANDES - SN Gestão 94/96

EXPEDIENTE

Presidente:
Osni Jacó da Silva

Vice-Presidente:
Mário Luiz Vicenzi

Secretário Geral:
Waldir José Rampinelli

2º Secretário:
Anamaria Beck

Tesoureiro Geral:
Vera Maria Ribeiro Nogueira

Diretor de Divulgação e Imprensa:
Fernando Ponte de Souza

Vice-Diretor de Divulgação e Imprensa:
José Gonçalves Medeiros

Diretor de Promoções Culturais e Científicas:
José Gatti

Diretor de Relações Institucionais:
Milton Divino Muniz

Diretor de Assuntos dos Aposentados:
Maria Esmênia R. Gonçalves

Comissão Editorial:
José Gonçalves Medeiros, Ari Minella, Carmen Aidê Hermes, Danilo Wilhelm Filho, Elenor Kunz, Elizabeth Junchem Machado Leal, James Petras, Luiz Carlos P. Machado, Luiz Fernando Scheibe, Raimundo Campos Caruso, Raul Guenther, Ubaldo Cesar Balthazar, Walter Carlos Costa

Jornalistas Responsáveis:
Rosângela Bion de Assis 1.019 DRT/SC
Luciano João de Faria 1.003 DRT/SC

Edição
José Gonçalves Medeiros

Revisão
Comissão Editorial

Capa:
Hélio Devigili Júnior
Stephan Antonelli

Editoração Eletrônica:
Rosângela Bion de Assis
Luciano João de Faria

Fotolito e Impressão:
Ind. e Editora Gráfica Agnus Ltda

Correspondência:
Associação dos Professores da Universidade
Federal de Santa Catarina - Campus
Universitário - Florianópolis - SC
CEP 88040-900
Fone: (048) 231-9425 - Fax (048) 234-2844

O material publicado é de
responsabilidade dos autores

03

O globo se alarga, se estreita e se afasta: a comunidade imaginária mundial

O fenômeno da globalização, suas raízes históricas e seus efeitos sobre os trabalhadores, a nível mundial, são analisados neste artigo pela Prof. Maria Odete Santos, doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP

13

Socialismo e globalização

O historiador e professor da USP, Osvaldo Coggiola, faz uma análise do processo de internacionalização da economia e da ideologia da globalização, enquanto tentativa frustrada de superação da crise estrutural do capitalismo

32

Os intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas

Neste ensaio, James Petras descreve as origens do pós-marxismo, rebate suas críticas e analisa o papel das chamadas "organizações não-governamentais", identificando-as com os interesses do neoliberalismo

53

Literatura

Nesta edição, Plural revela as angústias, alegrias e tristezas de dois importantes escritores, publicando três cartas de Cruz e Souza, escritas pouco antes de sua morte, e uma de Eça de Queiroz, além do clássico poema de Mário de Andrade, "Ode ao Burguês"

60

Professor-repórter

Raimundo e Mariléa Caruso fazem um curto relato de sua viagem a sete das nove ilhas açorianas, que resultaram no livro "Mares, e longínquos povos dos Açores", que está na 3ª edição

63

El fin de las ideologías y la muerte de la Universidad

Este artigo do professor Hugo Calello, da Universidade de Buenos Aires, comenta como as universidades tem se comportado em diversas fases da história e aponta os caminhos para a superação dos "anacronismos"

P
l
u
r
a
l

70

O direito à saúde e a ampliação política do espaço público

As professoras Ivete Simionatto e Vera Maria Ribeiro Nogueira mostram, neste texto, como a questão dos direitos vem sendo valorizada por diversas formas de organização. Para elas, o reconhecimento do direito é o primeiro passo na perspectiva da equidade

75

Resenha Luta e resistência: APUFSC 20 anos

Marli Auras parte de suas próprias lembranças para falar sobre o livro que resgata momentos fundamentais da história da APUFSC. O resultado do esforço investigativo, segundo a professora, foi rico e interessante

80

Resenha Um golpista travestido de democrata

Professor do Departamento de História da UFSC, Waldir Rampinelli faz uma crítica de "Um híbrido fértil", livro de memórias do coronel Jarbas Passarinho, revelando seu passado comprometedor e colocando por terra qualquer tentativa de redenção deste que foi um dos maiores intelectuais da ditadura militar

84

Comentário Geografia da fome: a obra que continua atual

No cinquentenário do livro "Geografia da fome", Ewerton Vieira Machado, professor do Departamento de Geociências da UFSC, retoma o conteúdo da obra de Josué de Castro, para mostrar que a fome e, sobretudo, suas causas históricas, representam um tema cada dia mais atual

86

Carta do leitor

O globo se alarga, se estreita e se afasta: a comunidade imaginária mundial...

A forma com que se gestam os conceitos, as idéias, as representações da realidade é algo diferenciado na atualidade. Talvez a velocidade com que estes se impõem, ou a forma definitiva com que se escondem, faça toda a diferença. A verdade é que a mundialização ou a globalização, nos últimos anos, ganhou o status daquelas palavras-forças que os historiadores identificam nos períodos de grandes transformações sociais, como é o caso das geradas durante a Revolução Francesa ou a Revolução Industrial ou daquelas que se institucionalizaram moldando a vida de várias gerações. Que as palavras se encontrem no limbo e que, de repente, possam emergir, fazendo parte de vários léxicos, e até ganhar força material, é de conhecimento de pensadores de diferentes perspectivas e disciplinas. No entanto, este processo, e isto é do âmbito das ciências sociais, não é inocente, não é desinteressado. A globalização é destas palavras que se impõem de forma tão peremptória e abrangente que expli-

car o seu uso tão recorrente só é possível tendo em conta o próprio processo que ela busca substantivar. Por outro lado, articular a forma como esteve escondida com a novidade mercadológica, com que agora se apresenta, é uma pista para desvendar seu uso, por vezes, unidimensional.

Os estados-nação e o trabalho abstrato

A maioria dos economistas e historiadores aceitam a visão de que o período que se estendeu de 1945 a 1973 forma um ciclo marcado por um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico que pode ser chamado de fordista-keynesiano¹. Na verdade, as transformações na organização do trabalho, consagradas por Taylor em *Os Princípios da Administração Científica* e o conjunto de políticas de produção e consumo de massa, desenvolvidas por Henry Ford e conhecidas como fordismo, datam do primeiro quartel do sé-

* Professora do depto de Zootecnia-CCA, UFSC. Doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP.

1. HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 119.

"Forte centralização do capital, Estados nacionais assistencialistas com grande capacidade de intervenção econômico-financeira e estruturas sindicais burocratizadas são as partes do arranjo que permitiu a base hegemônica para a constituição do trabalho abstrato ao nível mundial."

culo. As primeiras já haviam sido discutidas por Lenin e, ambas posteriormente, por Gramsci - que via no "americanismo" um novo modo de produção de valores sociais. O que acontece depois da experiência da grande recessão e de duas guerras é a generalização desta nova racionalidade para a maior parte do mundo e a sua combinação com a ação dos Estados nacionais inspirados na teoria de Keynes. Os economistas são alçados à condição de engenheiros das sociedades nacionais. A idéia de que os Estados, dotados de capacidade de intervenção econômica, eram capazes de controlar os abalos cíclicos das economias capitalistas é dominante. E, de fato, assim, em alguma medida, o foi, uma vez que as recessões não se generalizavam pela economia mundial, podendo ser compensadas, nos países atingidos, através da expansão das exportações para os países que escapavam da crise. No dizer de Mandel, os ciclos industriais permaneciam dessincronizados, reduzindo a amplitude das crises².

A partir da Segunda Guerra o desenvolvimento do capitalismo já assume a configuração de um sistema universal maduro. Forte centralização do capital, Estados nacionais assistencialistas com grande capacidade de intervenção econômico-financeira e estruturas sindicais burocratizadas são as partes do arranjo que permitiu a base hegemônica para a constituição do trabalho abstrato ao nível mundial. A generalização do operário de máquina foi a forma de atualização deste trabalho em determinado momento histórico, jamais um paradigma absoluto para o capital. Em outra face, se impôs o gasto astronômico com material bélico, a relação crescentemente assimétrica entre países ricos e pobres, o desenvolvimento do desemprego estrutural, o estabelecimento de uma ciranda financeira que faz disparar

o capital fictício e Estados nacionais com desequilíbrios fiscais crônicos. A partir do início da década de setenta o capitalismo mostra visíveis sinais de crise e apresenta uma série de reordenações que têm como núcleo a perda de centralidade dos Estados-Nação e a transnacionalização da economia.

À estreita articulação entre os interesses do Estado e os do capital dos grandes monopólios sucede-se a crescente independência das corporações monopolistas com relação à regulamentação estatal: fortes desafios ao poder e às burocracias estatais. Este quadro guarda correspondência com uma série de transformações ao nível dos setores produtivos. Assiste-se nas últimas décadas um aumento das indústrias de serviços e organizacionais, alterando significativamente a composição da força de trabalho em favor do setor terciário e em detrimento dos postos de emprego nas indústrias extrativas e manufatureiras. A divisão do trabalho ao nível regional também sofre profunda alteração. O desenraizamento do capital altera a antiga especialização regional e propicia, via diminuição do tamanho das fábricas e terceirização da produção, uma dispersão geográfica que se combina com sistemas de produção global. No mesmo sentido, os processos produtivos se modificam e o sistema fordista cede lugar à produção flexibilizada que combina produção em pequenos lotes de produtos variados, de acordo com a demanda, com a subcontratação de força de trabalho. As consequências para a organização dos trabalhadores são imensas. Não só se desorganiza o mercado de trabalho, como se fragmenta a classe trabalhadora e, deste quadro, deriva-se uma política de ataque às suas conquistas históricas.

Da constituição do trabalho abstrato ao nível mundial - que é a generalização e o aprofundamen-

2. MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista*. São Paulo: Ed. Unicamp e Ed. Ensaio, 1990. p. 10.

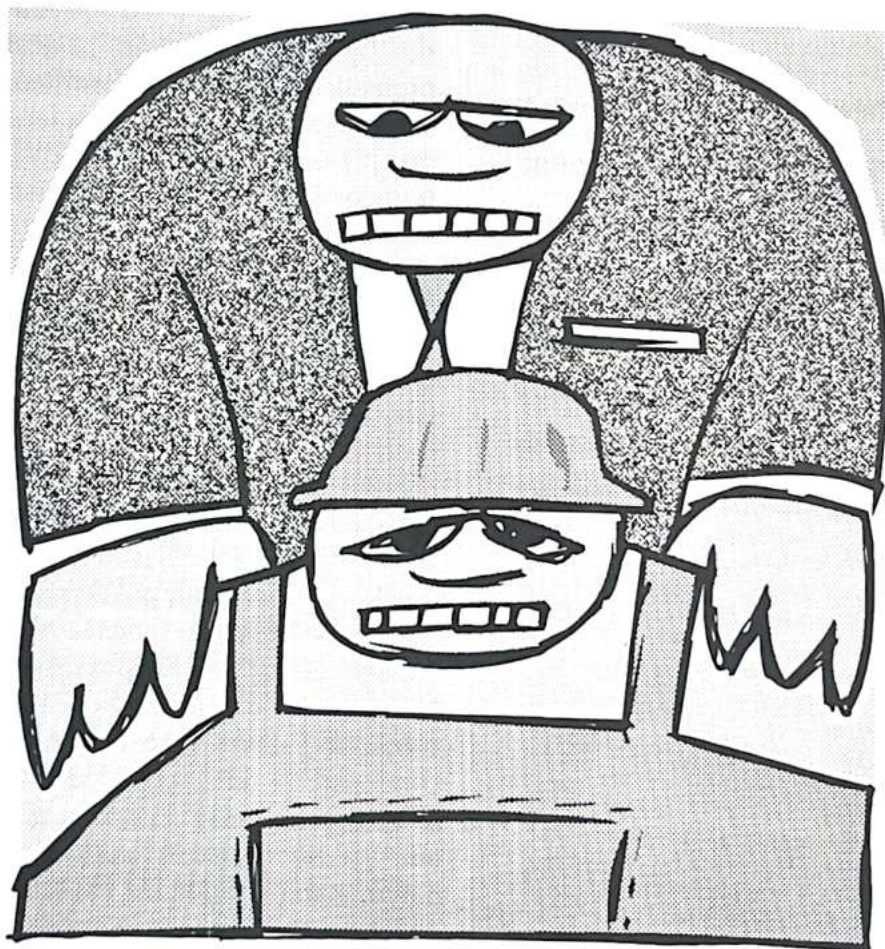
3. HYMER, S. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro: Graal, 2. ed., 1983, p. 79.

to da separação do trabalhador dos seus meios de reprodução de vida e a conseqüente mercantilização e monetarização dos mesmos - muitas elaborações no campo marxista deduziram a perda da centralidade do trabalho. Este é um dos elementos que compõem o quadro de crise de referência para os movimentos organizados dos trabalhadores e que são constitutivos da relação social entre capital e trabalho, que é sempre uma relação intrínseca ao capital e que se compõem de trabalho e mais-trabalho, ou trabalho vivo e trabalho morto, decomposto, ainda, em trabalho pago e não pago, ou salário e mais-valia. A abstração superior de todas estas relações na mercadoria, elemento palpável do dinheiro, elevou o fetiche à condição de sombrear, também, o pensamento social de matiz crítica. A pretensa perda da centralidade do trabalho - em uma sociedade gerida cada vez mais pelo poder do capital - só pode conduzir à seguinte pergunta: o que é Capital senão a relação social entre trabalho e mais trabalho?

As transformações tecnológicas crescentes, que da mesma forma que o fordismo são o meio com que a burguesia atualiza a reação e a contra-reação à crise do capital, viabilizam alterações econômicas que minam as instituições que buscavam normatizar a sociabilidade durante todo o pós-guerra. Seus efeitos sociais, culturais e políticos são os temas candentes nesse *fin de siècle*. Se trata, no entanto, de um fenômeno absolutamente imbricado com a expansão do capital e com o aprofundamento da divisão do trabalho ao nível global. Em 1970, Stephen Hyder, um economista norte-americano que não é marxista, já colocava que "para a empresa multinacional, as fronteiras nacionais estão traçadas com tinta invisível" e que estas combinam descentralização dos riscos com ampliação do poder³.

Se o modelo taylorista-fordista revela seus limites, com ele, entram em crise as organizações sindicais e, em geral, o conjunto da sociabilidade construída tendo como base uma crescente produtividade do trabalho, do lucro e um determinado padrão de distribuição de renda. O capital, em crise, camuflada ideologicamente pela implosão das economias ditas socialistas, busca uma nova ofensiva redistributiva através da política neo-liberal. É neste ambiente que perde prestígio a teo-

"Os responsáveis pela crise, alarda o pensamento comprometido com o *status quo*, são os compromissos sociais assumidos pelo *Welfare State* e o excesso de regulação da economia e do mercado de trabalho."



ria keynesiana e o liberalismo ganha *status* de "pensamento único". Os responsáveis pela crise, alarda o pensamento comprometido com o *status quo*, são os compromissos sociais assumidos pelo *Welfare State* e o excesso de regulação da economia e do mercado de trabalho. A contradição alardeada, entre Estado e mercado, na verdade, revela a busca de uma nova

ótica para as velhas contradições da sociabilidade burguesa.

O desafio da globalização

O discurso dominante, que respalda-se na *débâcle* do socialismo de Estado, associa a globalização ao pretenso triunfo do liberalismo e à abertura de todos os países ao mercado mundial. A competitividade, a eficiência, a racionalidade econômica passam a ser o mote dos novos "reformadores" que prometem, através da desregulação econômica, difundir os padrões de consumo das sociedades capitalistas avançadas; tal qual prometiam na época do fordismo, em que o nacionalismo era a face que pretendia anonimizar as contradições do complexo processo social.

A voz do "outro"

Os excluídos do sistema, quando não sucumbem atordoados pelas transformações em curso, apresentam a globalização enquanto uma iniciativa do capital e dos políticos neoliberais para ampliar seus lucros e privilégios e desobrigar os Estados nacionais das políticas sociais. Esta última perspectiva tem crescido nos últimos tempos, revelando que o uso ideológico que subjaz à palavra logo encontra contrapartida quando os "outros" se apropriam dela. Assim, reage, em 1995 no México, o Subcomandante Marcos, líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional: "E eles disseram 'globalização', e soubemos que era assim que chamavam a essa ordem absurda em que dinheiro é a única pátria à qual se serve e as fronteiras se diluem, não pela fraternidade, mas pelo sangramento que engorda poderosos sem nacionalidade."⁴

No Brasil, mais recentemente, a Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, também se manifesta, destacando os prejuízos da globaliza-

ção que entendem como um processo sob a articulação das multinacionais que começa a contestar a soberania dos Estados nacionais.⁵ No Primeiro Mundo, por sua vez, a denúncia bate à porta da reunião do Grupo dos 7 países ricos, realizada na França, em fevereiro de 1996: o grupo "Outras Vozes do Planeta", que reúne entidades sindicais e políticas, fazendo reunião paralela que autodenominaram de "Contracúpula pelo Emprego", definiram globalização como "globalização da miséria"⁶

Era de se esperar que o processo sócio-econômico que se desenvolve ao nível global e que vem acentuando suas contradições nos últimos anos, quando apresentado enquanto "totalização" à qual se devem subordinar todos os indivíduos e sociedades fosse, logo, identificado com a sua face perversa e enquanto conspiração dos que se apropriam do seu resultado material. Talvez, se os tempos fossem de grandes mobilizações de massa, logo tivéssemos faixas ostentando "abaixo a globalização", tal qual já tivemos "abaixo o imperialismo". Mas os tempos são outros, a visibilidade é menor e os responsáveis mais anônimos. Situação típica de épocas em que as instituições andam em particular descompasso com os processos materiais. Digo "particular", porque é constitutivo das instituições burguesas o descompasso em relação aos processos materiais, uma vez que estas sintetizam "idealmente" uma realidade que é na base contraditória. Mas sob a "globalização", se a linguagem se apropria do novo e traduz o processo real de acordo com a ideologia do orador, os instrumentos para intervir na realidade se mostram velhos e impotentes. No mesmo sentido, se é constitutivo da última modernidade a compressão do espaço e do tempo, se alarga profundamente o espaço entre as determinações societárias e as práticas cotidianas de

"Talvez, se os tempos fossem de grandes mobilizações de massa, logo tivéssemos faixas ostentando 'abaixo a globalização', tal qual já tivemos 'abaixo o imperialismo'.

Mas os tempos são outros, a visibilidade é menor e os responsáveis mais anônimos."

4. A Flor Prometida I. *Folha de São Paulo*, 2 abr. 1995.

5. CNBB aponta prejuízos da globalização. *Folha de São Paulo*, 22 fev. 1996.

6. Os Contrás. *Folha de São Paulo*, 24 abr. 1996.

7. KURZ, R. O programa suicida da economia. *Folha de São Paulo*, 2 jun. 1996.

8. A insurgência neonativista. *Folha de São Paulo*, 16 jul. 1995.

vida. No mesmo sentido, são segregados desta aldeia global, regiões, comunidades, produtos, produtores e contingentes diversos de trabalhadores. Assim, o globo se alarga imprimindo em todo o lugar, através da mercadoria, a mesma matriz civilizatória; se estreita, segregando contingentes sociais cada vez mais amplos do acesso à cidadania; e, se afasta, transformando o poder em esferas cada vez menos tangíveis.

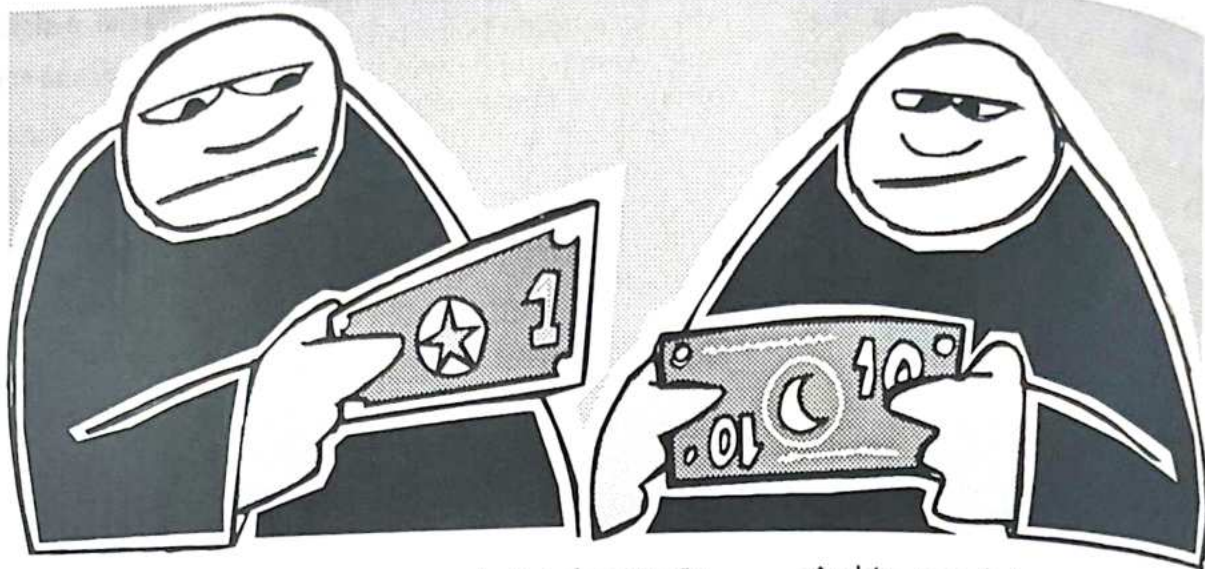
No âmago da globalização encontra-se a crise dos Estados-Nação, instituições históricas, que frente à transnacionalização da economia, vêm restringidas suas capacidades de governo. A ideologia liberal vem atribuindo esta perda de poder ao déficit fiscal que lhe impõem as políticas sociais e trabalhistas. A mesma reunião do G7, que contou com uma oposição organizada exigindo empregos, concluiu que a única saída para a economia mundial é continuar trilhando o caminho da busca do equilíbrio fiscal. Demonstra a gravidade do problema, o fato de que este caminho, que passa por uma política monetária rígida, contenção dos gastos sociais e enxugamento das máquinas administrativas estatais, não vem apresentando resultado e, muito pelo contrário, têm feito aumentar o desemprego e diminuir o crescimento econômico, sem atingir seu objetivo de restringir os déficits públicos que se engordam via gastos financeiros dos Estados. A outra opção, levantada nesta reunião e protelada para discussão em outra ocasião, é a inclusão de uma "cláusula social" nos acordos comerciais entre as nações. Esta "cláusula" imporá restrições à importação de produtos que se originassem de países onde não se cumprem rígidas regras trabalhistas. Claro que a intenção não é buscar uma "humanização" das relações de trabalho em todo o mundo. Com efeito, é a velha política protecionista - em

plena era da "globalização" - sendo reivindicada pelos países ricos que vêm parte de seus processos produtivos irem se implantar alhures. É interessante ver estas exigências do mercado mundial sob a ótica de uma tentativa de inibição da utilização, nos países pobres, de mecanismos de vantagens competitivas tipo *dumping* social ou ecológico⁷. Servem de argumento à estas medidas protecionistas a existência, só nos países do G7, de 23,74 milhões de desempregados. Isto sem falar dos imigrantes, na maioria ilegais, que têm recebido ameaças constantes de ainda maiores restrições para permanecerem nestes territórios.

E esta é a situação em toda a Europa e nos EUA. Na Itália, durante os meses de janeiro e fevereiro deste ano os movimentos de esquerda se agitaram em abaixo-assinados e manifestações de massa, denunciando de fascistas as novas medidas do governo contra os imigrantes. Em geral, no entanto, as populações não têm reagido com solidariedade e sim com xenofobia. Nos EUA, onde estima-se a presença de 20 milhões de imigrantes em situação ilegal, correm no Congresso propostas legislativas que pretendem desautorizar de vez os dizeres da Estátua da Liberdade. A população, por sua vez, consultada através de pesquisa, em geral coloca-se contra o imigrante. "Enquanto assistimos ao livre movimento de mercadorias e capital com a globalização dos mercados, os países estão se fechando para o trânsito de pessoas" diz Max J. Castro, professor da Universidade de Miami.⁸ Xenofobia e novos nacionalismos são a contraface da globalização. Esta é a resposta do processo extremamente segregador que se esconde sob a palavra "globalização". Onde anteriormente existiam os Estados burocráticos socialistas a situação é explosiva e ressuscitam antigos movimentos étnicos e nacionalistas que reivin-

"Assim, o globo se alarga imprimindo em todo o lugar, através da mercadoria, a mesma matriz civilizatória; se estreita, segregando contingentes sociais cada vez mais amplos do acesso à cidadania; e, se afasta, transformando o poder em esferas cada vez menos tangíveis."

"Xenofobia e novos nacionalismos são a contraface da globalização. Esta é a resposta do processo extremamente segregador que se esconde sob a palavra 'globalização'."



"A conversão das moedas são as 'fichas' que permitem o trânsito de pessoas 'diferentes' no mundo dos pretensos 'iguais': a comunidade imaginária mundial cuja tecitura é realizada pelo dinheiro que, por sua vez, é uma abstração do trabalho."

dicam o *status* de Estados-Nação, não se sabe com qual objetivo. Rosa Luxemburg dizia em 1906: A nação não existe mais! Mas o problema é que ainda hoje não existe nada que a substitua e, pelo contrário do que compunha o ideário de Rosa, a confiança em alternativas à sociabilidade burguesa encontra-se com baixa cotação no mercado ideológico.

A unificação européia é emblemática do descompasso entre os processos materiais e as instituições políticas. Desde 1991, o acordo de Maastricht estabeleceu os passos para a união econômica e monetária da Europa. Segundo o acordo a moeda única deveria estar em circulação até o início de 1999. Projeto ambicioso que hoje está em questão. No entanto, quem não é europeu, quem não é sequer cidadão de um dos países da OCDE, e viaja hoje pela Europa, pode sentir-se verdadeiramente um cidadão do mundo. Converte seus trocados em moeda conversível e ainda pode usar cartão de crédito para saldar contas ou pegar dinheiro em qualquer caixa automático de banco europeu. Uma tarja magnética e uma senha lhe conferem a distinção de cidadão de uma comunidade imaginária que transcende à fronteira européia. Não importa que para isto tenha participado de uma operação extremamente complicada que é, não a de realizar o

câmbio, mas de trocar dinheiro no suposto de comparar o capital social de países diferentes. Implícitos nas diferenças das moedas estão a produtividade do trabalho, a provisão de capital ou o trabalho acumulado e o nível salarial de cada país - as forças produtivas, diria Marx.

A conversão das moedas são as "fichas" que permitem o trânsito de pessoas "diferentes" no mundo dos pretensos "iguais": a comunidade imaginária mundial cuja tecitura é realizada pelo dinheiro que, por sua vez, é uma abstração do trabalho. E é isto que está impedindo ou tornando problemática a união monetária européia. Porque mesmo na União Européia a disparidade entre países é grande. "Na verdade é uma contradição um Banco Central ser criado como instituição político-financeira sem que os contornos de um poder político correspondente estejam delineados. A moeda européia seria a primeira moeda na história a não estar vinculada a um verdadeiro poder estatal."⁹ Outro elemento complicador são os interesses dos que lucram especulando justamente com as diferenças entre as moedas. Esta especulação, por sua vez, é um dos componentes do atual enfraquecimento dos Estados-Nação. Estas são partes da contradição e dos novos desafios impostos pelo processo de mundiali-

9. KURZ, R. Porque a união européia... *Folha de São Paulo*, 17 mar. 1996.

zação em curso. Com certeza, a união européia, ou outros mercados regionais formados recentemente, não se constituíram para uniformizar padrões de produção, de produtividade, de relações de trabalho ou de renda no seu interior. Se constituíram, basicamente, para potencializar o desempenho de uma região na economia mundo. No limite, se constituíram para uniformizar contratos e oferecer ainda maior mobilidade para os capitais nesta nova fronteira. Por isso pode-se reclamar do *dumping* social e do *dumping* ecológico exercidos pelos países pobres. O que é isso? São mercados ou países que se aproveitam de leis internas flexíveis quanto ao controle do meio ambiente ou da mão de obra e que sofrem ameaças de restrições por parte dos importadores ricos. Gente fina do Primeiro Mundo que pode reclamar. Sinais dos tempos? Uma nova mentalidade social e ecológica gerida pelo mercado? Não, leia-se protecionismo e basta. O que não significa ser a favor do ataque ao meio ambiente ou da superexploração da força de trabalho. Significa não acreditar que se possa confiar na lei do mais forte para cuidar dos interesses dos *minus validus* - para usar, metaforicamente, o idioma catalão, cuja revitalização - entre outros - é um dos componentes bizarras da alardeada mundialização.

Mas os frutos do suposto melhor desempenho do mercado unificado dos países ricos, também não têm garantia de se distribuírem eqüitativamente entre seus membros-Estados, quem dirá sobre seus membros-cidadãos. No entanto, se são tentativas de criar organismos com algum poder de intervenção nos mercados, atribuição para a qual os Estados-Nação têm-se mostrado impotentes, acabam abrindo novas perspectivas de articulação institucional para as quais nem capital nem trabalho têm clareza sobre sua forma e função.

Réquiem do estado-nação?

A crise do Estado-Nação é a crise do capital que se atualiza na crise do padrão de desenvolvimento capitalista que se seguiu desde o pós-guerra. As crescentes transformações tecnológicas desde então, em especial aquela propiciada pela revolução microeletrônica desde os anos 70, fez diminuir em muito a quantidade de trabalho vivo utilizado pelo capital nos processos produtivos. Aqui, aplica-se a velha fórmula marxiana da "queda tendencial da taxa de lucro". Se a proporção entre o capital constante e o capital variável, a composição orgânica do capital, cresce, é necessário aumentar a extração da mais valia - a taxa de exploração do trabalho -, na mesma proporção deste crescimento, sob pena de diminuir a taxa de lucro. Ora, aumentar a extração da mais valia é dependente do trabalho vivo, cuja diminuição fez aumentar a composição orgânica do capital.

O capital realiza toda uma nova organização do trabalho para compensar esta diminuição e fazer barrar a queda da taxa de lucro. A desterritorialização do capital é uma delas, os deslocamentos se dão em busca de descompromisso fiscal, de mão de obra mais barata e menos regulamentada. Contratendência à queda da taxa de lucro que Marx apontava desde os primórdios do capitalismo, e que nas condições atuais se mostra muito inócua: na verdade os custos fixos ou em capital constante - toda a parafernália tecnológica - necessários para a abertura de um novo processo produtivo ou de um novo posto de trabalho tornam proporcionalmente irrisórias as economias com salário, que Marx chamou de capital variável por ser o capital que varia, cresce em valor, durante processo de produção. Mesmo assim, novas racionalidades são impostas aos processos

produtivos com este objetivo. E estas medidas acabam por diminuir a capacidade de taxaço dos Estados nacionais no que diz respeito a lucro e no que diz respeito a salário. O resultado é o crescimento do endividamento do Estado, que existe desde sempre, mas que não se constitui em problema quando acompanhado de crescimento econômico que alimente a receita fiscal e tributária. Endividamento que, por sua vez, é compromisso dependente de pagamento de juros, sem lastro em atividade produtiva própria, criando uma base financeira fictícia para a economia. No mesmo sentido, os setores privados transnacionalizados aproveitam-se da ciran-da financeira para especular e, também, visto a queda da taxa de lucro nos setores produtivos, desviam seus patrimônios deste setor, para o da especulação com ações, divisas cambiais, imóveis, etc. Em *O Capital*, Marx, já apontava para o desenvolvimento do capital fictício no capitalismo. Mas em um momento de aprofundamento da queda da taxa de lucro nas atividades produtivas, de inocuidade no acionamento de medidas contratendências e de luta "estreita" pelo produto social global, estabelece-se um verdadeiro castelo de cartas na economia que não apresenta lastro em trabalho social. A consequência são cidades, Estados e regiões inteiras falidas e trocando figurinhas que não tem "valor".

Isso não significa dizer que a economia capitalista atual não desenvolve processos produtivos. Significa, sim, que a pressão sobre os Estados nacionais, elemento fundamental da sociabilidade moderna, e sobre as instituições reguladoras do mercado de trabalho e de capital, é de tal ordem que estes processos produtivos pairam acima de qualquer poder. Isto é a globalização. O processo econômico da sociedade contemporânea atingiu tal nível de descolamento institucional que ameaça reinar sozinho tal qual um avião em que o piloto sumiu. É claro que se tem

proliferado organizações mundiais que tentam, em alguma medida, ordenar os processos societários a fim de ajustá-los a padrões minimamente admissíveis para a cultura ocidental. Mas o *Deus ex machina* é o mercado, o fetiche é a mercadoria e, para o capital, dizia Marx, e certamente concordava Keynes - e faziam ouvidos de mouros todos os que pregaram progresso social a partir do automovimento do dinheiro - tanto faz fabricar manteiga ou canhão;

Mas neste processo, na atualidade, a desvalorização da parte do trabalho vivo no capital é de tal ordem que o custo em capital constante para o estabelecimento de um novo posto de trabalho faz do desemprego estrutural o grande fantasma para a maioria da classe trabalhadora. A esquerda, que pautou seus projetos pela crítica à exploração do trabalho e ao imperialismo, fica, em geral, atônita frente ao desemprego e às minguadas inversões de capital que se deslocam pelo globo em plena era da apregoada mundialização. Nas economias periféricas o problema é, em especial, dramático; até porque estas não têm trabalho social acumulado e institucionalizado em aparatos assistenciais, para contrabalancear minimamente os efeitos sociais da "industrialização seletiva" ou, até mesmo, da "desindustrialização". Por outro lado, as economias "abertas" das nações, por mais que os governos liberem a associação que antes buscavam "controlar", agora encontram-se, a despeito de toda a desregulamentação que prometem, numa disputa infrutífera por parceiros e tendo seus mercado "abertos" invadidos mais por mercadorias do que por capital.

Este quadro tem provocado no pensamento social de diferentes perspectivas um impacto profundo. Do ponto de vista do capital, as especulações parecem a tônica, em geral, resgatando velhos legados liberais sem muita organicidade - para usar a diferenciação gramsciana en-

"...na atualidade, a desvalorização da parte do trabalho vivo no capital é de tal ordem que o custo em capital constante para o estabelecimento de um novo posto de trabalho faz do desemprego estrutural o grande fantasma para a maioria da classe trabalhadora."

tre ideologia orgânica e especulativa - na medida em que o contra-efeito das políticas e das medidas se aceleram. Assim como se constrange o fôlego dos ciclos de crescimento econômico e as ondas - crescimento/depressão - tornam-se cada vez mais curtas, restringe-se, também, a vida útil das novas ofensivas ideológicas. Já faz tempo que se aponta para o "pós-neoliberalismo". Mas teses tipo "fim da história", "fim da sociedade do trabalho", "fim da ideologia", "fim das massas", e outras, são os balões de ensaio que se lançam para oferecer explicação - que é sempre tentativa de coesão - ao desafio da recente crise da velha-nova sociabilidade. O desafio da globalização.

Perde-se e ganha-se com o fim do velho discurso "nacionalista", que nas sociedades periféricas, subdesenvolvidas, retardatárias, etc., quando se consolidou nas décadas de 50 e 60, já se fez débil por anacronismo: o capital vivia um outro momento, estava em outra, e os parceiros pobres - leia-se elites endinheiradas com mercados pobres - já não tinham como equacionar o problema e o interesse nacional com o automovimento do dinheiro a nível internacional. O cobertor da nação mostrou-se curto e serviu-se dele quem podia. Hoje, abandonam - os liberais - esta abstração que é a nação, que serviu de vínculo e argamassa para o seu outro *constructo* correlato, o povo - e se apegam numa abstração ainda mais perigosa: a globalização. Perigosa porque, mesmo que se reconheça que a *"idéia, a metáfora da mundialização, contém implícita uma noção de síntese, de instância superior e etérea, acima das contradições"*¹⁰, dela não se pode negar que a cidadania é da mercadoria, verdadeiro poder civilizatório de toda a modernidade, que por sua vez apenas faz mediação para o dinheiro. E faz cada vez mais mal feito. Seu automovimento é cego e destrói as próprias bengalas: o

Estado é só uma delas.

O mais-gozar da mercadoria

Nesta crise há que se confiar numa nova sociabilidade pois os que defendem a atual cada vez restringem mais suas possibilidades de resolver seu problema de direção. Como diz Cony, o *homo economicus* de hoje raciocina como um homem das cavernas. *"Ele tem computador, automóvel, celular, mas raciocina como o homem da caverna: sou o mais forte, o que você pode me dar, o que eu posso te arrancar?..."*¹¹ Pode estar na hora de mudar esta história. Marx já dizia que vivíamos a pré-história da humanidade, a história do homem alienado. Não é por acaso que espertinhos como Fukuyama sonhem com o jogo interrompido. A despeito de todas as "fortificações" teóricas de segurança, que a atual crise tem demandado - e gestado - em diferentes matizes do pensamento social que não estão livres de sucumbir (ou de se seduzir pelas) às aparências que enganam, o "fim da história" de Fukuyama, parece prenunciar as condições para o começo do **fim desta história**.

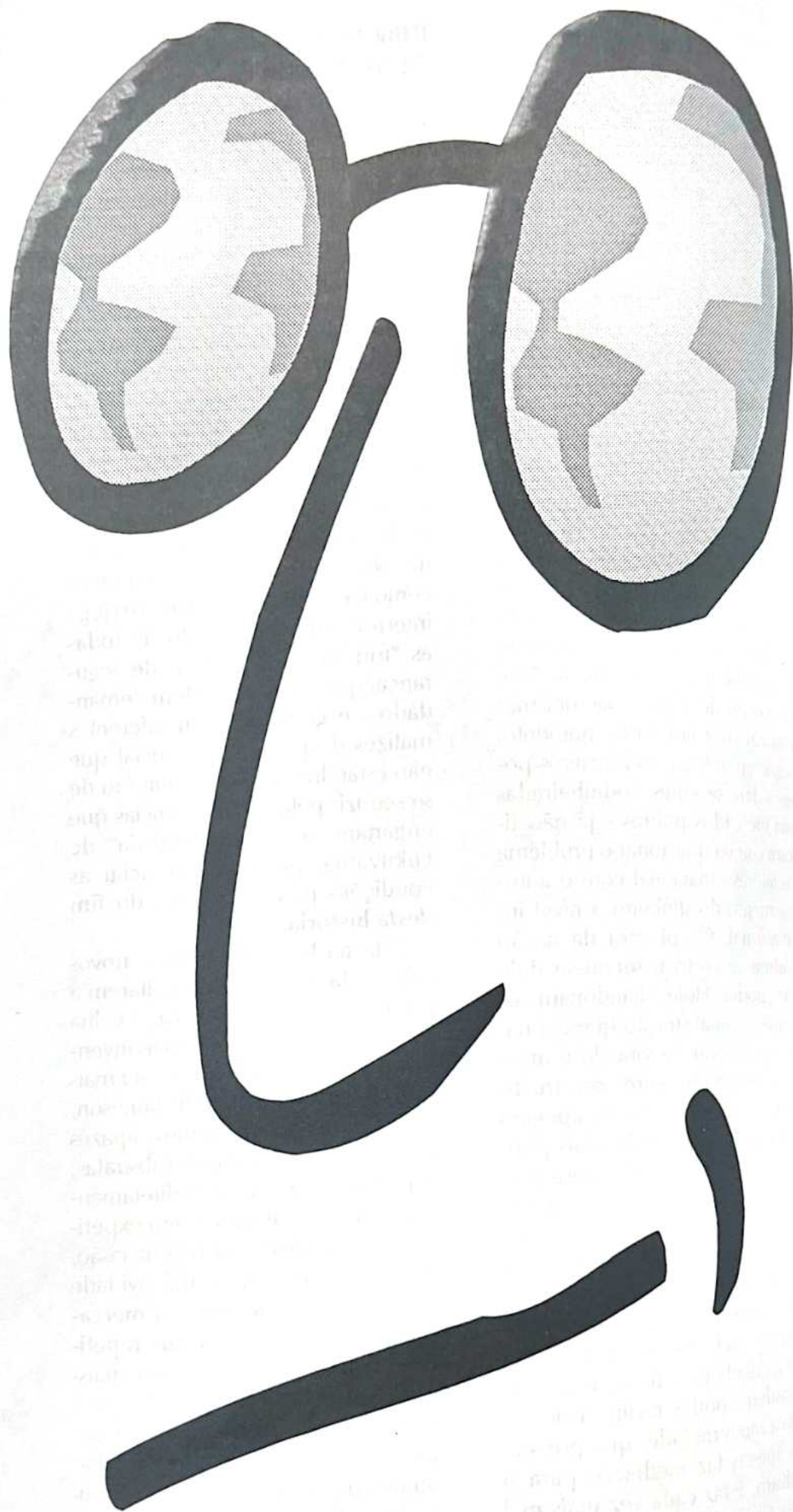
Está na hora de velhos e novos críticos da modernidade voltarem a ter prazer em fazer política. A velha política, de forma nova, mais inventiva... até porque ela precisa ser mais radical. De fato, como diz Jameson, cada vez mais o que somos capazes de entender como mentes abstratas, somos incapazes de viver diretamente em nosso cotidiano e em experiências individuais¹². E é nesta cisão, traço a condicionar a subjetividade moderna, que se insere a **mercadoria - essa coisa - e a sua repetição**. Nossa armadilha e seu mais-gozar... Mas nem todos os desejos e desejosos se relacionam - ou insistem em se relacionar - com a "falta" através do mercado. Por isso, a crítica hoje faz menos política e está menos feliz.

"...o homo economicus de hoje raciocina como um homem das cavernas. 'Ele tem computador, automóvel, celular, mas raciocina como o homem da caverna: sou o mais forte, o que você pode me dar, o que eu posso te arrancar?'..."

10. IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.

11. CONY, C. H. *O País que poderia ter sido* (entrevista a Fernando Barros e Silva) *Folha de São Paulo*, 28 jul. 1996.

12. JAMESON, F. *Marxismo e forma*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985. p. 134.



Socialismo e globalização

Não tem nada de paradoxal o fato de que a assim chamada "globalização" tenha sido inicialmente percebida no terreno da cultura e da comunicação (por exemplo, com as teorias de Marshall McLuhan acerca da "aldeia global") para só depois ser transferida para a análise econômica e social.

As mudanças são sempre primeiro percebidas na sua concreticidade cotidiana, e só a partir daí procura-se o seu fundamento material (produtivo), buscando a sua definição teórica mais abrangente. É parcial, e portanto teoricamente conservadora, a tese de David Harvey: "Essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas de acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente novas".¹ Embora parta de uma preocupação legítima contra certas afirmações apocalípticas realizadas por analistas que ficam nas "aparências superficiais" do fenômeno.

A "cultura global"

De fato, é amplamente questionada a idéia de que as atuais mudanças produtivas estejam originando uma "sociedade global": "Do mesmo modo que a criação de uma sociedade informatizada -

uma nova civilização técnica, diria com mais acerto George Friedmann - é evidente e de crucial importância para todos nós, assim também é arbitrário daí depreender que surge hoje uma sociedade global ou mesmo, como disse há tempos McLuhan, uma aldeia global".²

Em meados da década de 60, Marshall McLuhan tinha profetizado uma unificação do mundo através dos meios de comunicação de massa, de maneira rósea: "A era elétrica dos mecanismos-escravos subitamente liberta o homem da servidão mecânica e especializada da era da máquina precedente... Somos subitamente surpreendidos pela libertação que fixa nossos recursos internos de auto-emprego e participação imaginativa na sociedade". O próprio McLuhan, no entanto, confessa, em *Understanding Media*, que o grande meio que permitia atingir tal "libertação" era... a guerra (e não esqueçamos que os Estados Unidos se encontravam, na época, em plena guerra do Vietnã): "A guerra nunca é algo menos do que mudança tecnológica acelerada... o militarismo em si mesmo é a própria via da instrução tecnológica e aceleração para áreas retardadas".

A própria "libertação" encarnada nos novos meios de comunicação, em especial a TV (McLuhan

* Professor do Departamento de História da USP e vice-presidente da ADUSP

1. HARVEY, D. *Condição pós-moderna*, São Paulo: Loyola, 1993, p. 7.

2. TOURAINE, A. O canto da sereia da globalização, *Folha de São Paulo*, 14 jul. 1996.

"Devido ao canal da instituição social, o leva-e-traz entre o criador e o público tornou-se mínimo, e está em vias de desaparecer completamente."

chegou a profetizar, como os apologistas atuais da "revolução informática", o fim do livro e da imprensa escrita), não passava da exaltação das tendências alienantes próprias do capitalismo, levadas até o paroxismo, como criticou Sidney Finkelstein: "A TV oferece 'gratuitamente' os seus programas ao público que tem acesso a aparelhos de televisão, e, ironicamente, esta é a única liberdade ali existente. Fora esta liberdade de pagamento, o artista e o apresentador por um lado, e o público por outro, perderam a sua liberdade de maneira sem precedentes em meios de comunicação anteriores. Devido ao canal da instituição social, o leva-e-traz entre o criador e o público tornou-se mínimo, e está em vias de desaparecer completamente. É aqui que a 'voz da autoridade' que controla a instituição social se mostra mais irresponsável e ditatorial, dizendo ao artista o que pode e o que não pode fazer, e tentando transformar o público em receptor passivo de tudo o que lhe é transmitido. Desaparece a relação viva entre a figura criadora e um público ativo".³

A mundialização da cultura, como processo objetivo e decorrente da natureza tendencialmente mundial do capitalismo desde o seu nascedouro, tinha sido, como é óbvio, prevista por Marx. Isso não impede que autores atuais, como Elmar Altvater, considerem esse aspecto como uma lacuna do pensamento marxista. Segundo Altvater, algumas novidades em relação ao capitalismo do tempo de Marx têm que ser consignadas: a globalização que, embora prevista por Marx, não existia na sua época, hoje tem que ser analisada, não só como processo concreto, mas também como ideologia.⁴

Num famoso parágrafo do **Manifesto Comunista**, Marx já tinha consignado a tendência para a mundialização das "criações intelectuais", como decorrência da

mundialização da produção: "Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para a sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal".⁵

O capital, porém, realiza essa tarefa com seus próprios métodos, que implicam na crescente tendência para a alienação produtiva e cultural, e na exacerbação de todas as desigualdades sociais e nacionais.

Cultura e imperialismo

A partir da II Guerra Mundial este processo se vê exacerbado por um fato básico: a hegemonia inconteste conquistada pelos EUA no sistema imperialista, no terreno

econômico, político e militar. Não é difícil estabelecer uma ligação entre esse processo e a hegemonia americana na produção cultural de massa. Depois da grande crise capitalista que se resolveu com a II Guerra Mundial, "a re-formação do capitalismo é a americanização do capitalismo e a ideologia-cultura do consumismo é a sua base lógica. Mas identificar o imperialismo cultural e da mídia com os EUA, ou mesmo com o capitalismo dos EUA, é um erro profundo e profundamente mistificador. Isto significa que, se a influência americana pudesse ser excluída, o imperialismo cultural e da mídia desapareceria. Isto só poderia ser verdade em um sentido puramente de definição. A americanização em si é uma forma contingente de um processo que é necessário para o capitalismo global, para a ideologia-cultura do consumismo. A conexão entre a americanização e a dependência cultural começou com os cartéis da indústria cinematográfica de Hollywood na década de 20 e com o 'sistema de estrelas' no qual foi baseado. O modo como isso foi seguido é um caso de paradigma das inter-relações entre as esferas econômica, política e ideológico-cultural, estruturadas pelos interesses econômicos daqueles que possuíam e controlavam a indústria e os canais através dos quais seus produtos eram comercializados e distribuídos".⁶

Os analistas da cultura situam, junto a isso, um outro processo historicamente paralelo, a saber, o fato de que, "a partir da II Guerra Mundial, o conceito artístico de vanguarda foi mitigando as fortes conotações que etimologicamente o vinculavam ao espírito militar de choque e luta, e às dimensões utópicas e social-revolucionárias que distinguiram as vanguardas socialistas do século XIX. A partir de 1945, as vanguardas se converteram em *establishment*. O seu papel elementar, crítico, passou a ser

normativo. Seus valores estéticos se confundiram progressivamente com os valores do mercado".⁷ Mas esta análise situa apenas o lado subjetivo da questão.

Objetivamente, o esgotamento das vanguardas é um sinal inequívoco de esgotamento de todo um sistema cultural, que perde progressivamente a capacidade de negar-se a si próprio, ou seja, a força de "negação criativa".

A "industrialização da cultura" implica que a "contestação cultural" adquira também características "industriais", e não mais artesanais, como era o caso das vanguardas artísticas e/ou culturais da transição entre o século passado e o nosso.⁸ A impossibilidade de semelhante processo implica o esvaimento da ilusão num questionamento do sistema imperante que parta do terreno cultural (que caracterizou, por exemplo, o surrealismo), embora um marxista como Fredric Jameson ache que o fato de que a cultura se tornou em larga escala um negócio tem como consequência que muito daquilo que costumava ser considerado especificamente econômico e comercial se tornou também cultural, para daí concluir que "o marxismo, daqui em diante, deverá ter um caráter mais cultural".

Conceito de globalização

O atual fenômeno da "globalização cultural" foi inicialmente percebido como "industrialização cultural", e questionado em função de sua vinculação com todos os aspectos da decomposição do sistema capitalista, como o fazia, em 1975, Armand Mattelart: "Um domínio, como o da educação, que até o momento não fora tocado pela industrialização massiva, começa a ser colonizado pelos recém-chegados. A internacionalização da produção colocou o problema da internacionalização das mercadorias culturais. A produção cultural

3. FINKELSTEIN, S. *McLuhan: a filosofia da insensatez*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 86.
4. In: *Liberalismo e socialismo. velhos e novos paradigmas*. São Paulo: Edunesp, 1996.
5. MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Ched, 1980, p. 13.
6. SKLAIR, L. *Sociologia do sistema global*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 155.
7. SUBIRATS, E. *El final de las vanguardias*. Barcelona: Anthropos, 1989, p. 171.
8. Cf. MICHELI, M. *Las vanguardias artísticas del siglo XX*. Madri: Alianza, 1980.

também refletiu o caráter dos novos objetivos políticos e militares da sociedade americana. Não se pode ignorar que o progresso das grandes tecnologias de comunicação está ligado àquele da alta tecnologia, surgido à sombra de uma economia de guerra. Ele é indissociável desse contexto de capitalismo monopolístico de Estado, que permitiu o estreitamento dos laços entre o Pentágono e os grandes industriais".⁹

A passagem da "industrialização da cultura" para a chamada "globalização cultural" implica numa mudança conceitual de origem incerta, ou seja, que não encontra a sua chave de compreensão dentro do seu próprio terreno, como o revela o mesmo autor, escrevendo vinte anos depois: "A transmutação semântica de internacional para global efetuou-se tão rapidamente que a teorização se encontra amplamente superada pelas profissões de fé. E nada deixa supor que ela as possa alcançar, se considerarmos a pressão do pragmatismo".¹⁰ O máximo que se consegue, nesse plano, é listar uma série de pautas sem indicar a sua origem nem a sua hierarquização mútua, ou seja, o determinante em última instância, como o faz, por exemplo, Roland Robertson: "Inclusão do Terceiro Mundo e intensificação da consciência global no final da década de 1960. Descida na Lua. Acentuação dos valores 'pós-materialistas'. Fim da Guerra Fria e difusão das armas nucleares. Aumento acentuado do número de instituições e movimentos globais. As sociedades enfrentam cada vez mais problemas de multinacionalidade e de polietnicidade. Conceitos de indivíduos se tornam cada vez mais complexos em relação ao gênero e às considerações étnicas e raciais. Direitos civis. Sistema internacional mais fluido - fim da bipolaridade. Preocupação com a humanidade como humanidade de espécie muito acentuada. Interesse na sociedade

civil mundial e na cidadania mundial. Consolidação do sistema global da mídia".¹¹

Mas se a "globalização cultural" é problemática, o seu fundamento econômico também o é. Alguns autores preferem falar em "mundialização" do capital, restringindo a "globalização" aos aspectos financeiros.¹² Para outros, o conceito de globalização é, igualmente, tributário desse processo-matriz que é a "globalização financeira" desenvolvida no decorrer dos anos 70 e 80. Foi nesse período que desmoronaram os quadros dos sistemas financeiros, estabelecidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, e se esbateram as fronteiras entre as diferentes profissões tradicionais e os sistemas nacionais. Os novos produtos e mercados que apareceram na esfera financeira tornaram-se, logo de saída, internacionais em uma economia-mundo em tempo real.¹³

Está claro que a denominação surgiu nos anos 70, quando alguns professores universitários norte-americanos passaram a falar em *global trade* com referência às políticas internacionais das empresas. Esta "mundialização das empresas" reflete, por sua vez, a mundialização da indústria ("globalização") - os mercados deixam de ser nacionais e passam a ser mundiais; as empresas se tornam multinacionais na medida em que se fazem representar em todos os continentes; e, finalmente, os novos meios de comunicação permitem a circulação de informações técnicas ou financeiras em escala planetária. Cada ramo industrial possui as suas localizações particulares, mas com um ponto em comum: a mundialização, exemplificada triunfalmente, por exemplo, na construção do "carro mundial".

Um segundo aspecto se refere, obviamente, à re-inclusão do ex-"bloco socialista" no sistema capitalista mundial, o que tem levado esquerdistas como Robin Black-

9. MATTELART, A. *Multinationales et systèmes de communication*. Paris: Anthropos, 1976, p. 11.

10. MATTELART, A. *Comunicação-mundo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 250.

11. ROBERTSON, R. Mapeamento da cultura global. In: Mike Featherstone, *Cultura global*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35.

12. Cf. *Teoria & Debate* nº 31, São Paulo: abril 1996; CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

13. BRENDER, A. et al. *Globalisation financière: l'aventure obligée*. Paris: Economica, 1990; LEVITT, T. *The globalization of markets*. *Harvard Business Review*, junho 1983.

14. BLECKBURN, R. *Depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 13.

15. SKLAIR, L. Op. Cit., p. 79.

16. ARNASON, J. P. Nacionalismo, globalização e modernidade. In: Mike Featherstone, Op. Cit., p. 234.

17. SACHS, J. e WARNER, A. *Economic reform and the process of global integration*, *Brooking Papers on Economic Activity*, v.1, 1995.

burn a concluir que "o comunismo fracassou como projeto de um tipo diferente de sociedade, mas não pode em absoluto ser desprezado como movimento".¹⁴ Sob pretexto de "morte do comunismo", a esquerda recupera o mais surrado tema do revisionismo bernsteiniano: o movimento é tudo, o objetivo final não é nada.

Capitalismo "multinacional"

A teoria de um "capitalismo multinacional", que teria superado a fase de "exportação de capitais", baseada em empresas "nacionais", é muito antiga. De acordo com essa noção, "a classe capitalista transnacional não é composta de capitalistas no sentido marxista tradicional. A propriedade direta ou controle dos meios de produção não é mais o critério exclusivo para servir os interesses do capital, principalmente não os interesses globais do capital. A *burguesia administrativa internacional* é definida como uma categoria socialmente abrangente, compreendendo a elite empresarial, gerentes e firmas, altos funcionários do Estado, líderes políticos, membros das profissões eruditas e pessoas de posição similar em todas as esferas da sociedade".¹⁵

A "globalização" seria um estágio superior da "transnacionalização", e se referiria, além da "mundialização" econômica, a todas as consequências, sociais, políticas e culturais, desse processo: "O termo *globalização* pode ser empregado tanto em relação a um processo histórico como a uma mudança conceitual em que ele é - tardiamente e ainda assim incompletamente - refletido. A globalização, no primeiro e mais amplo sentido, é definida com mais precisão como 'a concretização do mundo inteiro como um único lugar' e como o surgimento de uma 'condição humana global'".¹⁶

Para os apologistas e quadros

orgânicos do capital, como Jeffrey Sachs, a globalização seria um produto do último quarto de século, e abriria um futuro róseo para o conjunto do sistema: "O período entre 1970 e 1995, e principalmente a última década, presenciou a mais espetacular harmonização institucional e integração econômica entre nações jamais vista na história mundial. Durante as décadas de 1970 e 1980 cresceu a integração econômica, cuja extensão só se percebeu nitidamente com o colapso do comunismo em 1989. Em 1995 percebe-se o surgimento de um sistema econômico global dominante. O conjunto de instituições em comum está exemplificado pela nova *Organização Internacional do Comércio* (OIC), estabelecida com o consenso de mais de 120 economias, e onde praticamente todas as demais desejam entrar. Parte do novo acordo de comércio envolve uma codificação dos princípios básicos do comércio de bens e serviços. Igualmente, o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) conta hoje com um grau de afiliação quase universal, com os países membros comprometidos a princípios básicos de circulação e conversão da moeda".¹⁷

Mundialização e nação

Desde uma perspectiva alternativa, Samir Amin aceita a "mundialização" como processo econômico, mas aponta a sua contradição com a sobrevivência do "nacional" no plano socio-político: "A mundialização fez com que o espaço econômico não coincidissem mais com a sua gestão política e social. Nos sistemas produtivos nacionais encontramos cada vez mais os elementos de um sistema produtivo mundializado. No entanto, o Estado, instrumento indispensável da regulação social e política e, ao mesmo tempo, do compromisso social interno e da sua interação com o externo, permaneceu sen-

"Sob pretexto de 'morte do

comunismo', a esquerda recupera o mais surrado tema do revisionismo bernsteiniano: o movimento é tudo, o objetivo final não é nada."

"...só o marxismo fornece o método adequado para compreender o processo de internacionalização da produção, desde que Marx o apontou como condição de existência do próprio capital."

do o Estado nacional, sem que haja realmente se iniciado a sua superação ao nível da consciência cultural e política".¹⁸

Se retomarmos a questão desde a sua própria origem, será fácil comprovar que só o marxismo fornece o método adequado para compreender o processo de internacionalização da produção, desde que Marx o apontou como **condição de existência do próprio capital**. Em *O Capital*, Marx assinalava que "a extensão do comércio exterior, base inicial do modo de produção capitalista, surgiu desse mesmo modo de produção, que se desenvolveu em virtude das necessidades que lhe são inerentes, em particular da necessidade de um mercado cada vez mais extenso".

Na concepção neo-clássica, a abertura das economias é uma alternativa. Ela corresponde a uma escolha racional que eleva as curvas coletivas do bem-estar dos parceiros comerciais e econômicos. Mesmo em Ricardo, a apresentação dos custos comparativos vem dissociada da dinâmica a longo prazo, na medida em que o livre comércio é a condição que permite contrabalançar a de outro modo inelutável emergência do Estado estacionário. No entanto, o raciocínio que permite que prevaleça tal solução está apresentado *in abstracto*.

Contrariamente, as análises de Marx e de Rosa Luxemburgo partem de uma hipótese radicalmente diferente. O **desenvolvimento do comércio exterior, a existência de um mercado mundial, são condições inerentes ao desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, desde a sua origem**.

Apresentar o processo de "multinacionalização" como específico do segundo pós-guerra é um abuso. Segundo L. G. Franko, o número de filiais implantadas no exterior antes de 1914 seria de 122 para as empresas americanas, 60 para as inglesas e 167 para as demais

firmas européias.¹⁹ Ainda para o processo mais recente, Charles-Albert Michalet aponta que "a distribuição nacional das firmas multinacionais (FMN) segue fielmente a hierarquia dos PIBs. As mais numerosas são de origem americana, as outras são européias ou japonesas. Não é de nosso conhecimento a existência de sedes de FMN nos países subdesenvolvidos, com exceção, evidentemente, dos 'paraísos fiscais'. Esse fenômeno de multinacionalização é, portanto, indissociável da natureza das economias de origem".²⁰

Mesmo depois de todo o processo de internacionalização mais recente, com seu sonho de uma "fábrica mundial", foi possível assinalar, sem grande dificuldade empírica, que "na internacionalização em curso, o mercado interior continua sendo a base sobre a qual se constrói a eficiência de uma empresa ou de uma economia nacional".²¹

Desenvolvimento desigual

Não existe, portanto, nenhuma evidência de que as badaladas "transnacionalização" e "globalização" tenham significado a superação, pelo capital, da contradição entre a economia mundial e as economias nacionais, e menos ainda entre os Estados nacionais - a contradição entre a internacionalização crescente das forças produtivas e a sobrevivência das fronteiras nacionais, que esteve na base das duas conflagrações mundiais e de múltiplas catástrofes nacionais. Mesmo o processo de liberalização do comércio mundial de pós-guerra foi antes do mais um processo político, no qual a expansão das forças econômicas, longe de atenuar, reforçou os mecanismos de controle estatal: "A inovação do período após a Segunda Guerra Mundial reside justamente em que, no curso das liberalizações, o mercado mundial gradualmente se

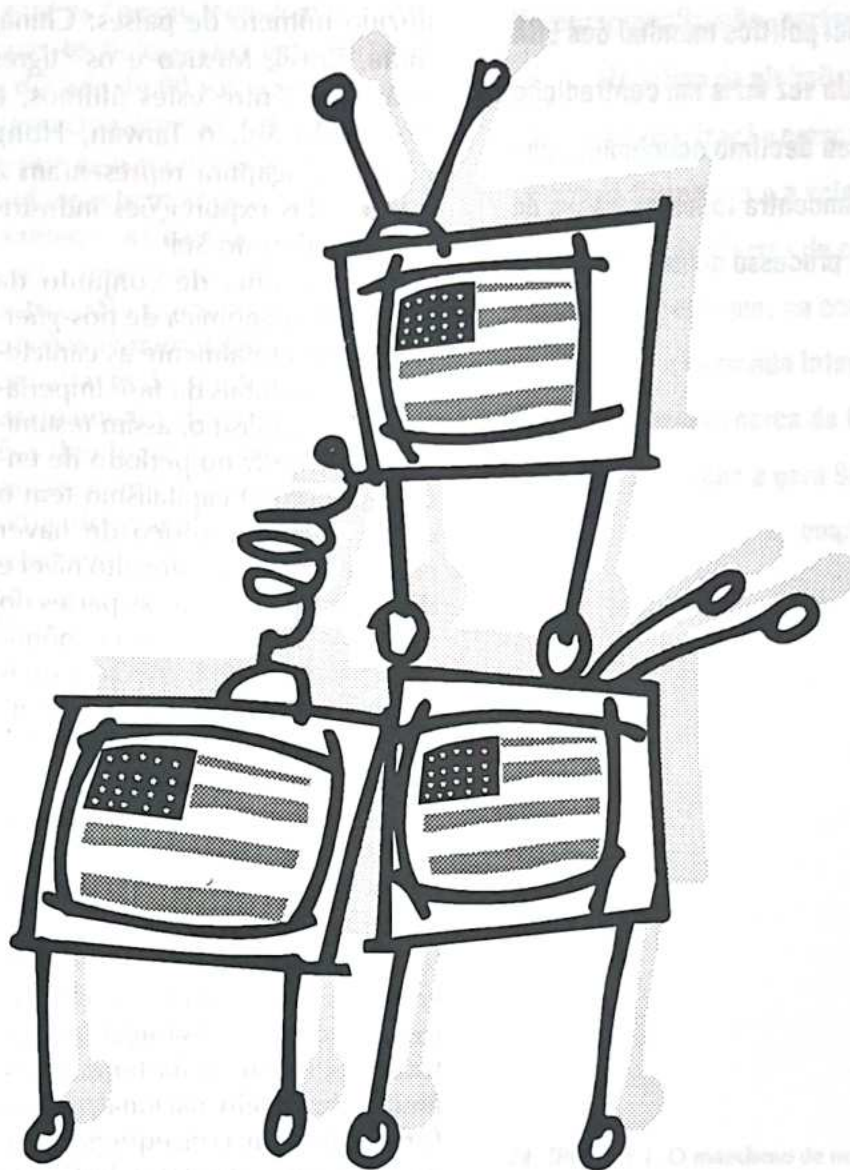
"Não existe, portanto, nenhuma evidência de que as badaladas 'transnacionalização' e 'globalização' tenham significado a superação, pelo capital, da contradição entre a economia mundial e as economias nacionais."

constituiu como local da reprodução econômica de todas as formas agregadas do capital: da liberalização do comércio mundial da década de 1950 até a formação do sistema creditício internacional praticamente sem regulação política, desde meados da década de 1960. Mas as desregulações de modo algum tinham como resultado a eliminação dos controles políticos das relações econômicas por organismos e governos nacionais, e sim a criação de novas instituições reguladoras das relações econômicas mundiais".²²

Mas a própria expansão econômica, o aumento espantoso do volume do comércio exterior, mina as bases sobre as quais se assenta o controle político do processo econômico, preparando as condições para a crise, que todo o emaranhado "institucional" destinado a contê-la foi incapaz de evitar: "A mobilidade de capital parece ter exercido um importante papel no colapso do regime de tipo fixo. O sistema de nível ajustável da década de 1960 foi menos capaz de gerar especulação estabilizadora do que os tipos fixos da década de 1900, uma vez eliminados os controles do capital. A mobilidade do capital reduziu também o controle que as autoridades monetárias nacionais podiam exercer sobre as suas próprias economias, influenciando as taxas de juros".²³

Por outro lado, todo o período de "boom" econômico, os "trinta anos gloriosos" (1945-1975) não fizeram senão acentuar as desigualdades de desenvolvimento da economia mundial, levando-as a um grau de paroxismo que teria sido inimaginável nas décadas anteriores. Os países da Europa ocidental, principalmente a Alemanha, exportam atualmente 44% das mercadorias mundiais, os EUA, 12%, e o Japão, 15%. Esses três conjuntos geográficos tomados globalmente asseguram, portanto, mais de dois terços das exporta-

ções industriais mundiais. Se a estes somamos o Canadá, a África do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia e os países da Europa do Leste, a proporção passa dos 80%, cifras estas válidas para os últimos quarenta anos. Como explicar tal preponderância? Por uma equação muito simples: com um quarto da população mundial, os países desenvolvidos representam 80% da produção mundial e três quartos do consumo de produtos industrializados. Os países desenvolvidos de "economia de mercado" garantem 60% da produção manufatureira mundial, a ex-URSS e os países da Europa do Leste, 20%, e os países em vias de desenvolvimento, os 20% restantes, sendo que o essencial desses 20% corresponde a um re-



18. AMIN, S. *La sfida della mondializzazione*. Milão: Ponto Rosso, 1995.
19. FRANKO, L. G. The other multinationals. In: *The international firms of continental Europe (1870-1970)*, Genebra: CEI, 1973.
20. MICHALET, C. A. *Le capitalisme mondial*. Paris: PUF, 1976, p. 27.
21. BECKOUCHE, P. *Industrie: un seul monde*. Paris: Hatier, 1993, p. 24.
22. ALTVATER, E. *O preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995, p.157.
23. FOREMAN-PECK, J. *Historia de la economía mundial*. Barcelona: Ariel, 1985, p. 354.

"O papel político mundial dos EUA está cada vez mais em contradição com o seu declínio econômico, que concentra todos os traços do processo de decomposição capitalista."

duzido número de países: China, Índia, Brasil, México e os "tigres asiáticos". Entre estes últimos, a Coreia do Sul, o Taiwan, Hong Kong e Singapura representam a metade das exportações industriais dos países do Sul!

O panorama de conjunto da expansão econômica de pós-guerra confirma totalmente as características estruturais da fase imperialista do capitalismo, assim resumidas por Trotsky no período de entre-guerras: "O capitalismo tem o duplo mérito histórico de haver elevado a técnica a um alto nível e de haver ligado todas as partes do mundo com seus laços econômicos. Dessa maneira, tem proporcionado os pré-requisitos materiais para a utilização sistemática de todos os recursos de nosso planeta. Porém, o capitalismo não se encontra em situação de cumprir essa tarefa urgente. O núcleo de sua expansão continuam sendo os Estados nacionais, circunscritos e com suas alfândegas e seus exércitos. Não obstante, as forças produtivas superaram, já há tempos, os limites do Estado nacional, transformando, em consequência, o que era antes um fator histórico progressivo em uma restrição insuportável. As guerras imperialistas não são mais do que explosões das forças produtivas contra os limites estatais, que se tornaram demasiado estreitos para eles. O programa da chamada autarquia nacional nada tem a ver com a marcha-ré para uma economia auto-suficiente e circunscrita. Só significa que a base nacional se prepara para uma nova guerra".²⁴

Expansão e crise

A "desregulamentação" advinda com a crise é muito menos a expressão de uma "ofensiva ideológica neoliberal", e muito mais a consequência da explosão do quadro institucional em que o capitalismo desenvolveu o período de auge. Todo o sistema de regula-

mentação econômica de pós-guerra estava baseado na hegemonia político-militar do imperialismo americano, que também era o carro-chefe do desenvolvimento econômico. **O papel político mundial dos EUA está cada vez mais em contradição com o seu declínio econômico**, que concentra todos os traços do processo de decomposição capitalista.

Hoje os EUA não produzem mais do que um quinto dos bens manufaturados no mundo, contra mais da metade em 1950. No setor automobilístico, a sua grande indústria histórica, sua porção na produção mundial passou de 76% em 1950 a 17% em 1990. Eles contribuíram com 12 % das exportações industriais mundiais em 1990, contra 22% em 1960. A sua balança comercial tornou-se deficitária nos anos 70, sendo que o déficit só aumentou nos anos 80.

Ao contrário do Japão, o emprego industrial nos EUA continua decrescente, passando de 21% do emprego total em 1976 a 16,5% em 1988 e, segundo as previsões, a 14% no ano 2000. De acordo com os economistas, são várias as razões desse declínio. O modo de vida fundado sobre o consumo incha as importações. O ministério da Defesa garante o essencial do financiamento público para a pesquisa; ora, as tecnologias militares possuem uma aplicação limitada na indústria civil.

Se os EUA tentam sair da crise descarregando-a sobre as costas de seus concorrentes (e de toda a periferia atrasada do sistema capitalista mundial, as nações oprimidas) isto não significa uma tendência para a autarquia econômica mas, ao contrário, para a internacionalização ainda maior da sua economia, como já era apontado em 1976 por Gabriel Jipe: "A transferência para o exterior do potencial produtivo americano, acompanhada pelo desenvolvimento de seu sistema bancário em escala mun-

dial, é uma solução para a absorção de capital freado dos EUA e permite assegurar ou reforçar um controle direto ou indireto dos mercados e das fontes de recursos do sistema americano; a continuação da economia de guerra (onde se manifesta a intervenção crescente do Estado) e as novas formas de dependência ('ajuda econômica' aos países pobres) que o sistema americano busca instaurar (em poucas palavras, o *imperialismo crescente*), são outros elementos que atuam sobre a tendência a acumular, modificam tanto o nível como a forma da acumulação nos EUA a partir dos anos 60, e rebatem a tendência ao estancamento".²⁵ Os meios para sair da crise são os mesmos que a provocaram.

Internacionalização, porém, não é sinônimo de globalização. A internacionalização crescente do sistema financeiro e a velocidade espantosa dos fluxos de capitais não impede que, na economia mundial, a demanda interna dos países absorva cerca de 80% da produção e gere 90% dos empregos. A poupança doméstica financia mais de 95% da formação de capital. Essa observação é confirmada por dados apresentados em relatório do FMI. Os fundos de pensão dos EUA, por exemplo, têm apenas 6% dos seus ativos totais fora do país. Os da Alemanha, 5%. Os do Japão, 9%. As companhias de seguro de vida dos EUA têm 4% do seu portfólio em atividades estrangeiras. As da Inglaterra, 12%. A conclusão do FMI é que "a tendência geral na direção da diversificação internacional é ofuscada pela pequena participação dos títulos estrangeiros nos portfólios dos investidores institucionais".²⁶

A globalização financeira não é a panaceia para a crise do capital. Ao contrário, ela própria é consequência do extremo acirramento da concorrência provocada pela crise, e da tentativa de combatê-la através da redução dos custos me-

diantes as "novas tecnologias": "As novas tecnologias se generalizam na década de 90 sob o impacto da internacionalização, caráter central do processo econômico recente. As mudanças tecnológicas influem diretamente na denominada globalização financeira, comercial e industrial. No primeiro termo, a interconexão mundial das comunicações através do aperfeiçoamento e barateamento das telecomunicações deu lugar ao *big bang* das finanças, com todas as bolsas e mercados do planeta operando conjuntamente 24 horas por dia. Essa integração induziu o predomínio dos fluxos internacionais de capital sobre as economias nacionais e o peso ascendente dos investimentos estrangeiros sobre os locais. No segundo termo, a internacionalização comercial foi influenciada pelas novas tecnologias através de uma redução dos custos de transporte".²⁷

Polarização sem precedentes

São as condições de crise capitalista que explicam que o avanço tecnológico e as "recuperações" econômicas não produzam os efeitos esperados pelos economistas. Por um lado, aponta-se que "a despeito das críticas, o período pós-Bretton Woods presenciou uma explosão sem paralelo do comércio internacional e das transações financeiras. De fato, o crescimento per capita nos EUA foi mais elevado no período de câmbio flutuante de 1974-1989 (2,1% ao ano) do que durante o período Bretton-Woods de 1946-70 (2% ao ano) ou mesmo durante o período do padrão ouro de 1881-1913 (1,8% ao ano)".²⁸ Ao mesmo tempo, se constata que "entre 1973 e 1993 a renda média disponível aos 20% mais pobres caiu quase 23% - de \$17.601 a \$13.596 ao ano para uma família de três pessoas (em dólares de 1993)".²⁹ Num quadro em que uma vasta literatura se ocu-

"Internacionalização, porém, não é sinônimo de globalização. A internacionalização crescente do sistema financeiro e a velocidade espantosa dos fluxos de capitais não impede que, na economia mundial, a demanda interna dos países absorva cerca de 80% da produção e gere 90% dos empregos."

24. TROTSKY, L. *O marxismo de nosso tempo*. São Paulo: Outubro, 1988, p. 46.

25. JIPE, G. *El desarrollo de los monopolios y la tendencia al estancamiento. Críticas de la economía política*. n.3, México, abr. 1977.

26. BATISTA, P. M. Jr. *O mito da globalização*. *Folha de São Paulo*, 30 mai. 1996.

27. KATZ, C. *O impacto da internacionalização*. In: COGGIOLA, O. e KATZ, C. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1995, p. 233.

28. GOLVIN, F. J. *The legends of bretton woods*. *Orbis*, primavera 1996, p. 197. Ver também EICHENGREEN, B. *International monetary arrangements for the 21st century*, Washington D.C.: Brookings Institution, 1994; DE CACCO, M., *The international gold standard: money and empire*. Londres: Francis Pinter, 1984.

29. BLUESTONE, B. e GHILARDUCCI, T. *Rewarding work. The American Prospect*, n. 26, mai-jun, 1996, p. 40.

**"...mantidas as atuais tendências,
as disparidades econômicas entre
os países industrializados e o
mundo em desenvolvimento
'passarão de iníquas para
desumanas'."**

pa do assunto,³⁰ torna-se visível o fato de que "um campo das estatísticas não se recuperou desde a recessão de 1991: aquele do nível de vida da maioria dos americanos. De acordo com o *Census Bureau*, a renda de uma família de classe média em 1994, ajustada de acordo com a inflação, foi de \$38.782, ou seja, 1% abaixo do padrão de 1991. Os dados preliminares sugerem que não houve qualquer aumento significativo em 1995".³¹ Para, finalmente, se chegar candidamente à conclusão que segue: "As coisas não estão funcionando como deveriam. A falha do atual capitalismo global avançado em manter os níveis de distribuição da riqueza cria um problema não apenas para os políticos como também para a moderna "ciência" econômica. Durante várias gerações os jovens foram ensinados que o crescimento do comércio e do investimento, aliado à mudança tecnológica, aumentaria a produtividade nacional e criaria riqueza. No entanto, apesar do crescimento progressivo do comércio e das finanças mundiais, durante a última década a produtividade se viu abalada e a desigualdade nos EUA, e o desemprego da Europa, só pioraram".³²

No "Terceiro Mundo", os efeitos são dez vezes piores, e dão lugar a perplexidades semelhantes: "Empregos certamente são criados nos setores exportadores do Sul. Mas as condições de viabilidade desses empregos e, em primeiro lugar, a abertura comercial, têm como efeito uma liquidação ainda maior dos empregos nos setores tradicionais não competitivos. Com raras exceções, os países do Terceiro Mundo criam menos empregos após a abertura do que antes. Esse desequilíbrio aparece inclusive nos dados da balança comercial".³³

Ao lado do desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial, devemos levar em conta o crescimento sem precedentes da

polarização social, que faz da imagem das "200 famílias", usada para descrever a economia dos EUA dos anos 30, quase uma lembrança feliz. De acordo com a ONU, dos US\$ 23 trilhões que compõem a riqueza monetária mundial, apenas US\$ 5 trilhões correspondem à imensa maioria dos países (os chamados "em desenvolvimento"). O mesmo informe oficial afirma que, mantidas as atuais tendências, as disparidades econômicas entre os países industrializados e o mundo em desenvolvimento "passarão de iníquas para desumanas".

Os 20% mais pobres do mundo ficavam, em 1993, com apenas 1,4% do total da renda do planeta, uma queda de 0,9 ponto percentual em relação a 1960. Os 20% mais ricos viram a sua fatia saltar, no mesmo período, de 70% para 85% da riqueza mundial. 358 bilionários têm ativos que superam a renda anual somada de países em que vivem 2,3 bilhões de pessoas (45% da população mundial)! E 33% da população dos países em desenvolvimento (1,3 bilhão) vivem com menos de US\$ 1 por dia. Deles, 550 milhões estão no sul da Ásia, 215 milhões na África subsariana e 150 milhões na América Latina.

Globalização e Mistificação

Esses aspectos da questão são deixados de lado pelos apologistas da "globalização" como solução para os países da periferia capitalista, os quais se fixam nas características aparentes do processo. É o que faz o agora celebrado ex-"Bob Fields", Roberto Campos: "A globalização financeira se traduziu em mudanças tanto operacionais como institucionais. Houve três transformações: a revolução telemática criou o mercado de 24 horas; surgiram novos atores, como os fundos mútuos de investimentos e os fundos de pensão; criaram-se novos instrumentos como a se-

**"Trata-se de uma mistificação
completa. Não é preciso sequer ser
de esquerda para denunciar que os
chamados "blocos regionais"
traduzem, na verdade, a tendência
para o aguçamento da guerra
comercial e financeira inter-
imperialista."**

curitização e os derivativos. No plano institucional, o FMI, que nascera em 1944 com 44 membros, tem hoje 181. No comércio, a globalização assumiu várias formas: o surgimento de blocos regionais, como a União Européia, o Nafta, e o Mercosul; a explosão das multinacionais; o conceito de 'fábrica global' com gerentes e trabalhadores de um país, tecnologia ou financiamento de outros, para vendas a terceiros".³⁴

Trata-se de uma mistificação completa. Não é preciso sequer ser de esquerda para denunciar que os chamados "blocos regionais" traduzem, na verdade, a tendência para o aguçamento da guerra comercial e financeira inter-imperialista. É o próprio Delfim Netto que afirma: "O que parece singular neste momento é a total ignorância do fato de que a 'globalização' (o uso pleno do mercado) e a 'integração' (o uso de preços 'errados' para integrar e ampliar o mercado interno) se repelem. A esperança é que a 'globalização' leve a uma uniformização ou à convergência do nível de renda dentro de cada país e entre os países, o que parece pelo menos duvidoso".³⁵

É a guerra comercial o que está por trás das disputas em torno da "propriedade intelectual" e das "leis de patentes", disputas que segundo toda análise realista não farão senão crescer no futuro imediato: "As disputas comerciais certamente aparecerão no futuro, especialmente quando uma nação se recusar em reconhecer os direitos de propriedade intelectual de uma companhia estrangeira em nome da proteção da saúde e segurança dos cidadãos daquela nação. Portanto, podemos dizer que a questão comercial do futuro é saber se os acordos comerciais vão superar as leis nacionais".³⁶

Disputa interimperialista

O aguçamento da disputa interimperialista condiciona a sangren-

ta luta pela recolonização do antigo "bloco socialista", em especial na China, hoje "principal fonte da acumulação capitalista mundial".³⁷ Se afirma que as indústrias se instalam para produzirem na China produtos de segunda linha, onde não há respeito à propriedade industrial (pirataria), muito menos o direito do consumidor e, com isso, constituir grandes fortunas fruto de apropriação indébita seja das grandes indústrias, seja dos consumidores nos países subdesenvolvidos.

Este processo de enriquecimento se assemelha ao processo de uma "acumulação primitiva" atípica. Entretanto, o maior atrativo está na possibilidade da lavagem de dinheiro de drogas, corrupção, contrabando e demais proezas do sindicato mundial do crime organizado. Segundo um informe recente, "as fábricas chinesas que estão pirateando softwares, músicas, vídeos e produtos de grife americanos no valor de bilhões de dólares mostram que quase todas as operações pertencem, em parte, a companhias estrangeiras, algumas das quais procedem de nações que são grandes aliadas e parceiras comerciais dos EUA".³⁸

Quanto aos países atrasados, é bom lembrar um trecho do artigo de Noam Chomsky, professor do MIT (Massachusetts Institute of Technology), publicado em 1993, na *Folha de São Paulo*: "A Comissão de Comércio Internacional dos EUA estima que as empresas norte-americanas vão ganhar US\$ 61 bilhões/ano do Terceiro Mundo se as exigências protecionistas dos EUA forem satisfeitas no GATT (como o são no Nafta), a um custo, para o Sul, que irá ultrapassar de longe o enorme fluxo de capital repassado para o Norte, a título de pagamento de juros sobre a dívida. Tais medidas se destinam a garantir às empresas sediadas nos EUA o controle sobre a tecnologia do futuro, incluindo a biotecnologia, que, se espera, permitirá que

30. Ver, por exemplo, BRECHER, J. e CASTELLO, T. *Global village or global pillage: economic restructuring from the bottom up*. Boston: South East Press, 1994; RIFKIN, J. *The end of work*, Nova Iorque: Putnam, 1995; SCHOR, J. *The overworked american*, Nova Iorque: Basic Books, 1991; BARTLETT, D. e STEEL, J. *America: what went wrong?* Kansas City: Andrews & McMeel, 1992; HARRISON, B. e BLUESTONE, B. *The great u-turn*, Nova Iorque: Harper Collins, 1990.

31. HEAD, S. *The New Ruthless Economy*. *The New York Review*, 29 fev. 1996.

32. KAPSTEIN, E. B. *Workers and the world economy*. *Foreign affairs*, mai.-jun. 1996, p. 16.

33. HUSSON, M. *Les fausses évidences de la mondialisation*. *Le Monde*, Paris, 25 jun. 1996.

34. *Folha de São Paulo*, 7 jul. 1996.

35. *Idem*, 10 jul. 1996.

36. CHAUDRY, P. E. e WALSH, M. G. *Intellectual property rights*, *The columbia journal of world business*. Verão 1995, p. 91.

37. OVIEDO, L. *China: principal fuente de acumulación capitalista mundial*, *En defensa del Marxismo*, n. 11, Buenos Aires, abril, 1996.

38. *O Estado de São Paulo*, 9 jul. 1996.

a empresa privada controle a saúde, a agricultura e os meios de vida em geral, trancando a maioria pobre na prisão da dependência e da impotência".³⁹

Os fundos no fundo

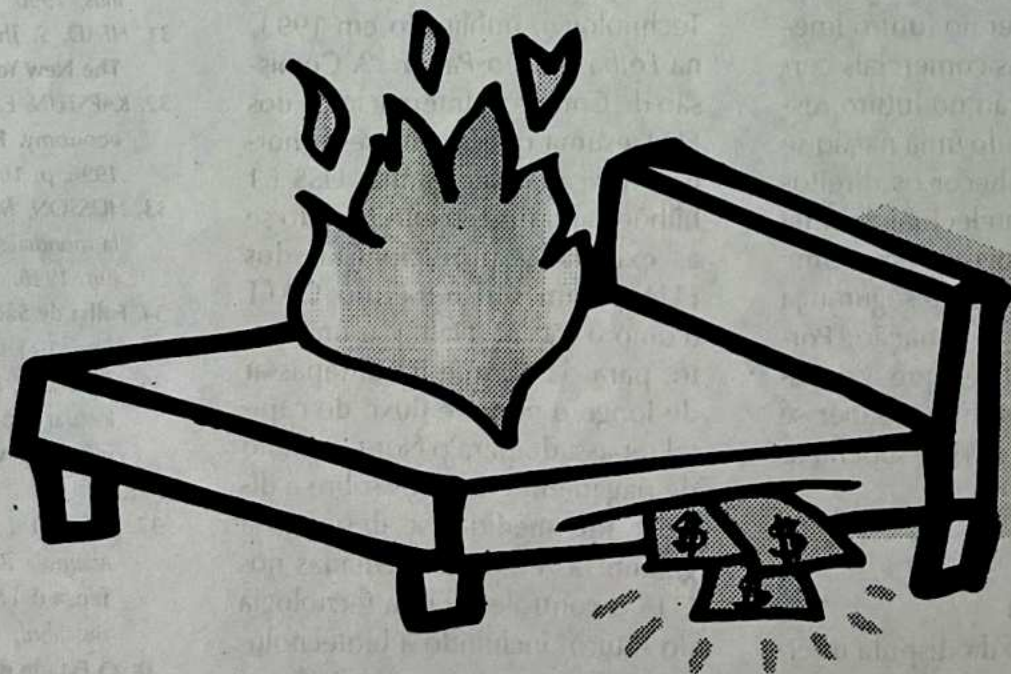
Os fundos de investimento se desenvolvem em condições em que "na escala mundial, o valor das transações, situado entre 20 e 40 bilhões de dólares no início dos anos 80, passou, atualmente, para entre 400 e 800 bilhões de dólares".⁴⁰ Este processo de concentração do capital não poupa os fundos: "Um dos motivos por trás da febre de fusões é a idéia de que, para serem mais competitivas, as firmas administradoras de fundos têm que ser maiores. A não ser que controlem um nicho de mercado específico, a cifra de consenso é de mais de US\$ 100 bilhões em ativos".⁴¹ Liberalismo ou monopolização inédita da economia?

A referência de Campos aos fundos de pensão como instrumentos de expansão e até democratização da globalização não resistem a qualquer análise. Nos países imperialistas, os fundos de pensão se constituíram sobre a base da destruição ou, da inexistência (como

nos EUA) da previdência social solidária. Para os capitalistas, esse sistema carece de interesse, pois não constitui capitais. O regime de capitalização supõe que cada assalariado cotize durante toda a sua vida para constituir um capital que irá financiar a sua aposentadoria. Para os trabalhadores, isto acabou abrindo a porta às piores perspectivas. Na Alemanha, os fundos representam US\$ 300 bilhões de reserva (12% do PIB); na Grã-Bretanha, US\$ 500 bilhões (45% do PIB); nos EUA... 3,5 trilhões!

O sistema de fundos de pensão é, nos EUA, um dos maiores escândalos sociais dos últimos 15 anos. Todo o sistema de aposentadoria está baseado neles. Até recentemente, todo assalariado com idade para se aposentar tinha direito à *Medicaid*, uma espécie de subsídio vindo de fundos estatais, cujo montante é independente da contribuição de cada assalariado, e que foi posto em questão pelos governos de Bush e de Clinton, como um dos responsáveis pelo déficit fiscal. Além disso, os assalariados que contribuíram para os fundos de pensão recebem uma aposentadoria complementar, de fato a essencial, composta por quantias depositadas em seu nome

"O sistema de fundos de pensão é, nos EUA, um dos maiores escândalos sociais dos últimos 15 anos. Todo o sistema de aposentadoria está baseado neles."



ao longo de sua vida profissional.

Nos anos 80, esses fundos investiram "a fundo" em duas direções. Uma, os *junk bonds*, títulos "podres", investimentos incertos que provocaram "cracks" em diversas bolsas americanas e internacionais. Outra, os *savings and loans*, cadernetas de poupança, que foram à falência sequencial nos EUA nos anos 80, engolindo economias duramente poupadas por milhões de trabalhadores. A falência dos investimentos revelou que a maior parte dos fundos de pensão tinha sido investida, a despeito dos controles oficiais, em setores especulativos de alto risco. Foram realizados comícios e manifestações com a palavra-de-ordem: trabalhei durante 35 anos, e agora percebo que o governo não garantiu a minha aposentadoria!

Mas as garantias "legais" existiam nos EUA! A princípio, a lei obriga os fundos de pensão a estarem no seguro, o que não impediu que muitos não estivessem, levando, no caso de sua concordata ou falência, a que os aposentados se encontrassem "legalmente" de mãos atadas. Adotar como "modelo", para o atrasado capitalismo brasileiro, um sistema falido no país capitalista mais poderoso do planeta é bem pior do que miopia: é militar abertamente em favor da destruição das conquistas sociais.

Crise e parasitismo

Do conjunto do processo resulta fácil estabelecer a correlação mais simples e evidente: "Duas tendências de fundo parecem caracterizar as mutações da economia mundial: a explosão do capital especulativo e o crescimento correlativo da precariedade do emprego. A emergência da especulação financeira se traduz, com efeito, na multiplicação do número de fusões industriais e de golpes da Bolsa que transformam a oferta de trabalho: os empregos

estáveis e relativamente bem pagos são substituídos por empregos instáveis e mal remunerados".⁴²

Contra a suposta integração da economia mundial, supostamente expressa na emergência de novas instituições internacionais, se põe em evidência a guerra em surdina que traduz o acirramento da concorrência e da anarquia do comércio mundial, que se manifesta nos protestos dos próprios chefes de Estado, segundo uma pena engajada na defesa do imperialismo ianque: "Estão acusando os EUA de, ao invés de abraçar a nova Organização Internacional de Comércio (OIC) e colocar diante dela todas as suas disputas comerciais, tentar resolver os seus problemas através de acordos bilaterais ou mesmo decisões unilaterais. A substituição de relações internacionais estabelecidas, pela lei da selva, segundo os críticos, encoraja o mercantilismo desenfreado, o protecionismo e a elevação da tensão política entre países, enfraquecendo o comércio global. Deixemos de lado por um momento a hipocrisia dos europeus, que negociam bilateralmente todo o tempo, e a atitude do Japão, que continua a praticar um comércio altamente controlado, completamente contrário ao espírito da OIC. O fato é que os ministros do Canadá, Brasil, Coreia, Índia e Singapura, os comissionários da União Européia e empresários desde Toronto até Hong Kong, estão dizendo que os EUA viraram as costas ao sistema multilateral de troca. A acusação é particularmente significativa face aos últimos 50 anos de apoio norte-americano ao GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas), o predecessor do OIC".⁴³

O principal, porém, é que o desenvolvimento do comércio é nada se comparado com a expansão das transações financeiras. Entre 1965 e 1990, o comércio mundial de mercadorias e serviços aumentou 14 vezes, e "os fluxos fi-

"Adotar como "modelo", para o atrasado capitalismo brasileiro, um sistema falido no país capitalista mais poderoso do planeta é bem pior do que miopia: é militar abertamente em favor da destruição das conquistas sociais."

39. Cf. ROSSETTO, C. J. *O fim do futuro*, Meio & Pesquisa, São Paulo, mai. 1996.

40. *The New York Times*, 31 out. 1995.

41. *The Wall Street Journal Americas*, 26 out. 1996.

42. PETRAS, J. e CAVALUZZI, T. *Devenir pauvre en travaillant*, *Le Monde Diplomatique*, jul. 1996.

43. GARTEN, J. E. *Is America abandoning multilateral trade?* *Foreign Affairs*, nov.-dez.1995, p. 50.

**"A cada vez mais precária
estabilidade do ciclo se apóia, não
no seu dinamismo econômico, mas
na coerção extra-econômica do
Estado, o que demonstra a
completa mistificação do chamado
'neoliberalismo' e da suposta
tendência para um 'Estado
mínimo'."**

nanceiros alcançaram dimensões inimagináveis", a ponto "de mais de US\$ 1 trilhão rodar o mundo a cada 24 horas, buscando sem descanso o mais alto retorno", segundo a ONU.

Visto como a "tábua de salvação" do capitalismo em crise, como o campo predileto de aplicação das "novas tecnologias", e como o local por excelência da "integração global", a hipertrofia do setor financeiro não fez senão ocultar sua anarquia crescente e a criação das bases para uma crise de uma magnitude até difícil de imaginar. A hipertrofia nasceu da necessidade de financiar o consumo como paliativo à crise dos anos 70: "O gasto em consumo (e não em inversão) abriu a via para a recuperação econômica posterior a 1975. O gasto em inversão cresceu menos de 50% da taxa normal das quatro grandes recuperações que tivemos desde a Segunda Guerra Mundial, apesar de que a taxa de benefício posterior a 1975 tenha crescido mais rapidamente do que a média das recuperações anteriores. O razão disto é que as empresas reduziam os empréstimos e tratavam de restabelecer condições de liquidez mais favoráveis. O gasto e o consumo militar também foram grandes na recuperação de 1983".⁴⁴

Trata-se do caso do remédio que mata o paciente. Ouçamos Michel Camdessus, o diretor-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional): "O sistema financeiro mundial está em pedaços e há uma urgência extrema em apertar os parafusos", disse em um seminário prévio à 22ª reunião de cúpula do G-7, os sete países mais ricos do mundo. O comunicado econômico assinado pelos líderes dos sete países observou que "a mundialização dos mercados financeiros pode criar novos riscos de instabilidade" e pediu a instalação de "dispositivos mais eficazes e concretos" para enfrentá-los.

Não é Rosa Luxemburgo, mas

um dos maiores especuladores internacionais, quem afirma que no fim da linha está a barbárie. George Soros observa que a economia globalizada tem base muito frágil e repousa sobre a falsa premissa de que os mercados tendem ao equilíbrio. Para ele, há uma possibilidade real de colapso das finanças internacionais. "Minha experiência, declarou, me diz que essa possibilidade está nos rondando". E acrescentou: "as finanças internacionais não obedecem a nenhuma lei. Quando uma atividade está fora do alcance da lei, o que predomina é a força - e o Estado de coisas em que a força predomina é chamado de barbárie".⁴⁵

"Neoliberalismo" e Estado

A cada vez mais precária estabilidade do ciclo se apóia, não no seu dinamismo econômico, mas na coerção extra-econômica do Estado, o que demonstra a completa mistificação do chamado "neoliberalismo" e da suposta tendência para um "Estado mínimo", que só existe na imaginação dos apologistas do capital. Como afirma Philippe Delmas: "É paradoxal pretender que o Estado recue enquanto a sua porção de despesas do PIB não cessa de aumentar. É difícil sustentar que ele não interfere nas empresas, quando o sua dívida perturba profunda e sensivelmente os mercados financeiros: a dívida pública norte-americana aumentou mais depois de 1981 do que no período em que financiava a Segunda Guerra Mundial! É altamente contraditório afirmar que o Estado é neutro quando se constata que três quartos do aumento da concentração de riquezas se devem às mudanças das leis fiscais. O Estado do liberalismo dogmático não é um Estado ausente, mas sim dissimulado e incompetente. É espetacular ver como ele emprega o equivalente ao PIB italiano para reparar as conseqüências de uma

desregulamentação mal concebida das caixas de poupança, após ter recusado investir um milésimo da quantia para sustentar as indústrias do futuro e demitido os funcionários que propuseram tal absurdo".⁴⁶

A dívida pública americana se situa no exato valor de US\$ 4.985.567.071.200,00. Equivale a quase dois anos da produção industrial daquele país!⁴⁷ Mesmo no que diz respeito aos "países emergentes" da periferia mundial, é a força do Estado que explica seus relativos "sucessos" (que não eliminam a crescente polarização social neles), o que é admitido até pelos seus panegiristas. Segundo Jim Rohwer, a recusa dos governos asiáticos em oferecer redes de proteção social estaria por trás da rápida expansão econômica dos tigres da região. A experiência asiática se deu num ambiente de falta de tradição democrática, o que facilitou o processo, diz Rohwer.⁴⁸

Globalização e Barbárie

Não é possível, portanto, separar os aspectos econômico e político do atual ciclo, como o faz certa esquerda desesperada em integrar-se ao capital. Eis um exemplo: "Os partidos de esquerda, de um modo geral, vêm apresentando uma posição refratária ao fenômeno da globalização. Alguns chegam a opor-se à globalização como se ela fosse uma invenção do neoliberalismo. Ocorre nisto a adoção de uma postura idealista que não consegue perceber que a globalização é um fenômeno estrutural objetivo e o neoliberalismo um programa político-ideológico que procura se adaptar a ela. Falta à esquerda o sentido da renovação e a percepção de que o mundo está passando por uma profunda revolução que atinge desde o dia-a-dia das pessoas comuns até as formas de existência dos Estados".⁴⁹

As mudanças no Estado, no entanto, são um processo tão objetivo quanto o econômico e expressam o conteúdo deste. Segundo Edward Luttwak, a globalização da economia e as mudanças estruturais em curso no mundo hoje promovem sem dúvida crescimento econômico, mas produzem, ao mesmo tempo, uma situação inédita na história do capitalismo: a insegurança no emprego de parcelas cada vez maiores dos chamados colarinhos brancos. Focalizando o caso dos Estados Unidos, considera que esse problema não é respondido adequadamente nem pelos republicanos nem pela esquerda moderada, abrindo-se portanto um espaço que pode vir a ser ocupado por uma espécie de partido fascista melhorado.⁵⁰

- Segundo François Chesnais, a mundialização do capital (principalmente do capital financeiro) reforçou a fundo as políticas de liberalização e de desregulamentação, sobretudo na medida em que veio acompanhada da difusão das novas tecnologias de produção, de informação e de comunicação (aquelas que contribuíram para a crise do sistema de produção "fordista"). A mundialização do capital fez com que explodissem as três formas institucionais que, durante os últimos cinquenta anos, permitiram a regulação social pelos Estados:
1. o trabalho assalariado, enquanto forma predominante de inserção social e de acesso à renda;
 2. um sistema monetário internacional fundado sobre taxas fixas de câmbio;
 3. a existência de instituições nacionais suficientemente fortes para impor uma disciplina ao capital privado.

A mundialização do capital está intimamente associada à destruição dessas formas de regulação nacional e internacional. Ela condena milhões de assalariados e de jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização e à exclusão; a moeda e a finança ficam

"A globalização das dívidas
enriquece os gerentes de capital,
mas a solução da crise não se
encontra nem ali super-avanzado,
nem no cálculo infinitesimal,
porque sevela deita suas raízes nas
próprias leis de desenvolvimento do
capitalismo."

44. O'CONNOR, J. *El significado de la crisis*, Madri: Revolución, 1989, p. 39.
45. *Folha de São Paulo*, 2 mai. 1996.
46. DELMAS, P. *Le maître des horloges*. Paris: Odile Jacob, 1991, p. 330.
47. *Análise de conjuntura econômica*, São Paulo, 16 nov. 1995.
48. ROHWER, J. *Asia rising*. Nova Iorque: Buitenworth-Heinemann, 1996.
49. GENOINO, J. A esquerda e a globalização. *Zero Hora*. Porto Alegre, 9 jul. 1996.
50. LUTTWAK, E. Por que o fascismo é a onda do futuro. *Novos Estudos*, n. 40, São Paulo, nov. 1994.

confiadas à anarquia dos "mercados"; os Estados tiveram as suas capacidades de intervenção drasticamente reduzidas, depois que os governos e as elites dos principais países capitalistas avançados deixaram que o capital-dinheiro se convertesse numa força praticamente incontrolável.⁵¹

Globalização e guerra

Ao mesmo tempo que os teóricos do capital norte-americano colocam a necessidade de superar os acordos atuais (OIC, Nafta) através de um acordo comercial "transatlântico" (TAFTA),⁵² seus críticos "humanistas" de além-mar revelam o sentido do processo, e o próprio conteúdo da sua crítica: "O planeta - sob o tacão americano e com a participação ativa de todos os que, na Comissão de Bruxelas assim como em outras partes, trabalham pela criação de uma zona de livre-comércio euro-atlântico, a chamada 'agenda transatlântica' - já começou a entrar numa desordem suicida. Dirigir-se contra essa vontade de hegemonia, de uniformização, de não-respeito das diversidades, é evitar que inúmeras revoluções se multipliquem no mundo. Já que, sem regulações, as desigualdades se tornarão ainda mais insuportáveis; sem moedas de igual capacidade, o mundo entrará no sistema do dólar; sem sistemas autônomos de defesa, atenuam-se as originalidades; sem verdadeiras instâncias de arbitragem, as dominações serão cada vez mais brutais"⁵³ (grifo nosso).

A guerra ideológica é a expressão da guerra comercial, industrial e financeira, e o prelúdio da guerra *tout court* que, segundo os porta-vozes do capital, está bem longe de excluída da agenda estrutural das atuais relações internacionais.⁵⁴ As manifestações elencadas convergem objetivamente numa só direção: longe de uma vitória histórica do capitalismo que anuncia

um longo período de desenvolvimento pacífico, **entramos numa etapa de desordem mundial, fascismo, guerras e revoluções.**

A volta do darwinismo social (*The Bell Curve*), da biologização da política, do racismo em geral (incluído o anti-semitismo), deixam de ser manifestações excêntricas, para revelar o conteúdo profundo do processo econômico-social. Desfaz-se a ilusão de um lado "ordeiro" do atual processo, como a sustentada por Giovanni Arrighi. Pela teoria de Arrighi, o sistema capitalista mundial está mergulhando em crise desde 1970, e o presente auge financeiro reflete a intensidade e extensão da crise. O lento crescimento da produção material desvia capitais crescentes para a especulação financeira e ao mesmo tempo amplia o gasto social dos Estados, em função do crescimento do desemprego e da exclusão social.⁵⁵

O processo objetivo, no entanto, teria o seguinte sentido: "Hoje a noção de um governo mundial parece menos fantasiosa do que há dezoito anos. O Grupo dos 7 vem se reunindo regularmente e se parece cada vez mais com um comitê administrador dos assuntos comuns da burguesia mundial. Nos anos 80, o FMI e o Banco Mundial agiram cada vez mais como um ministério mundial das finanças. E, finalmente, os anos 90 começaram com uma reformulação do Conselho de Segurança da ONU, como um ministério mundial da polícia. De maneira totalmente não-planejada, começa a surgir uma estrutura de governo mundial, pouco a pouco, sob pressão dos eventos e por iniciativa das grandes potências políticas e econômicas".⁵⁶

Crise das instituições internacionais

O próprio imperialismo, porém, possui uma avaliação diferente do G-7: "A organização, fundada há 20 anos, parece cada vez menos

"...longe de uma vitória histórica do capitalismo que anuncia um longo período de desenvolvimento pacífico, entramos numa etapa de desordem mundial, fascismo, guerras e revoluções."

eficiente, por não refletir as realidades de um mundo no qual as economias emergentes da Ásia e da América Latina estão crescendo quase duas vezes mais que as das nações industrializadas. Há pouco tempo, quando o G-7 tentou resolver a crise do peso mexicano, surgiram divergências sobre o pacote proposto pelos EUA, com os europeus acusando Washington de estar tentando induzi-los a salvar os investimentos americanos (...). Enquanto a distância econômica entre as nações do G-7 e o resto do mundo diminui, a posição que o grupo escolheu para si, de guardião do sistema econômico internacional, desperta ressentimento crescente e torna-se cada vez mais difícil justificar esse papel (...). O G-7 é hoje uma instituição que está chegando ao oca-so".⁵⁷

As instituições e os acordos internacionais não podem simplesmente pairar por cima da crise do capital. A velocidade vertiginosa do aumento das dívidas torna obsoletos os instrumentos econômicos e políticos de controle. Os banqueiros sabem disso e, segundo *The Economist*, "um grupo dos maiores bancos do mundo, conhecido como G-20 (apesar de ter apenas 17 membros; quem disse que banqueiros sabem contar?), anunciou planos para criar uma organização com 24 horas de funcionamento para compensação de câmbio externo dentro dos próximos anos".⁵⁸ Depois dessa, só inventando o dia de 30 horas...

A hiperinflação das dívidas enlouquece os gerentes do capital, mas a solução da crise não se encontra num *chip* super-avançado, nem no cálculo infinitesimal, porque aquela deita suas raízes nas próprias leis de desenvolvimento do capitalismo.

As novas instituições surgem do fracasso das antigas, e têm esse fracasso incorporado na sua plataforma. É o caso da OIC, surgida da

constatação do fracasso do GATT, quando, a partir de 1986, o processo de liberalização das trocas demonstrou ter chegado a um limite: pela primeira vez, as negociações da Rodada Uruguai, abertas em Punta del Este em setembro de 1986, não puderam ser concluídas no prazo previsto, de 4 anos. Os instrumentos econômicos afundam um após o outro: o mercado dos produtos derivativos - que Roberto Campos apresenta como panacéia - entrou em crise depois da falência vinculada a ele, em 1994, da Banca Barings, um dos símbolos históricos da vitória mundial do capitalismo em seu período de ascensão.

O falido G-7, por outro lado, veio paliar na prática a falência da instituição criada pelo capitalismo internacional para resolver os conflitos internacionais, a ONU: "Após a queda do muro de Berlim, os EUA confiscaram a ONU, sob a cobertura da nova ordem internacional. Estupefatos pelo brutal desabamento do comunismo e ocupados com uma crise econômica particularmente aguda, os povos não souberam medir a espiral de derrotas na qual a organização mundial mergulhava, tornando bastante ilusórios todos os projetos de reformas dos quais se falava para o seu quinquagésimo aniversário... Ali onde as chamas da guerra se acendem, as Nações Unidas, para apagá-las, se utilizam de métodos custosos e ineficazes. Não obstante, a organização é deixada de fora das grandes negociações de paz - Palestina ou Bósnia - realizadas pelos EUA... No seio das Nações Unidas, a impotência do Conselho Econômico e Social confirma: a esfera financeira escapa a toda regulamentação coletiva"⁵⁹ (grifo nosso).

Crise do capital

Na base da crise política encontra-se, portanto, a crise econômi-

"A hiperinflação das dívidas enlouquece os gerentes do capital, mas a solução da crise não se encontra num *chip* super-avançado, nem no cálculo infinitesimal, porque aquela deita suas raízes nas próprias leis de desenvolvimento do capitalismo."

51. CHESNAIS, F. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1994.

52. PREEC, E. H. Policy forum: transatlantic free trade, *The Washington Quarterly*, primavera 1996.

53. PISANI, E. Tous ensemble contre la mondialisation. *Le Monde Diplomatique*, Paris: jan.1996.

54. COPELAND, D. C. Economic interdependence and war. *International Security*, v. 20, n.4, MIT-Harvard, primavera 1996.

55. ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto UNESP, 1996.

56. ARRIGHI, G. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In SADER, E. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 118.

57. *The New York Times*, 2 mai.1995.

58. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 2 jun.1996.

59. CHEMILLIER-GRENDAU, M. *L'ONU confisquée par les grandes puissances*. *Le Monde Diplomatique*, Paris, jan. 1996.

ca do capital. Esta, por sua vez, não resulta da negação das tendências do período de expansão, mas do seu desenvolvimento exacerbado, tendências que explicam a chamada "globalização", não como um estágio superior do desenvolvimento capitalista, mas como uma manifestação extrema de sua crise. Nos primeiros vinte anos de pós-guerra, "apesar de uma forte expansão da produção, a reconstituição contínua do exército de reserva industrial permitiu a manutenção de uma taxa de mais-valia bastante elevada. Os salários reais aumentam com mais lentidão que a produtividade física. Os lucros seguem sendo elevados, apesar do aumento da composição orgânica do capital. Tudo parece caminhar no melhor dos mundos.

"No início da década de sessenta, a situação começa a mudar. Esta mudança é visível primeiramente na Itália e Alemanha ocidental. Depois se manifesta na França e Estados Unidos, e inclusive termina por chegar ao Japão. O exército de reserva industrial começa a diminuir estruturalmente (em alguns países, a emigração e a expansão vertiginosa do emprego no setor de 'serviços' são a causa determinante desse fenômeno. Em outros, a causa essencial é a amplitude da expansão industrial). Os operários começam a recuperar o 'atraso' na 'divisão do bolo da prosperidade'. Os salários reais aumentam agora mais rápido do que a produtividade física. A taxa de mais-valia começa a baixar. E como estamos em pleno incremento da composição orgânica do capital, a taxa de lucros se inclina perigosamente. A Grã-Bretanha, onde o pleno emprego havia sido alcançado e mantido muito tempo antes, antecede nestas mudanças o resto dos países imperialistas.

"Abre-se, então, ao mesmo tempo, uma fase de competição internacional exacerbada e de luta de classes acentuadas. Cada potên-

cia imperialista trata de recuperar no mercado mundial o que perde no mercado interno (naturalmente não são todas as que podem ter êxito; o que mais se expande são as exportações do Oeste alemão e os japoneses). Cada potência imperialista trata de impor à sua própria classe operária os gastos desta corrida pelas exportações, mediante políticas de salários, limitações 'voluntárias' ou impostos sobre os salários, limitações do direito de greve..."⁶⁰

Socialismo ou barbárie

O quadro das certezas afirmado pelos propagandistas vulgares do mercado (os "neoliberais") contrasta com o quadro de perplexidades e incertezas que, como vimos, caracteriza os representantes da ciência econômica e política oficial. Esta última, contrastando com a euforia do mercado, tem se transformado numa ciência do pessimismo: "No momento, a questão mais importante da teoria política ocidental não se refere à sua habilidade explanatória ou abertura às más notícias. Pelo contrário, consiste em saber até que ponto a teoria política ocidental possui os recursos para apontar o caminho a um futuro menos cinzento. A questão central já é saber se os seres humanos ainda podem ter esperanças de conservar o seu mundo".⁶¹

A ciência econômica, por sua vez, se pergunta seriamente se o capitalismo não vai destruir o planeta, pois "se a análise econômica permite traduzir o meio-ambiente em termos monetários, ainda assim ele fica numa situação exterior ao mercado, que exige que uma oferta explícita encontre uma procura explícita".⁶² Ou também que "uma simples demonstração matemática revela que a poluição mundial e o esgotamento dos recursos naturais não terão mais volta se esta perspectiva não for levada em conta

60. MANDEL, E. *A crise do capitalismo de pós-guerra*, Teoria e Prática. n. 2, s.l.p., mar.1975.

61. DUNN, J. *Western political theory in the face of the future*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1993, p. 133-134.

62. KEMPF, H. *L'économie à l'épreuve de l'écologie*. Paris: Hatier, 1991, p. 76.

63. KEEGAN, W. *The spectre of capitalism*, Londres: Vintage Books, 1993, p. 192. Para alguns, o marxismo também é atingido por esta crise, na medida em que "os esquemas marxistas de 'reprodução simples' e de 'reprodução ampliada' não levam em conta que a falta de recursos esgotáveis pode pôr um limite inclusive na 'reprodução simples'. Isso reflete o status metafísico que o conceito de 'produção' recebeu na economia marxista, assim como na ciência econômica convencional" (ALIER, J. M. e SCHÜPMANN, K. *La economía y la ecología*. México: FCE, 1991, p. 270). O único que isto demonstra é a compreensão metafísica do marxismo desses autores.

64. Cf. BREITINGER, J. *O perigo pode estar à nossa direita* (entrevista com Paul Kennedy), Exame n. 609, 8 de maio de 1996.

65. Le Figaro, Paris: 4 dez.1995.

pelas políticas coletivas na economia, indústria e comércio".⁶³ Ora, é justamente a incapacidade de pôr em prática "políticas coletivas" o que caracteriza a situação presente: a crise política retroalimenta a crise econômica.

Os historiadores que não querem ficar apenas na superfície dos acontecimentos só conseguem enxergar, como o já citado Edward Luttwak, no futuro, o **fascismo**, como também o faz o muito conhecido catedrático de Yale, **Paul Kennedy**.⁶⁴ Intelectuais no pior sentido do termo, só vêem, por razões de classe, uma das alternativas históricas do período convulso que vivemos, sem enxergar a outra, resumida conceitualmente por Trotsky no Segundo Congresso da Internacional Comunista: "Nem o empobrecimento, nem a prosperidade como tais podem conduzir à revolução, apenas as mudanças de prosperidade a empobrecimento, as crises, a mutabilidade, a ausência de estabilidade; estas são as forças motrizes, os fatores que cau-

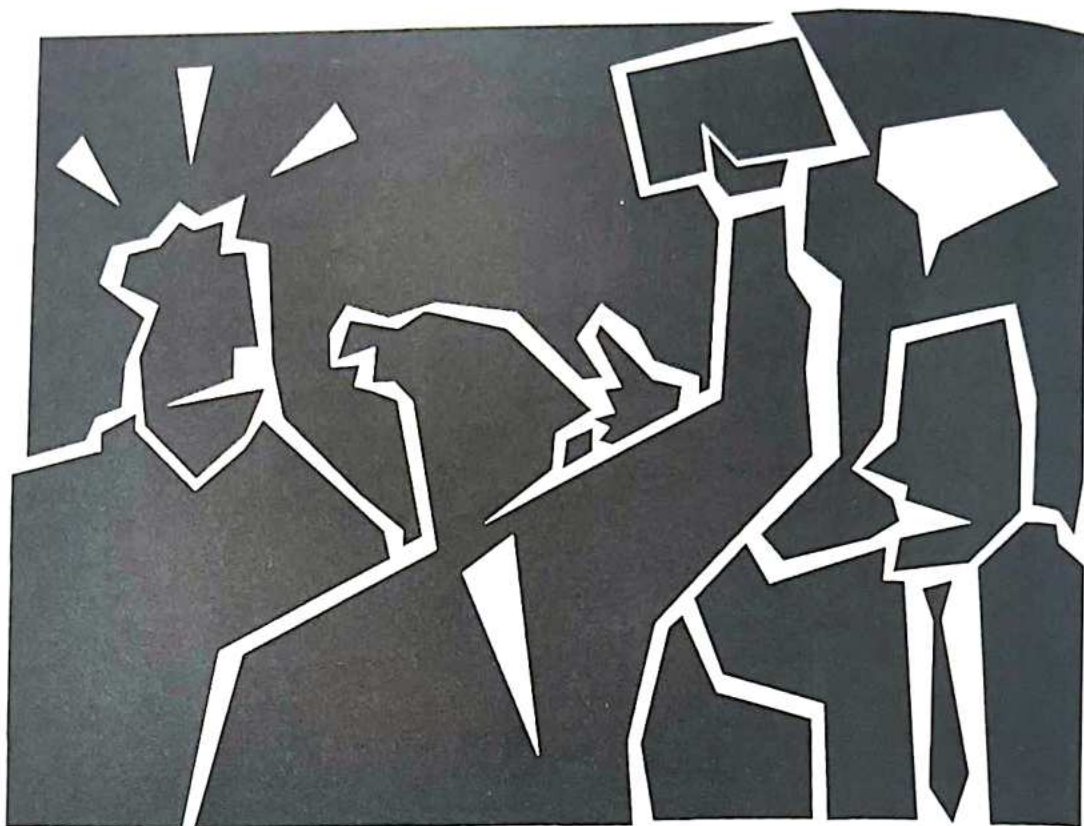
sam a revolução".

O mui orgânico intelectual do Estado imperialista francês, Alain Minc, comentou, perplexo diante do contraste entre a marcha forçada para a "globalização" e a revolta social de novembro-dezembro de 1995, que "neste mundo aparentemente unificado pelos modos de vida e os mercados financeiros, persiste uma especificidade francesa: o gosto pelo espasmo".⁶⁵

A "globalização" não é senão a expressão ideológica da internacionalização sem precedentes das forças produtivas, e de sua completa inadequação à sobrevivência dos Estados nacionais, insuperável para o capital e suas supostas "instituições internacionais". O "espasmo" não é uma especificidade francesa, mas a expressão de um processo universal: a revolta das forças produtivas da humanidade contra o anacronismo capitalista, revolta à qual só o **proletariado** tem as condições de dar uma expressão política progressista, a **revolução**, que se **desenha no horizonte histórico como a única alternativa à barbárie.** ??



"O espaço deixado pela esquerda reformista foi em parte ocupado pelos políticos e ideólogos capitalistas, tecnocratas, e pelas igrejas tradicional e fundamentalista (Vaticano e Pentecostais)"



James Petras*

Os intelectuais

Uma crítica marxista aos pós-marxistas**

** James F. Petras, cientista político norte-americano, é docente e pesquisador da State University do Estado de Nova Iorque.*

***Tradução: Amílcar D'Ávila de Mello.*

O "pós-marxismo" tornou-se a postura intelectual da moda com o triunfo do neoliberalismo e com o recuo da classe trabalhadora. O espaço deixado pela **esquerda reformista** foi em parte ocupado pelos políticos e ideólogos capitalistas, tecnocratas, e pelas igrejas tradicional e fundamentalista (Vaticano e Pentecostais). No passado, esse espaço era ocupado pelos políticos socialistas, nacionalistas e populistas, e pelos militantes do clero ligados à "teologia da libertação". O centro-esquerda teve muita influência dentro dos regimes políticos (na cúpula) ou nas classes populares menos politizadas

(na base). O espaço livre deixado pela esquerda radical refere-se aos políticos intelectuais e setores politizados dos sindicatos e movimentos sociais rurais e urbanos. É entre essas classes que o conflito entre Marxismo e "pós-marxismo" é hoje mais intenso.

Nutridas e, em muitos casos, subsidiadas pelas principais instituições financeiras e órgãos governamentais que promovem o neoliberalismo, surgiram inúmeras organizações "sociais" cuja ideologia, vínculos e práticas concorrem diretamente e entram em conflito com a teoria e prática Marxista. Essas organizações, que em muitos casos

autodenominam-se “não-governamentais” ou “centros de pesquisa independentes”, têm sido atuantes propondo ideologias e práticas políticas que são compatíveis com a agenda neoliberal de seus patrocinadores financeiros. Este ensaio propõe-se a descrever e a criticar os componentes de sua ideologia; ele descreve também as suas atividades e inatividades, contrastando-as com os movimentos de classe e suas abordagens. A seguir discutiremos as origens do “pós-marxismo”, sua evolução e futuro com relação ao declínio do Marxismo e seu provável retorno.

Componentes do pós-marxismo

Os proponentes intelectuais do pós-marxismo são muitas vezes “ex-marxistas” cujos pontos de partida são uma “crítica” ao Marxismo e a elaboração de contrapontos para cada uma de suas proposições básicas para tentar oferecer uma teoria alternativa ou pelo menos uma linha plausível de análise. É possível sintetizar os dez argumentos básicos que são geralmente encontrados no discurso pós-marxista.

(1) O Socialismo foi um fracasso e todas as “teorias gerais” das sociedades estão condenadas a repetir esse processo. As ideologias são falsas (exceto o pós-marxismo!) porque refletem um mundo das idéias dominado por um único sistema racial/cultural/ de gênero.

(2) A ênfase Marxista colocada na classe social é “reducionista” porque as classes estão se dissolvendo; os principais pontos de partida são culturais e enraizados em diversas entidades (raça, gênero, etnia, preferência sexual).

(3) O Estado é inimigo da democracia e da liberdade e um provedor corrupto e ineficiente de bem-estar social. Em seu lugar, a “sociedade civil” é a protagonista da democracia e da melhoria social.

(4) O planejamento centraliza-

do leva à burocracia e é um produto dela, impedindo a troca de bens entre os produtores. Os mercados e bolsas de valores, não tão regulados, permitem um maior consumo e uma distribuição mais eficiente.

(5) A luta da esquerda tradicional pelo poder estatal é corruptora e leva a regimes autoritários, os quais subordinam a sociedade civil ao seu controle. As lutas locais sobre questões locais por parte de organizações locais são o único meio democrático de mudança, juntamente com a reivindicação/pressão sobre as autoridades nacionais e internacionais.

(6) As revoluções sempre acabam mal ou são impossíveis: as transformações sociais ameaçam provocar reações autoritárias. A alternativa é lutar pela consolidação das transições democráticas para salvaguardar os processos eleitorais.

(7) A solidariedade de classe faz parte das ideologias do passado, refletindo políticas e realidades antigas. Não existem mais classes. Há “pontos” fragmentados onde grupos específicos (identidades) e localidades estão engajadas em auto-ajuda e em relações recíprocas de “sobrevivência”, baseadas na cooperação por parte de simpatizantes externos. A solidariedade é um fenômeno interclasses; é um gesto humanitário.

(8) A luta de classes e o confronto não produzem resultados tangíveis, provocam derrotas e não conseguem solucionar problemas imediatos. A cooperação governamental e internacional em projetos específicos é que resulta em um aumento da produção e do desenvolvimento.

(9) O antiimperialismo é outra expressão do passado que sobreviveu à sua época. Na economia globalizada de hoje não há possibilidade de se confrontar os centros econômicos. O mundo está cada vez mais interdependente e

"As origens sociológicas do pós-marxismo estão embutidas na mudança do poder político da classe trabalhadora para o capital exportador."

nele há necessidade de uma maior cooperação internacional através da transferência de capital, de tecnologia e de *know-how* dos países "ricos" para os "pobres".

(10) Os líderes das organizações populares não deveriam se voltar exclusivamente para tentar organizar os pobres e compartilhar as suas condições. A mobilização interna deveria basear-se em verbas externas. Os profissionais deveriam elaborar programas e assegurar verbas externas para organizar os grupos locais. Sem a ajuda externa os grupos locais e as carreiras profissionais entrariam em colapso.

Crítica à ideologia pós-marxista

Dessa forma, os pós-marxistas têm uma análise, uma crítica e uma estratégia de desenvolvimento – em resumo: a ideologia geral que eles supostamente condenam quando discutem o Marxismo. Além do mais, é uma ideologia que não consegue identificar as crises do capitalismo (estagnação prolongada, pânico financeiro periódicos, etc.), e as contradições sociais (desigualdades e polarização social) a nível nacional e internacional, que pesam sobre os problemas sociais locais específicos onde eles se concentram. Por exemplo, as origens do neoliberalismo (os meios social, econômico e político onde os pós-marxistas operam) são um produto do conflito de classes. Setores específicos do capital, aliados ao Estado e ao império derrotaram as classes populares e impuseram o modelo. Uma perspectiva não-classista não poderia explicar as origens do mundo social onde os pós-marxistas operam. Além disso, o mesmo problema vem à tona na discussão sobre as origens dos pós-marxistas – a sua própria biografia reflete a mudança abrupta e radical no poder a nível nacional e internacional, nas esferas econômica e cultural, limitando o espaço e os recursos onde o Marxismo fun-

cionou enquanto aumentava as oportunidades e as verbas para os pós-marxistas. As origens sociológicas do pós-marxismo estão embutidas na mudança do poder político da classe trabalhadora para o capital exportador.

Mudemos agora de uma crítica da ideologia pós-marxista da sociologia do conhecimento e da visão geralmente inconsistente da sua teoria para uma discussão sobre a sua proposição específica. Começamos pela noção de "fracasso do socialismo" e de "fim das ideologias". O que significa "fracasso do socialismo"? A queda da U.R.S.S. e dos regimes Comunistas da Europa Oriental? Primeiramente, esse é apenas um conceito de socialismo. Em segundo lugar, nem mesmo aqui está claro o que fracassou – O sistema político? O sistema sócioeconômico? Alguns resultados eleitorais recentes na Rússia, Polônia, Hungria e em várias ex-repúblicas soviéticas sugerem que a maioria dos eleitores preferem a volta de alguns aspectos das políticas previdenciárias e de práticas econômicas anteriores. Se a opinião popular nos países ex-comunistas for um indicativo de "fracasso", os resultados não são definitivos. Em terceiro lugar, se por "fracasso do socialismo" os pós-marxistas entendem o declínio do poder da esquerda, devemos insistir em uma distinção entre "fracasso" devido às inadequações internas de práticas socialistas e de derrotas político-militares por parte de agressores externos. Ninguém diria que a destruição das democracias da Europa ocidental por Hitler foi um "fracasso da democracia". Regimes capitalistas terroristas e/ou a intervenção norte-americana no Chile, Argentina, Bolívia, Uruguai, República Dominicana, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Angola, Moçambique e Afeganistão desempenharam um papel importante no "declínio" da esquerda revolucionária. Derrotas

militares não são fracassos do sistema econômico e não se refletem na eficiência das experiências socialistas. Além do mais, quando analisamos os desempenhos internos durante o período relativamente estável de governos socialistas ou populares, segundo diversos indicadores sociais, os resultados são muito mais favoráveis do que veio depois: participação popular, saúde, educação e crescimento equitativo sob o governo Allende são favoráveis, comparados ao que veio depois com Pinochet. Os mesmos indicadores sob os Sandinistas são favoráveis, comparados ao regime de Chamorro na Nicarágua. A reforma agrária do governo Arbenz e as políticas de direitos humanos, comparadas à política de concentração fundiária do governo instalado pela CIA e 150.000 assassinatos.

Hoje, se é bem verdade que os neoliberais governam e os Marxistas estão afastados do poder, praticamente não há país no Hemisfério Ocidental onde movimentos de massa de influência Marxista ou Socialista não estejam liderando as principais manifestações e desafiando as políticas e regimes neoliberais. Greves bem-sucedidas no Paraguai, Uruguai e na Bolívia; importantes movimentos camponeses e guerrilhas indígenas no México e movimentos de trabalhadores sem-terra no Brasil, todos eles refletem influências Marxistas.

O Socialismo fora do bloco Comunista foi uma força essencialmente democrática e popular que garantiu um importante apoio porque representava interesses populares livremente escolhidos. Os pós-marxistas confundem o Comunismo soviético com os movimentos socialistas revolucionários democráticos de base popular da América Latina. Eles confundem as derrotas militares com os fracassos políticos da esquerda, aceitando a amálgama neoliberal dos dois conceitos opostos. E, por último,

mesmo no caso do Comunismo Oriental, eles não conseguem ver a natureza mutante e dinâmica do comunismo. A crescente popularidade de uma nova síntese socialista da propriedade social, dos programas de bem-estar social, reforma agrária, e de conselho democrático baseia-se nos novos movimentos sócio-políticos.

Nesse sentido, a visão pós-marxista do "fim das ideologias" não é apenas inconsistente com os seus próprios pronunciamentos ideológicos, como também com o contínuo debate ideológico entre Marxistas do passado e do presente e atuais debates e enfrentamentos com o neoliberalismo e com a sua prole pós-marxista.

A dissolução das classes e a ascensão das identidades

Os pós-marxistas atacam a noção Marxista de análise de classe a partir de várias perspectivas. Por outro lado, eles afirmam que ela obscurece a importância idêntica ou maior das identidades culturais (gênero, etnia). Eles acusam os analistas de classe de serem "reducionistas econômicos" e de não conseguirem explicar diferenças de gênero e étnicas nas classes. Eles declaram ainda que tais "diferenças" definem a natureza da política contemporânea. A segunda linha de ataque à análise de classe parte da visão de que a classe é uma construção meramente intelectual – ela é essencialmente um fenômeno subjetivo culturalmente determinado. Conseqüentemente, não há "interesses objetivos de classe" que dividem a sociedade, pois os "interesses" são puramente subjetivos e cada cultura define as suas preferências individuais. A terceira linha de ataque argumenta que têm havido grandes transformações na economia e na sociedade que apagaram as antigas distinções de classe. Na sociedade pós-industrial, alguns pós-marxistas defendem a idéia de que a fonte

"Derrotas militares não são fracassos do sistema econômico e não se refletem na eficiência das experiências socialistas."

de poder está nos novos sistemas de informação, nas novas tecnologias e naqueles que os gerenciam e controlam. A sociedade, segundo essa visão, está evoluindo para uma nova sociedade onde os operários estão desaparecendo em duas direções: para cima, na "nova classe média" da alta tecnologia e para baixo, na "subclasse" marginal.

Os Marxistas nunca negaram a importância das divisões raciais, de gênero, e étnicas dentro das classes. O que eles têm enfatizado, no entanto, é o sistema social mais amplo que gera tais diferenças e a necessidade de unir esforços de classe para eliminar essas desigualdades em todos os pontos: no trabalho, no bairro, na família. A idéia a qual a maioria dos Marxistas opõe-se é que as desigualdades raciais e de gênero podem e devem ser analisadas fora da estrutura de classe: mulheres latifundiárias com criados e riquezas têm uma "identidade" essencial com relação às camponesas que são empregadas recebendo salário de fome. Que os burocratas indígenas de governos neoliberais têm uma "identidade" comum com os camponeses índios que são deslocados de suas terras pelas políticas econômicas de livre mercado. Por exemplo, a Bolívia tem um vice-presidente indígena que preside o contingente dos camponeses indígenas plantadores de cacau. Política de identidade no sentido da conscientização de uma forma particular de opressão por um grupo imediato pode ser um ponto adequado de partida. Esse entendimento, contudo, tornar-se-á uma prisão de "identidade" (raça ou gênero) isolada dos outros grupos sociais explorados, a menos que transcenda os pontos imediatos de opressão e confronte o sistema social no qual está mergulhada. E isso exige uma análise de classe mais ampla da estrutura do poder social que preside e define as condi-

ções das desigualdades gerais e específicas.

O essencialismo da política da identidade isola os grupos tornando-os rivais e incapazes de transcender o universo político e econômico que define e confina pobres, operários, camponeses e empregados. A política de classe é o terreno onde se pode confrontar a "política da identidade" e transformar as instituições que sustentam as classes e outras desigualdades.

As classes não passam a existir através de uma ação subjetiva: elas são organizadas pela classe capitalista para a apropriação de valores. Consequentemente, a noção de que classe é uma construção subjetiva que depende de tempo, lugar e de percepção confunde classe com consciência de classe. Enquanto a primeira tem um status objetivo, a última é condicionada por fatores sociais e culturais. A consciência de classe é uma construção social que, no entanto, não a torna menos "real" e importante na história. Enquanto as formas sociais e expressões de consciência de classe variam, elas são um fenômeno recorrente através da história e praticamente no mundo todo, mesmo quando à sombra de outras formas de "consciência" em momentos diferentes (i.e., raça, gênero, nação) ou combinados com os mesmos (nacionalismo e consciência de classe).

É óbvio que há importantes mudanças na estrutura de classe, mas não na direção apontada pelos pós-marxistas. As principais mudanças têm reforçado as diferenças de classe e a exploração de classe, mesmo quando a natureza e as condições das classes exploradas e exploradoras tenham mudado. Hoje há um número maior de trabalhadores assalariados temporários do que antigamente. Há muito mais trabalhadores empregados em mercados de trabalho não-regulamentados (o chamado setor informal de hoje) do que an-

"A idéia a qual a maioria dos marxistas opõe-se é que as desigualdades raciais e de gênero podem e devem ser analisadas fora da estrutura de classe."

tigamente. A questão da exploração não-regulamentada não descreve um sistema que "transcende" o capitalismo do passado: é a volta às formas de exploração de mão-de-obra do século 19. O que exige uma nova análise é o capitalismo pós-demolição do "welfare state" populista. Isso significa que o complexo papel dos Estados e partidos que mediarão entre capital e trabalho foi substituído pelas instituições estatais mais claramente e diretamente ligadas às classes capitalistas dominantes. O neoliberalismo significa poder estatal exercido por uma classe dominante sem mediação. Quaisquer que tenham sido as "múltiplas determinantes" do comportamento de Estado e do regime no passado recente, hoje o modelo neoliberal de acumulação depende mais diretamente da centralização estatal, vinculada horizontalmente aos bancos internacionais para implementar os pagamentos de dívidas e aos setores exportadores para auferir divisas estrangeiras. As suas ligações verticais com o cidadão como sujeito e vínculo primário dá-se através de um aparato de Estado repressor e de ONGs para-estatais que dissipam as explosões sociais.

O desmanche do Estado de bem-estar social ou "welfare state" significa que a estrutura social está mais polarizada: de um lado, funcionários públicos desempregados na área da saúde, educação e previdência social; do outro, profissionais bem remunerados vinculados às empresas multinacionais, às ONGs e outras instituições financiadas externamente ligadas ao mercado mundial e aos centros de poder político. A luta hoje não é apenas entre classes nas fábricas, mas entre o Estado e as classes desarraigadas nas ruas e mercados, deslocadas de seus empregos fixos e obrigadas a produzir, vender e arcar com os custos de sua reprodução social. A integração ao mer-

cado mundial por parte da elite de exportadores e de pequenos e médios compradores (importadores de artigos eletrônicos, funcionários turísticos de hotéis e resorts multinacionais) têm a sua contrapartida na desintegração da economia do interior: a indústria local, pequenos agricultores, com o concomitante deslocamento dos produtores para a cidade e para o exterior.

A importação de bens de luxo para a classe média-alta baseia-se nos ganhos tirados da mão-de-obra "exportada" dos pobres. A lógica da exploração inicia no empobrecimento do interior, na extinção dos camponeses e no seu êxodo para as cidades e para o exterior. A renda auferida da "mão-de-obra exportada" fornece moeda forte para financiar as importações e os projetos neoliberais de 63 para promover os negócios de exportação externa e interna e os negócios turísticos. A corrente da exploração é mais indireta, mas localiza-se cada vez mais, em última análise, na relação capital-trabalho. Na época neoliberal, a luta para recriar a "nação", o mercado nacional, a produção nacional e o intercâmbio é mais uma vez uma demanda histórica básica. Da mesma forma que o crescimento do emprego informal exige um vigoroso investimento público e um centro regulador para gerar empregos formais com condições sociais dignas. Em resumo, a análise de classe precisa adaptar-se à regra do capital não-mediado em um mercado de trabalho desregulamentado com vínculos internacionais, onde a política reformista redistributiva do passado tenha sido substituída pelas políticas neoliberais, reconcentrando a renda e o poder no topo. A homogeneização e mobilidade para baixo de grandes setores de trabalhadores e camponeses que antes estavam no mercado formal de trabalho gera um grande objetivo potencial para a ação revolucionária unificada. Em uma palavra: há uma identidade

"...o complexo papel dos Estados e partidos que mediarão entre capital e trabalho foi substituído pelas instituições estatais mais claramente e diretamente ligadas às classes capitalistas dominantes. O neoliberalismo significa poder estatal exercido por uma classe dominante sem mediação."

"Na época neoliberal, a luta para recriar a "nação", o mercado nacional, a produção nacional e o intercâmbio é mais uma vez uma demanda histórica básica."

**"Na época neoliberal, a luta para
recriar a 'nação', o mercado
nacional, a produção nacional e o
intercâmbio é mais uma vez uma
demanda histórica básica."**

comum de classe que se constitui no terreno para organizar as lutas dos pobres.

Em resumo, ao contrário do que defendem os pós-marxistas, as transformações do capitalismo tornaram a análise de classe mais importante do que nunca.

O crescimento tecnológico exacerbou - mas não aboliu - as diferenças de classe. Os operários das indústrias de *microchips* e as fábricas onde novos *chips* foram incorporados não eliminaram a classe operária. Ao invés disso, eles mudaram os locais de atividade e o modo de produção dentro do contínuo processo de exploração. A nova estrutura de classe, enquanto visível, combina as novas tecnologias com formas mais controladoras de exploração. A automação em alguns setores aumenta o ritmo de trabalho na linha de produção; monitores de TV aumentam a vigilância sobre os operários, enquanto diminuem o pessoal administrativo, "círculos de qualidade", nos quais operários pressionam operários, aumentam a autoexploração sem aumentar a remuneração ou o poder. A "revolução tecnológica" é modelada pela estrutura de classe da contra-revolução neoliberal. Os computadores permitem que o *agribusiness* controle os custos e o volume dos pesticidas, mas são os trabalhadores temporários mal remunerados que os aplicam e se envenenam. Redes de informação estão ligadas para aumentar o trabalho nas lojas que exploram os seus funcionários ou em casa (a economia informal), para a produção de têxteis, sapatos, etc.

A chave para entender este processo de combinação de tecnologia de desenvolvimento desparelho e trabalho é a análise de classe e, dentro dela, de gênero e de raça.

O Estado e a sociedade civil

Os pós-marxistas pintaram somente uma face do Estado. O Estado é descrito como sendo uma

burocracia gigantesca e ineficiente que saqueou o erário público e deixou as pessoas pobres e a economia falida. Na esfera política, o Estado era a fonte do regime autoritário e das determinações arbitrárias, impedindo o exercício da cidadania (democracia) e a livre troca de mercadorias ("o mercado"). Por outro lado, os pós-marxistas dizem que a "sociedade civil" era a fonte da liberdade, dos movimentos sociais, da cidadania. De uma ativa sociedade civil surgiria uma economia equitativa e dinâmica. O estranho a respeito dessa ideologia é a sua peculiar capacidade de subestimar cinquenta anos de história. O setor público foi fundamental para estimular a industrialização na ausência de investimentos privados e durante as crises econômicas (crise mundial de 1930, guerra na década de 40, etc.). Em segundo lugar, o crescimento do nível de alfabetização e de saúde pública básica foi em grande parte iniciativa pública.

Durante um século e meio de livre iniciativa, praticamente do século 18 até a década de 1930, a América Latina sofreu os sete flagelos da Bíblia, enquanto a mão invisível do mercado assistia: genocídio, fome, doença, tirania, dependência, desarraigamento e exploração.

O setor público cresceu em resposta a esses problemas e desviou-se de suas funções públicas ao ponto de ser apropriado, em caráter privado, pelos empresários e pelas elites políticas. A "ineficiência do Estado" é o resultado do mesmo estar voltado para a obtenção de ganhos privados - subsidiando interesses empresariais (através de baixos custos de energia) ou empregando simpatizantes políticos. A ineficiência do Estado está diretamente relacionada à sua subordinação aos interesses privados. Os abrangentes programas educativos e de saúde nunca foram adequadamente substituídos pela econo-

mia privada, pela igreja ou pelas ONGs. Tanto o setor privado quanto a igreja financiam as clínicas particulares e instituições educacionais para atender a uma minoria rica. As ONGs, na melhor das hipóteses, fornecem atendimento médico ou educacional para grupos limitados em circunstâncias locais, dependendo dos caprichos e interesses dos doadores estrangeiros.

Como indica uma comparação sistemática, os pós-marxistas leram errado o registro histórico: eles se deixaram cegar pela sua retórica anti estatal, vendo as realizações positivas da coisa privada sobre a pública.

O argumento de que "o Estado" é a fonte do autoritarismo é verdade e não é. Estados ditatoriais existiram e existirão, mas a maioria deles têm pouco ou nada a ver com a propriedade pública, especialmente se ela significa a expropriação de negócios estrangeiros. A maioria das ditaduras têm sido anti estatais e pró-livre mercado, hoje, no passado e provavelmente continuarão a sê-lo no futuro.

Além disso, o Estado tem sido um importante apoio à cidadania, promovendo a incorporação de setores explorados da população à política, reconhecendo os direitos legítimos dos trabalhadores, negros, mulheres, etc. Os Estados têm oferecido as bases para a justiça social através da redistribuição de terras, de renda e de orçamentos para favorecer os pobres.

Em resumo: precisamos ir além da retórica estatal/anti estatal para definir a natureza de classe do Estado e a sua base de representatividade e legitimidade política. Os ataques generalizados ao Estado sem bases históricas e sociais são injustificados e servem apenas como um instrumento polêmico para desarmar os cidadãos do livre mercado, impedindo-os de forjar uma alternativa eficaz e racional ancorada nas potencialidades cri-

ativas de ação pública.

A contraposição da "sociedade civil" ao Estado é também uma dicotomia falsa. Além do mais, boa parte da discussão sobre a sociedade civil não enxerga as contradições básicas que dividem a "sociedade civil". A sociedade civil ou, mais precisamente, as classes dirigentes da sociedade civil, enquanto atacam o "estatismo" dos pobres têm sempre insistido em fortalecer os seus laços com a Fa-



zenda e com os militares para promover e proteger a sua posição dominante na "sociedade civil". Da mesma forma, as classes populares da sociedade civil, quando estimuladas, têm tentado romper com o monopólio estatal das classes governantes. Os pobres sempre têm buscado os recursos do Estado para fortalecer a sua posição sócioeconômica com relação aos ricos. A questão é, e sempre tem sido, as relações de classes diferentes com o Estado.

"O setor público cresceu em resposta a esses problemas e desviou-se de suas funções públicas ao ponto de ser apropriado, em caráter privado, pelos empresários e pelas elites políticas."

"Contrapor o 'cidadão' ao 'Estado' significa não ver as profundas ligações de certos cidadãos (elites exportadoras, classe média alta) com o Estado e a alienação e exclusão da maioria dos cidadãos (trabalhadores, desempregados, camponeses) do exercício efetivo de seus direitos sociais básicos."

Os ideólogos pós-marxistas que são mantidos à margem do Estado pelos neoliberais fizeram da sua impotência uma virtude. Imbuídos acriticamente da retórica não-estatal de cima, eles transmitem-na para baixo. Os pós-marxistas tentam justificar os seus veículos organizacionais (ONGs) para a mobilidade para cima dizendo que elas operam fora do Estado e na "sociedade civil", quando na verdade são financiados pelos governos estrangeiros para trabalhar com os governos internos.

A "sociedade civil" é uma forma de abstração das profundas divisões sociais geradas pela sociedade capitalista, divisões sociais que foram acentuadas pelo neoliberalismo. Há tanto conflito entre as classes na sociedade civil quanto entre a "sociedade civil" e o Estado. É somente em momentos excepcionalmente raros que encontramos o contrário. É sob Estados fascistas ou totalitários que torturam, abusam e pilham a totalidade das classes sociais que encontramos momentos de dicotomia entre o Estado e a sociedade civil.

Falarmos ou escrevermos sobre "sociedade civil" significa tentarmos converter a distinção legalista em principais categorias políticas para organizar a política. Fazendo isso, as diferenças entre classes são obscurecidas e o domínio da classe dirigente não é desafiado.

Contrapor o "cidadão" ao "Estado" significa não ver as profundas ligações de certos cidadãos (elites exportadoras, classe média alta) com o Estado e a alienação e exclusão da maioria dos cidadãos (trabalhadores, desempregados, camponeses) do exercício efetivo de seus direitos sociais básicos. Os cidadãos da elite, usando o Estado, esvaziam a cidadania de qualquer significado prático para a maioria, convertendo cidadãos em sujeitos. A discussão da sociedade civil, como o Estado, precisa especificar os contornos sociais das clas-

ses e as fronteiras impostas pela classe privilegiada. A forma como os pós-marxistas utilizam o termo como um conceito acrítico, indiferenciado, serve mais para obscurecer do que para revelar a dinâmica da mudança social.

Planejamento, burocracia e mercado

Não há dúvida de que o planejamento central nos países ex-comunistas era "burocrático"- autoritário na sua concepção e centralizado na sua execução. Dessa observação empírica os pós-marxistas argumentam que o "planejamento" (central ou não) é por natureza antiético com relação às necessidades de uma economia moderna e complexa com as suas múltiplas demandas, milhões de consumidores e um fluxo gigantesco de informações. Somente o mercado pode "dar conta do recado". A democracia e o mercado caminham lado a lado – outro ponto de convergência entre "pós-marxistas" e neoliberais. O problema com esta noção é que a maior parte das principais instituições em uma economia capitalista engajam-se em planejamento central.

A General Motors, o Wal-Mart, Microsoft, programam e planejam centralmente seus investimentos diretos e despesas para continuar a produzir e a comercializar seus produtos. Poucos pós-marxistas concentram a sua atenção nessas empresas. Os pós-marxistas não questionam a eficiência do planejamento centralizado por parte das empresas multinacionais ou a sua compatibilidade com os sistemas eleitorais competitivos, característicos das democracias capitalistas.

O problema teórico é a confusão que os pós-marxistas fazem entre planejamento centralizado e uma variante histórica e política particular do mesmo. Se aceitarmos que os sistemas de planejamento podem ser embutidos em diversos sistemas políticos (autori-

tários ou democráticos), é lógico então que a responsabilidade e responsividade do sistema de planejamento varie.

Nas sociedades capitalistas de hoje, o orçamento militar faz parte do planejamento estatal e as despesas são baseadas em "ordens" para os produtores (e proprietários do capital) que respondem à sua moda ineficiente, produzindo e lucrando há cinquenta anos. Quanto à ausência de "modelo" de planejamento, a questão que precisa ser dita é que o **planejamento estatal centralizado não é um fenômeno exclusivo dos "sistemas Comunistas". Os defeitos são generalizados e também encontrados nas economias capitalistas.** O problema em ambos os casos (o Pentágono e o Comunismo) é a falta de responsabilidade democrática: a complexa elite militar-industrial fixa a produção, os custos, a demanda e a oferta.

A alocação central dos recursos estatais é essencial na maioria dos países em virtude das desigualdades regionais na dotação de recursos, imigração, produtividade, demanda de produtos ou por diversas razões históricas. Somente uma decisão centralizada pode redistribuir os recursos para compensar regiões menos desenvolvidas, classes, gênero e grupos raciais afetados adversamente pelos fatores acima. Contrariamente, o "mercado" tende a favorecer aqueles que possuem vantagens históricas e dotações favoráveis, gerando padrões polarizados de desenvolvimento ou fomentando explorações interregionais/de classe e conflitos étnicos.

O problema fundamental do planejamento é a estrutura política que informa o processo de planejamento. Os funcionários da área de planejamento eleitos e sujeitos às comunidades organizadas, grupos sociais (produtores, consumidores, jovens, mulheres, minorias raciais) alocarão recursos en-

tre a produção, o consumo e reinvestimento de forma diferente daqueles que estão sujeitos às elites inseridas nos complexos industriais-militares.

Em segundo lugar, planejamento não significa especificações detalhadas. O tamanho do orçamento social pode ser decidido nacionalmente por representantes eleitos e alocados em assembleias públicas onde os cidadãos podem votar sobre as suas prioridades locais (orçamento participativo). Esta prática tem sido empregada com sucesso nos últimos anos em Porto Alegre, no Brasil, pelo governo municipal liderado pelo Partido dos Trabalhadores. A relação entre planejamento geral e local não está escrita na rocha, nem tampouco os níveis de especificação das despesas e investimentos a serem determinados nos "níveis mais elevados". As alocações gerais para promover as metas estratégicas que beneficiam todo o país (infra-estrutura, alta tecnologia, educação, etc.) são complementadas pelas decisões locais sobre subsídios às escolas, clínicas e centros de cultura.

O planejamento é um instrumento chave na economia capitalista de hoje. Dispensar o planejamento socialista significa desativar uma ferramenta importante para a organização da mudança social. Para reverter as grandes desigualdades, concentrações de propriedade e alocações orçamentárias injustas precisa-se de um plano global com autoridade democrática e poder para implementá-lo. Juntamente com os empreendimentos públicos e os conselhos autogeridos de produtores e consumidores, o planejamento central é o terceiro pilar para a transformação democrática.

E finalmente, o planejamento central não é incompatível com as atividades produtivas e de prestação de serviços locais (restaurantes, cafés, oficinas mecânicas, gran-

"O planejamento é um instrumento chave na economia capitalista de hoje. Dispensar o planejamento socialista significa desativar uma ferramenta importante para a organização da mudança social."

jas familiares, etc.). Evidentemente, as autoridades públicas estarão ocupadas administrando as macroestruturas da sociedade.

As complexas decisões e os fluxos de informação são muito mais fáceis de administrar hoje graças aos computadores de megaprocessamento de informações. A fórmula é: representatividade democrática mais computadores mais planejamento central é igual a uma produção e distribuição eficiente e socialmente igualitária.

O poder estatal corrompe

Uma das principais críticas ao Marxismo realizada pelos pós-marxistas é a noção de que o poder estatal corrompe e que a luta pelo mesmo é o pecado original. Eles argumentam que isso deve-se ao fato de que o Estado está tão distante dos cidadãos, que as autoridades tornam-se autônomas e arbitrárias, esquecendo as metas originais e visando os seus próprios interesses. Não há dúvida de que ao longo da história as pessoas que detêm o poder tornam-se tiranas. Também é verdade que a ascensão ao poder de pessoas que lideraram movimentos sociais tem tido um efeito emancipador. A abolição da escravidão, a derrocada das monarquias absolutistas são dois exemplos. Então o "poder" no Estado tem um duplo sentido, dependendo do contexto histórico. Da mesma forma, os movimentos locais têm tido êxito mobilizando as comunidades e melhorando as condições imediatas, em alguns casos de forma significativa. Mas também tem acontecido que as decisões econômicas macropolíticas têm solapado os esforços locais. Hoje as políticas de ajuste estrutural a nível nacional e internacional geram pobreza e desemprego, exaurindo recursos locais e obrigando as pessoas a migrarem ou a se envolverem no crime. A dialética entre o poder estatal e local funciona para solapar ou para refor-

çar as iniciativas locais e as mudanças, dependendo do poder de classe manifesto em ambos os níveis. Há numerosos casos de governos municipais progressistas que tiveram as suas bases minadas porque regimes nacionais reacionários cortaram as suas verbas. Por outro lado, os governos municipais progressistas têm sido uma força muito positiva ajudando organizações de bairro, como é o caso do prefeito socialista de Montevideu, no Uruguai ou do prefeito esquerdista de Porto Alegre, no Brasil.

Os pós-marxistas, que contra-põem poder "local" e "estatal", não estão baseando a sua discussão na experiência histórica, pelo menos não na experiência latino-americana. O antinômio é o resultado da tentativa de justificar o papel das ONGs como mediadoras entre as organizações locais e os doadores neoliberais estrangeiros (Banco Mundial, Europa ou E.U.A.) e os regimes locais de livre mercado. Para "legitimar" o seu papel, os profissionais pós-marxistas das ONGs, como "agentes das comunidades democráticas de base", têm que desfazer da esquerda a nível do poder estatal. Nesse processo, eles complementam a atividade dos neoliberais atingindo a ligação entre a organização e a luta local e os movimentos políticos nacionais/internacionais. A ênfase na "atividade local" serve muito bem aos regimes neoliberais, pois permite que os seus simpatizantes internos e externos dominem a política macro e sócioeconômica. Serve também para canalizar a maior parte dos recursos do Estado em favor dos capitalistas exportadores e dos interesses financeiros.

Os gerentes pós-marxistas das ONGs tornaram-se peritos na elaboração de projetos e em transmitir a nova "identidade" e o jargão "globalista" aos novos movimentos populares. O que eles escrevem e falam sobre a cooperação internacional, auto-ajuda, microempre-

sas, gera laços ideológicos com os neoliberais, forjando, ao mesmo tempo, dependência aos doadores externos e às suas agendas sócioeconômicas neoliberais. Não é de se surpreender que, após uma década de atividade das ONGs, os profissionais pós-marxistas tenham "despolitizado" e desradicalizado áreas inteiras da vida social: mulheres, bairros e organizações de jovens. Os casos do Peru e do Chile são clássicos: onde as ONGs tornaram-se firmemente estabelecidas, os movimentos sociais radicais recuaram.

As lutas locais sobre questões imediatas são o alimento e a substância que nutrem os movimentos emergentes. A questão crucial é a sua direção e dinâmica: se eles levantam questões maiores sobre o sistema social e se vinculam com outras forças locais para enfrentar o Estado e seus simpatizantes imperialistas ou se voltam para dentro, para os doadores estrangeiros, fragmentando-se em uma série de requerentes rivais solicitando subsídios externos. A ideologia do pós-marxismo promove a última alternativa; os Marxistas promovem a primeira.

As revoluções sempre acabam mal: o 'possibilismo' do pós-marxismo

Há uma variante pessimista do pós-marxismo que fala menos dos fracassos da revolução como sendo a impossibilidade do socialismo. Eles citam o declínio da esquerda revolucionária, o triunfo do capitalismo no Leste, a "crise do Marxismo", a perda das alternativas, o vigor dos E.U.A., os golpes e a repressão dos militares – todos esses argumentos são mobilizados para instigar a esquerda a apoiar o "possibilismo": a necessidade de se trabalhar dentro dos nichos do livre mercado impostos pelo Banco Mundial e pela agenda de ajustes estruturais, e para confinar os políticos aos parâmetros eleitorais impostos pelos militares. Isso é cha-

mado de "pragmatismo" ou incrementalismo. Os pós-marxistas desempenharam um importante papel na promoção e na defesa da chamada transição eleitoral do regime militar, onde as transformações sociais foram subordinadas à reintrodução de um sistema eleitoral.

A maior parte dos argumentos dos pós-marxistas baseiam-se nas observações estáticas e seletivas da realidade contemporânea e estão amarradas à conclusões pré-determinadas. Tendo decidido que as revoluções são coisa do passado, eles concentram-se nas vitórias eleitorais neoliberais e não nos protestos de massa pós-eleitorais e nas greves gerais que mobilizam um grande número de pessoas em atividades extra-parlamentares. Eles olham para a morte do comunismo no final da década de 80 e não para o seu renascimento na metade dos anos 90. Eles descrevem as limitações impostas pelos militares aos políticos eleitorais sem enxergar os desafios aos militares lançados pelos guerrilheiros Zapatistas, rebeliões urbanas em Caracas e greves gerais na Bolívia. Em suma, os possibilistas ignoram a dinâmica das lutas que começam a nível setorial ou local dentro dos parâmetros eleitorais dos militares e que são lançadas para cima e para além dos limites pelos fracassos e impotência dos possibilistas eleitores em satisfazer as demandas e necessidades básicas do povo. Os possibilistas falharam ao não acabar com a impunidade dos militares, não pagando os salários atrasados dos funcionários públicos (nas províncias argentinas), não acabando com a destruição das lavouras dos plantadores de cacau (na Bolívia), etc.

Os possibilistas pós-marxistas tornam-se parte do problema, ao invés de tornarem-se parte da solução. As transições negociadas iniciaram há uma década e meia e em cada instância os pós-marxistas têm adaptado-se ao neoliberalismo e

"...onde as ONGs tornaram-se firmemente estabelecidas, os movimentos sociais radicais recuaram."

Os possibilistas pós-marxistas tornam-se parte do problema, ao invés de tornarem-se parte da solução.

"Os possibilistas pós-marxistas tornam-se parte do problema, ao invés de tornarem-se parte da solução."

aprofundado as suas políticas de livre mercado. Os possibilistas são incapazes de opor-se efetivamente aos efeitos sociais negativos que o livre mercado provoca no povo, mas são pressionados pelos neoliberais para impor medidas novas e mais austeras para manterem-se no poder. Os pós-marxistas têm aos poucos deixado de ser críticos pragmáticos dos neoliberais para promover-se à condição de eficientes e honestos gerentes do neoliberalismo, capazes de garantir a confiança dos investidores e de pacificar as inquietações sociais.

Enquanto isso, o pragmatismo dos pós-marxistas combina com o extremismo dos neoliberais: a década de 1990 tem testemunhado a radicalização das políticas neoliberais projetadas para impedir a crise, permitindo investimentos ainda mais lucrativos e oportunidades especulativas aos bancos estrangeiros e às multinacionais.

O petróleo no Brasil, Argentina, México, Venezuela... Salários mais baixos e menos pagamentos previdenciários, uma maior isenção de impostos e menos limitações nas legislações trabalhistas anteriores, por todas as partes... Os neoliberais estão criando uma estrutura de classe polarizada, muito mais semelhante ao paradigma marxista de sociedade do que a visão pós-

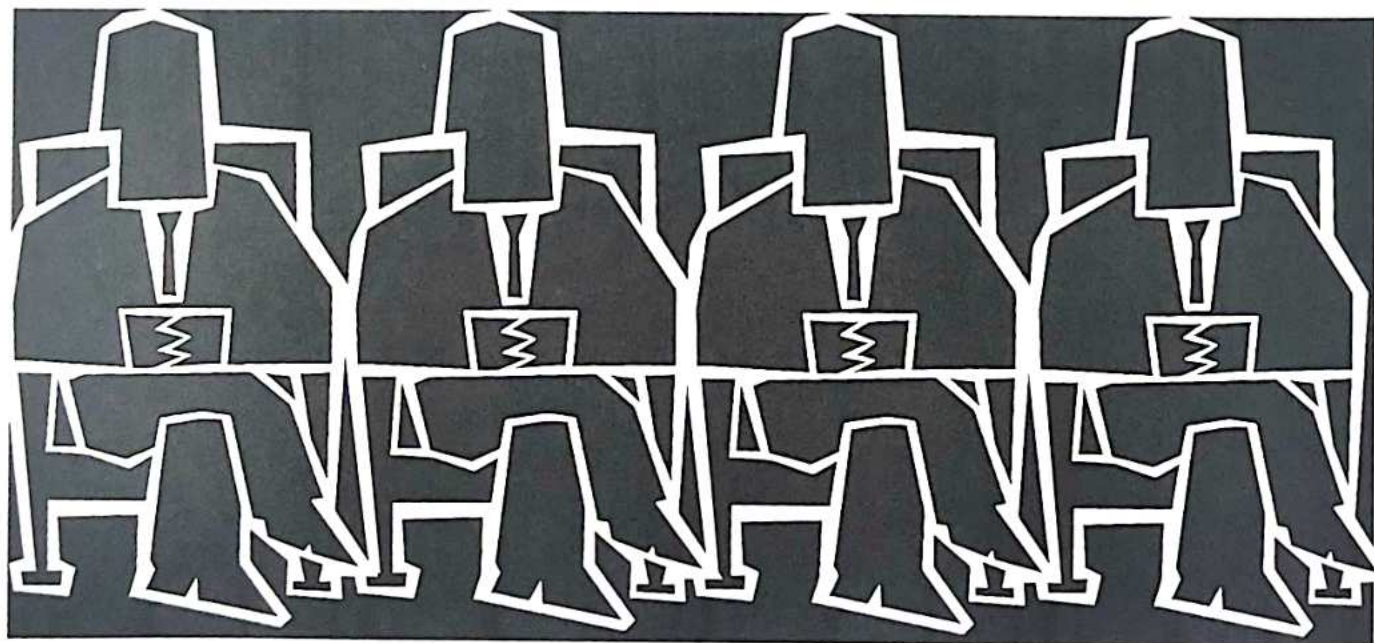
marxista. A estrutura de classe contemporânea da América Latina é mais rígida, mais determinista, mais ligada à política de classe ou ao Estado do que no passado. Nessas circunstâncias as políticas revolucionárias são bem mais relevantes do que as propostas pragmáticas dos pós-marxistas.

A solidariedade de classe e a "solidariedade" dos doadores estrangeiros

A palavra "solidariedade" tem sido tão abusada que em vários contextos já perdeu o seu significado. O termo "solidariedade" para os pós-marxistas inclui a ajuda externa canalizada para qualquer grupo "empobrecido" que tenha sido designado. A simples "pesquisa" ou a "educação popular" dos pobres pelos profissionais é denominada "solidariedade". De várias formas, as estruturas hierárquicas e as formas de transmissão de "auxílio" e de "treinamento" assemelham-se à caridade do século dezenove e os seus promotores não são muito diferentes dos missionários cristãos.

Os pós-marxistas dão ênfase à "auto-ajuda" ao atacar o "paternalismo e dependência" ao Estado. Nessa competição entre as ONGs em cativar as vítimas dos neoliberais, os pós-marxistas recebem

"Os marxistas entendem que solidariedade significa compartilhar os riscos dos movimentos, ao invés de serem comentaristas externos que questionam tudo e não defendem nada."



importantes subsídios de seus parceiros na Europa e nos E.U.A. A ideologia da auto-ajuda dá ênfase à substituição dos funcionários públicos por voluntários e por profissionais contratados temporariamente.

A filosofia básica da visão pós-marxista consiste em transformar "solidariedade" em colaboração e subordinação à macroeconomia do neoliberalismo, desviando a atenção das classes ricas dos recursos do Estado para a auto-exploração dos pobres. Os pobres não precisam que os pós-marxistas os tornem virtuosos para o que o Estado os obrigue a fazer.

O conceito marxista de solidariedade, por outro lado, dá ênfase à solidariedade interna da própria classe, à solidariedade dos grupos oprimidos (mulheres e pessoas de cor) contra os seus exploradores externos e internos. O ponto mais importante não está nas doações que dividem as classes e pacificam pequenos grupos durante um tempo limitado. O ponto mais importante do conceito Marxista de solidariedade consiste na ação comum dos mesmos membros de classe que compartilham as mesmas dificuldades econômicas lutando pela melhoria das condições da coletividade.

Ela envolve intelectuais que escrevem e falam em favor dos movimentos sociais em luta, engajados e dispostos a compartilhar as mesmas consequências políticas. O conceito de solidariedade está ligado aos intelectuais "orgânicos" que fazem parte do movimento - o pessoal dos recursos que analisam e educam para a luta de classes. Por outro lado, os pós-marxistas estão imersos no mundo das instituições, seminários acadêmicos, fundações estrangeiras, conferências internacionais e relatórios burocráticos. Eles escrevem no jargão pós-moderno e esotérico compreendido somente pelos "iniciados" ao culto subjetivista das identidades essencialistas. Os Marxistas

entendem que solidariedade significa compartilhar os riscos dos movimentos, ao invés de serem comentaristas externos que questionam tudo e não defendem nada. Para os pós-marxistas o principal objetivo é "conseguir" a ajuda financeira estrangeira para o "projeto". A principal questão para os Marxistas é o processo da luta política e de educação para garantir a melhoria social. O movimento é importante para conscientizar sobre as mudanças sociais: a construção de um poder político para transformar a condição geral da grande maioria. A "solidariedade" para os pós-marxistas está divorciada do objetivo geral da libertação; é simplesmente uma forma de reunir as pessoas para assistir a um seminário de treinamento profissional, para a construção de uma latrina. Para os Marxistas, a solidariedade de uma luta coletiva contém as sementes de uma futura sociedade democrática-coletivista. A visão mais ampla, ou a sua ausência, é que dá significado às diferentes concepções de solidariedade.

Luta de classe e cooperação

Os pós-marxistas frequentemente escrevem sobre a "cooperação" de todos, próximos ou distantes, sem aprofundar-se muito sobre o preço e condições para assegurar a cooperação dos regimes neoliberais e órgãos de financiamento estrangeiros. A luta de classe é vista como sendo um atavismo do passado que não existe mais. Hoje nos dizem que "os pobres" estão determinados a construir uma vida nova. Eles estão fartos da política, da ideologia e dos políticos tradicionais. Até aqui, tudo bem. O problema é que os pós-marxistas não estão tão dispostos a descrever o seu papel como mediadores e agentes, enviando dinheiro fraudado para o exterior e ajustando as verbas aos projetos aceitáveis para os doadores e re-

"...os pós-marxistas, na condição de gerentes de ONGs, são fundamentalmente atores políticos cujos projetos, treinamentos e workshops não têm nenhum impacto econômico significativo, tanto sobre o PIB quanto na diminuição da pobreza."

ceptores locais. Os empreendedores das fundações estão engajados em um novo tipo de política semelhante aos "empreiteiros de mão-de-obra" (enganchadores) do passado não tão distante: arrebanhando mulheres para serem "treinadas"; montando microempresas subcontratadas por grandes produtores ou exportadores. A nova política dos pós-marxistas é essencialmente a política dos compradores: eles não produzem nenhum produto nacional; ao invés disso eles vinculam financiadores estrangeiros à mão-de-obra local (microempresas de auto-ajuda) para facilitar a continuidade do regime neoliberal. Nesse sentido, os pós-marxistas, na condição de gerentes de ONGs, são fundamentalmente atores políticos cujos projetos, treinamentos e workshops não têm nenhum impacto econômico significativo, tanto sobre o PIB quanto na diminuição da pobreza. Mas as suas atividades sim têm impacto ao desviar o povo da luta de classes, para formas inofensivas e ineficientes de colaboração com os seus opressores. A perspectiva Marxista da luta de classes e enfrentamento constrói-se tendo como base as divisões sociais reais da sociedade: entre aqueles que tiram lucros, juros, renda e impostos regressivos e aqueles que lutam para maximizar os salários, as despesas sociais e os investimentos produtivos. Os resultados das perspectivas pós-marxistas são hoje evidentes: em todas as partes a concentração de renda e o crescimento das desigualdades são maiores do que nunca, após uma década pregando a cooperação, as microempresas e a auto-ajuda. Hoje, bancos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) financiam o *agribusiness* exportador que explora e envenena milhões de agricultores, ao financiar pequenos microprojetos. O papel dos pós-marxistas nos microprojetos é neutralizar a oposição política na base, enquanto o neoliberalismo é

promovido no topo. Intellectualmente, os pós-marxistas são a polícia intelectual que define a pesquisa aceitável, distribui verbas para pesquisa e filtra tópicos e perspectivas que projetam a perspectiva de análise de classes e de luta. Os Marxistas estão excluídos das conferências e estigmatizados como "ideólogos", enquanto os pós-marxistas apresentam-se como "cientistas sociais". O controle da moda intelectual, conferências, publicações, verbas de pesquisa, dão aos pós-marxistas uma importante base de poder - mas uma base de poder que é, em última análise, dependente e que tenta evitar o conflito com os seus financiadores externos.

Os Marxistas intelectuais críticos têm o seu ponto forte no fato de que as suas idéias são consoantes com as realidades sociais em evolução. A polarização das classes e os violentos confrontos estão crescendo, conforme previsto pelas suas teorias. É nesse sentido que os Marxistas são taticamente fracos e estrategicamente fortes, comparados aos pós-marxistas.

O antiimperialismo morreu?

Mais recentemente, o antiimperialismo desapareceu do vocabulário político dos pós-marxistas. Os ex-guerrilheiros da América Central tornaram-se políticos eleitorais, e os profissionais que gerenciam as ONGs falam em cooperação e interdependência internacional. Contudo, os pagamentos das dívidas continuam transferindo imensas somas dos pobres da América Latina para os bancos europeus, norte-americanos e japoneses. Propriedades públicas, bancos, e, sobretudo, todos os recursos naturais estão sendo tomados por multinacionais norte-americanas e europeias por preços baixíssimos. Hoje há, mais do que nunca, bilionários latino-americanos com o grosso de suas riquezas depositadas em bancos norte-americanos e europeus.

Enquanto isso, províncias inteiras tornaram-se cemitérios industriais e o campo está sendo despovoado. Nunca antes na história os Estados Unidos tiveram tantos conselheiros militares, funcionários da área de narcóticos e policiais federais dirigindo o "policiamento" na América Latina. Contudo, alguns ex-Sandinistas e ex-Farabundistas nos dizem que o antiimperialismo/imperialismo desapareceu com o fim da Guerra Fria. O problema que nos contam não são os investimentos estrangeiros ou o auxílio estrangeiro, mas a sua ausência e eles solicitam mais ajuda imperialista. A miopia política e econômica que acompanha esta perspectiva não entende que as condições políticas para os empréstimos e investimentos são o barateamento da mão-de-obra, a eliminação da legislação social e a transformação da América Latina numa grande *plantation*, numa grande mina, numa grande área de livre-comércio despojada de direitos, soberania e riquezas.

A ênfase Marxista dada ao acirramento da exploração imperialista tem suas raízes nas relações sociais de produção e relações de Estado entre o capitalismo imperialista e o dependente. A queda da URSS intensificou a exploração imperialista. Os pós-marxistas (ex-marxistas) que acreditam que o mundo unipolar resultará numa maior "cooperação" mal interpretaram a intervenção norte-americana no Panamá, Iraque, Somália e em outros lugares. Mais fundamentalmente, a dinâmica do imperialismo está embutida na dinâmica interna do capital e não na concorrência externa com a União Soviética. A perda do mercado doméstico e do setor externo da América Latina é um retorno à fase "pré-nacional": as economias latino-americanas começam a assemelhar-se às economias do passado "colonial".

A luta contra o imperialismo envolve hoje a *reconstrução* da

nação, o mercado doméstico, a economia produtiva, e uma classe trabalhadora ligada à produção e ao consumo social.

Duas perspectivas de transformação social: as organizações de classe e as ONGs

O avanço da luta contra o imperialismo e seus colaboradores neocompradores domésticos passa por um debate ideológico e cultural com os pós-marxistas no interior e na periferia dos movimentos populares. O neoliberalismo opera hoje em duas frentes: uma econômica e outra político-cultural; e em dois níveis: o regime e as classes populares. No topo, as políticas neoliberais são formuladas e implementadas através das características de sempre: o Banco Mundial, o FMI trabalhando com Washington, Bonn, Tóquio e em parceria com os regimes neoliberais e os exportadores domésticos, grandes banqueiros e conglomerados empresariais.

No início da década de 80 os setores mais perceptivos das classes dirigentes neoliberais perceberam que as suas políticas estavam polarizando a sociedade e provocando um descontentamento social de grandes proporções. Os políticos neoliberais começaram a financiar e a promover uma estratégia *paralela* "de baixo", a promoção de organizações "comunitárias de base" ("*grass roots*") com uma ideologia anti estatal para intervir nas classes potencialmente conflitivas, para criar um "amortecedor social". Tais organizações dependiam financeiramente das fontes neoliberais e disputavam diretamente com os movimentos sóciopolíticos pelo engajamento e fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes. Na década de 1990 havia milhares dessas organizações descritas como sendo "não-governamentais", as quais recebiam por volta de 4 bilhões de dólares no mundo todo.

A confusão existente com rela-

ção ao caráter político das ONGs originou-se na década de 1970, durante os tempos da ditadura. Nessa época elas eram ativas prestando apoio humanitário às vítimas das ditaduras militares e denunciando violações dos direitos humanos. As ONGs apoiaram "sopões dos pobres" que permitiam que famílias sobrevivessem à primeira onda dos tratamentos de choque administrados pelas ditaduras neoliberais. Esse período gerou uma imagem favorável das ONGs, até mesmo entre os setores de Esquerda. Elas eram consideradas como sendo parte do "acampamento progressista". Mesmo naquela época, contudo, a limitação das ONGs era evidente. Enquanto elas atacavam as violações dos direitos humanos das ditaduras locais, raramente denunciavam os seus patrocinadores norte-americanos e europeus que os financiavam e aconselhavam. Nem havia um esforço sério para ligar as políticas econômicas neoliberais e as violações dos direitos humanos à nova volta do sistema imperialista. Obviamente, as fontes externas de financiamento limitavam a esfera da crítica e das ações em prol dos direitos humanos.

À medida que cresceu a oposição ao neoliberalismo no início dos anos 1980, os governos europeus e norte-americano e o Banco Mundial aumentaram a destinação de verbas para as ONGs. Há uma relação direta entre o crescimento dos movimentos sociais que desafiam o modelo neoliberal e o esforço para subvertê-los através da criação de formas alternativas de ação social através das ONGs. O ponto básico de convergência entre as ONGs e o Banco Mundial é que ambos opunham-se ao "estatismo". Por fora, as ONGs criticavam o Estado de uma perspectiva "esquerdista", na defesa da sociedade civil, enquanto a direita fazia-o em nome do mercado. Na realidade, contudo, o Banco Mundial, os regimes neoliberais e a fun-

dação ocidental cooptaram e encorajaram as ONGs a solapar o "welfare state" nacional oferecendo serviços sociais para compensar as vítimas das MNCs. Em outras palavras: à medida que os regimes neoliberais do topo foram devastando as comunidades, inundando o país com importados baratos, pagamentos de dívidas externas e abolindo legislações trabalhistas, gerando um contingente crescente de trabalhadores mal remunerados e desempregados, as ONGs foram sendo financiadas para oferecer projetos de "auto-ajuda", "educação popular", treinamento profissional, etc. para absorver temporariamente pequenos grupos de pobres, para cooptar líderes locais e debilitar as lutas contra o sistema.

As ONGs tornaram-se a "face da comunidade" do neoliberalismo, intimamente relacionadas àqueles no topo e complementando o seu trabalho nocivo aos projetos locais. Efetivamente, os neoliberais organizaram uma operação "pinça" ou uma estratégia dupla. Infelizmente, muitos da esquerda concentraram-se somente no "neoliberalismo" de cima e de fora (FMI, Banco Mundial) ao invés de se concentrarem no neoliberalismo de baixo (ONGs, microempresas). Uma das principais razões para que esse fato tenha sido passado por alto foi a conversão de diversos ex-marxistas à fórmula e prática das ONGs. *O pós-marxismo foi o passe ideológico* da política de classe para o "desenvolvimento comunitário", do Marxismo às ONGs.

Enquanto os neoliberais transferiam lucrativas propriedades estatais ao rico setor privado, as ONGs não faziam parte da resistência dos sindicatos. Pelo contrário, elas eram ativas nos *projetos locais privados*, promovendo o discurso da iniciativa privada (auto-ajuda) nas comunidades locais, concentrando-se nas pequenas empresas. As ONGs construíram pontes ideológicas entre os pequenos capitalis-

"...as ONGs despolitizaram segmentos da população, debilitaram o seu compromisso com os funcionários públicos, e cooptaram líderes em potencial para pequenos projetos."

tas e os monopólios, beneficiando-se da privatização - tudo em nome do "anti-estatismo" e construindo sociedades civis. Enquanto os ricos acumulavam vastos impérios financeiros com a privatização, os profissionais de classe média das ONGs obtiveram pequenas verbas para financiar escritórios, transportes e pequenas atividades econômicas. A questão política importante é que as ONGs *despolitizaram* segmentos da população, debilitaram o seu compromisso com os funcionários públicos, e cooptaram líderes em potencial para pequenos projetos. As ONGs abstêm-se das lutas dos professores por um melhor ensino público, enquanto que os regimes neoliberais atacam o ensino público e os educadores públicos. Poucas ou raras vezes as ONGs apoiam as greves e protestos contra os baixos salários e cortes orçamentários. Como as suas verbas externas vêm dos governos neoliberais, elas evitam a solidariedade com os educadores públicos em luta. Na prática, "não-governamental" traduz-se como atividades contra os gastos públicos, liberando o grosso das verbas para que os neoliberais subsidiem capitalistas exportadores, enquanto que pequenas somas gotejam do governo para as ONGs.

Na realidade, as organizações não-governamentais *não são não-governamentais*. Elas recebem verbas dos governos estrangeiros ou trabalham como subempreiteiras particulares dos governos locais. Muitas vezes elas cooperam abertamente com os órgãos governamentais em seus países ou no exterior. Essa "subempreitada" prejudica profissionais com contratos fixos, os quais são substituídos por profissionais temporários. As ONGs não podem oferecer os programas abrangentes de longo prazo que o "welfare state" oferece. Ao invés disso, elas prestam serviços limitados para poucas comunidades. O que é mais importante: os seus programas não são de responsabilidade

de das pessoas locais mas dos doadores estrangeiros. Nesse sentido, as ONGs solapam as bases da democracia ao *retirar os programas sociais das mãos das comunidades locais* e de seus funcionários eleitos, criando dependência aos não eleitos, funcionários estrangeiros e funcionários por eles escolhidos.

As ONGs fazem com que a atenção das pessoas e as lutas sejam desviadas do orçamento nacional para a autoexploração para garantir os serviços sociais locais. Isso permite que neoliberais correm os orçamentos sociais e transfiram verbas estatais para subsidiar as dívidas contraídas pelos bancos privados, empréstimos aos exportadores, etc. A autoexploração (auto-ajuda) significa que, além do pagamento de impostos ao Estado e de obter nada em troca, os trabalhadores têm que trabalhar horas extras com recursos mínimos, gastando energias escassas para obter serviços que a burguesia recebe do Estado. A ideologia da "atividade voluntária privada" das ONGs prejudica o sentido da coisa pública: a idéia de que o governo tem a *obrigação* de cuidar de seus cidadãos e de oferecer-lhes vida, liberdade, e a busca da felicidade; essa responsabilidade política do Estado é essencial ao bem-estar dos cidadãos. Contra essa noção da responsabilidade pela coisa pública, as ONGs fomentam a idéia neoliberal da responsabilidade privada pelas questões sociais e a importância dos recursos privados para resolver esses problemas. Na verdade, elas impõe uma dupla carga sobre os pobres: o pagamento de impostos para financiar o Estado neoliberal a serviço dos ricos; e a autoexploração particular para cuidar das suas próprias necessidades.

As ONGs e os movimentos sóciopolíticos

As ONGs dão ênfase a projetos e não aos movimentos; elas "mobilizam" as pessoas para que pro-

"Na realidade, as organizações não-governamentais não são não-governamentais. Elas recebem verbas dos governos estrangeiros ou trabalham como subempreiteiras particulares dos governos locais."

"...elas impõe uma dupla carga sobre os pobres: o pagamento de impostos para financiar o Estado neoliberal a serviço dos ricos; e a autoexploração particular para cuidar das suas próprias necessidades."

duzam à margem, e não para que lutem pelo controle dos meios básicos de produção e de riqueza; elas concentram-se na assistência técnico-financeira a projetos e não nas condições estruturais que constituem a vida cotidiana das pessoas. As ONGs utilizam a linguagem da Esquerda: "poder popular", "delegação de poderes", "igualdade de gênero", "desenvolvimento sustentável", "liderança de base", etc. O problema é que essa linguagem está ligada à estrutura de colaboração com os doadores e órgãos governamentais que subordinam a atividade prática às políticas de não-enfrentamento. A natureza local das atividades das ONGs significa que "a delegação de poderes" nunca vai além da influência de pequenas áreas da vida social com recursos limitados dentro das condições permitidas pelo Estado e pela macroeconomia neoliberal.

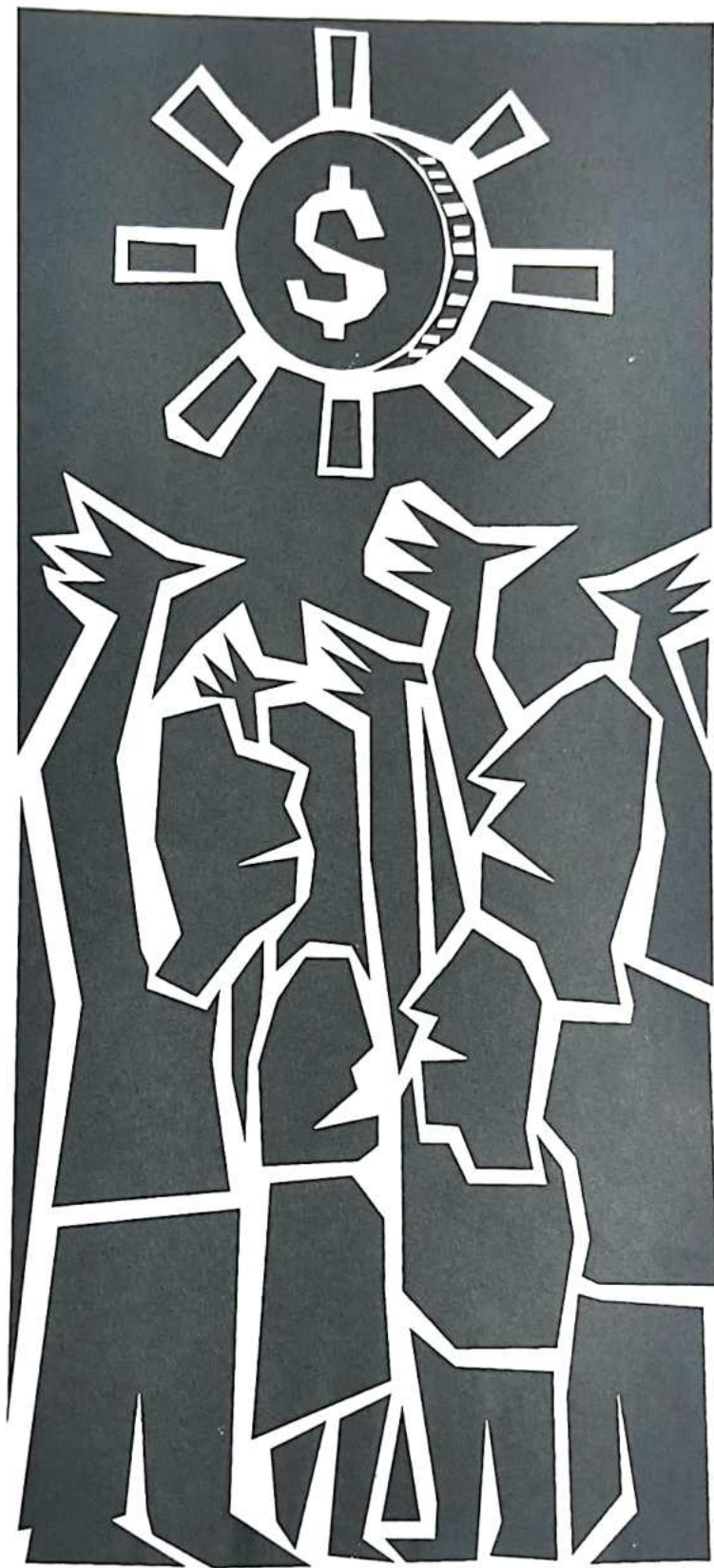
As ONGs e a sua equipe de profissionais pós-marxistas disputam diretamente com os movimentos sóciopolíticos a influência junto aos pobres, mulheres, racialmente excluídos, etc. A sua ideologia e prática desviam a atenção das causas da pobreza e das suas soluções (olhando para baixo e para dentro, ao invés de olhar para cima e para fora). Ao falar de *microempresas* ao invés de exploração pelos bancos estrangeiros, pois as soluções baseiam-se na noção de que o problema é mais da iniciativa individual do que da transferência de renda para fora do país. A ajuda das ONGs afeta pequenos setores da população, fazendo com que as comunidades disputem recursos escassos, gerando uma distinção insidiosa e rivalidades inter e intracomunitárias solapando a solidariedade de classe. A mesma coisa acontece entre os profissionais: cada um deles monta a sua própria ONG para solicitar verbas estrangeiras. Eles concorrem apresentando propostas que sejam mais do agrado dos doadores estrangei-

ros, com preços baixos, enquanto dizem aumentar o número de seguidores. O resultado é uma proliferação de ONGs que fragmentam as comunidades pobres em grupos setoriais e subsetoriais, impossibilitando-os de enxergar o cenário social maior que os aflige e, não permitindo que se unam na luta contra o sistema. A experiência recente também demonstra que os doadores estrangeiros financiam projetos durante as "crises" - desafios políticos e sociais ao *status quo*. Uma vez que os movimentos recuem, eles mudam os financiamentos para as ONGs - "colaboração" com o regime, ajustando os projetos das ONGs à agenda neoliberal. A questão dominante na agenda de financiamentos passa a ser o desenvolvimento econômico compatível com o "livre mercado" e não a organização social para a transformação social. A estrutura e natureza das ONGs com a sua postura "apolítica" e o seu enfoque na auto-ajuda despolitiza e desmobiliza os pobres. Eles reforçam os processos eleitorais encorajados pelos partidos neoliberais e pelos meios de comunicação de massa. A educação política sobre a natureza do imperialismo, a base de classe do neoliberalismo, a luta de classe entre exportadores e trabalhadores temporários são evitadas. Ao invés disso, as ONGs discutem sobre "os excluídos", "os desvalidos", "extrema pobreza", "discriminação racial e de gênero", sem ir além do sintoma superficial, para engajar o sistema social que produz essas condições. Incorporando os pobres à economia neoliberal através da simples "ação voluntária privada" as ONGs geram um mundo político onde a *aparência* da solidariedade e da ação social disfarça a conformidade conservadora com a estrutura de poder internacional e nacional.

Não é coincidência que as

ONGs tenham se tornado dominantes em certas regiões, que as ações de classe independentes tenham declinado, e que o neoliberalismo não seja contestado. A questão básica é que o crescimento das ONGs coincide com o aumento das verbas outorgadas pelo neoliberalismo e com o agravamento da pobreza em toda parte. Apesar de alardear êxitos em vários locais, o poder geral do neoliberalismo permanece sem ser desafiado e as ONGs buscam cada vez mais nichos nas frestas do poder. O problema em se formular alternativas tem sido obstruído de outra forma. Muitos ex-líderes guerrilheiros, de movimentos sociais, sindicatos e de organizações feministas populares têm sido cooptados pelas ONGs. A oferta é tentadora: uma remuneração mais elevada (ocasionalmente em moeda forte), prestígio e reconhecimento de doadores estrangeiros, conferências e redes estrangeiras, membros do governo e uma relativa segurança com relação à repressão. Por outro lado, os movimentos sóciopolíticos oferecem poucos benefícios materiais mas um grande respeito e independência, e, o que é mais importante: a liberdade de desafiar o sistema político e econômico. As ONGs e os seus patrocinadores do setor bancário internacional (Banco Interamericano, Banco Mundial) publicam boletins com artigos sobre microempresas bem-sucedidas e outros projetos de auto-ajuda - sem mencionar as altas taxas de falências, com o declínio do consumo popular, a invasão do mercado pelos importados baratos e o aumento da espiral das taxas de juros - como é o caso do México hoje.

Até mesmo os "sucessos" afetam somente uma pequena parcela do número total de pobres e são bem-sucedidas somente na medida que os outros não conseguem ingressar no mesmo mercado. O



valor de propaganda do sucesso das microempresas individuais, contudo, é importante para fomentar a ilusão de que o neoliberalismo é um fenômeno popular. As frequentes e violentas revoltas populares que ocorrem em regiões de promoção de microempresas sugere que a ideologia não é hegemônica e que as ONGs ainda não deslocaram os movimentos de

classe independentes.

Finalmente, as ONGs fomentam um novo tipo de colonialismo cultural e econômico e de dependência. Os projetos são elaborados ou pelo menos aprovados segundo as "diretrizes" das prioridades dos centros imperialistas ou de suas instituições. Eles são administrados e "vendidos" às comunidades. As avaliações são realizadas pelas e para as instituições imperialistas. Mudanças nas prioridades dos financiamentos, ou más avaliações resultam no sucateamento de grupos, comunidades, fazendas e cooperativas. Tudo e todos são cada vez mais disciplinados para cumprir com as exigências dos doadores e de seus avaliadores de projetos. Os novos vice-reis supervisionam e garantem a conformidade com as metas, valores e ideologias do doador bem como o uso adequado das verbas. Onde os "sucessos" ocorrem eles dependem muito da continuidade do apoio externo, caso contrário entrariam em colapso.

Enquanto a grande maioria das ONGs se transforma cada vez

mais em instrumento do neoliberalismo, há uma pequena minoria que tenta desenvolver uma estratégia alternativa que apoia as classes e as políticas antiimperialistas. Nenhuma delas recebe verbas do Banco Mundial ou de órgãos dos governos europeus ou norte-americano. Elas apoiam os esforços para vincular o poder local às lutas pelo poder estatal. Elas vinculam projetos locais aos movimentos sóciopolíticos nacionais, ocupando grandes latifúndios, defendendo a propriedade pública e a propriedade nacional contra as multinacionais. Elas oferecem solidariedade política aos movimentos sociais envolvidos nas lutas pela expropriação da terra. Elas apoiam as lutas feministas vinculadas às perspectivas de classe. Elas reconhecem a importância da política no comando, na definição das lutas locais e imediatas. Elas acreditam que as organizações locais deveriam lutar a nível nacional e que os líderes nacionais deveriam se reportar aos militantes locais. Em poucas palavras: elas não são pós-marxistas.

N

em sempre tão conhecidas como os poemas e romances, as cartas pessoais dos escritores muitas vezes revelam, não só a evolução artística e literária, mas também suas alegrias e terrores.

Nesta número de **Plural** publicamos uma carta de **Eça de Queiroz**, autor de **O crime do Padre Amaro** e **As cidades e as serras**, entre outros romances, e três do acervo epistolar de **Cruz e Souza**, escritas poucos meses antes da sua morte.

De **Mário de Andrade**, um escritor fundamental da cultura brasileira deste século, o clássico poema de 1921: **Ode ao Burguês**.

Raimundo C. Caruso

Cruz e Souza e Eça de Queiroz – 4 cartas de escritores –

Contemporâneos no tempo, Cruz e Souza e o escritor português Eça de Queiroz tiveram vidas diversas em tudo. No estilo e nos propósitos literários, na cor, no sucesso, no bem-estar, no charme e nos lugares onde terminaram seus dias. Eça morreria em Paris, em 1900, e Cruz e Souza, só, abandonado e na miséria, numa remota cidadezinha mineira, em 1898. Dos dois, "Plural" publica quatro cartas que revelam alguma coisa do cotidiano ou, como escreveram alguns críticos, do paraíso e do inferno dos dois artistas.



I

"Rio, 27 de dezembro de 1897. Meu Nestor. Não sei se estará chegando realmente o meu fim; – mas hoje pela manhã tive uma síncope tão longa que supus ser a morte. No entanto ainda não perdi nem perco de todo a coragem. Há 15 dias tenho tido uma febre doida, devido, certamente, ao desarranjo intestinal em que ando. Mas o pior, meu velho, é que estou numa indigência horrível, sem vintém para remédios, para leite, para nada, para nada! Um horror! Minha mulher diz que eu sou um fantasma que anda pela casa. Se pudesses vir hoje até cá, não só para me confortares com a tua presença, mas também para me orientares n'algum ponto desta terrível moléstia, seria uma alegria para o meu espírito e uma paz para o meu coração. Teu Cruz e Souza."



À Cruz e Souza

II

"Itaguaí, 27 de março de 1897. Alm.^o e Sr. Cruz e Souza. Recebi no dia 25 do corrente a carta que me dirigiu e não respondi logo como devia porque só hoje me encontro melhor de uma otite, que terminou pela formação de um abscesso no conduto auditivo. Até que as coisas chegassem ao ponto em que estão, tive de suportar dores atrozes e um incômodo tal, que não me deixaram um momento de repouso. Sinto profundamente achar-me ausente da Capital, porque estou impossibilitado de prestar-lhe o pequeno serviço que me pede, relativo ao tratamento da Gavita. Em todo caso, da leitura de sua carta, creio que a moléstia de Gavita é devida a anemia profunda, estado que é quase crônico nela. É de supor que os trabalhos e preocupações da maternidade tenham acentuado esse estado, num organismo já anteriormente enfraquecido, resultando daí uma explosão de fenômenos nervosos, sob a forma de excitação maníaca, com integridade da inteligência, mas apresentando certo grau de incoerência dos atos, sem alucinações auditivas ou visuais. Nestas condições o que convém é

levantar as forças do organismo, por meio de uma alimentação reparadora, baseada em leite, ovos, carnes, e um vinho tônico fosfatado com arsênico, cuja receita vai junta, e reprimir a excitação cerebral que se traduz na incoerência dos atos, por meio da Bromydia – na dose de 3 colheres de chá por dia. Ao lado disso, deve-se poupar ao cérebro toda a excitação exterior, fazendo ao redor dela uma atmosfera tranqüila, evitando as visitas, principalmente de pessoas mais íntimas, de modo a proporcionar ao seu cérebro uma dieta psíquica, tão necessária à inteligência, como a alimentar ao corpo. É preciso evitar a insônia e, caso ela se apresente, substituir os banhos frios por banho morno geral prolongado (20 minutos) tomado à noite e em seguida a uma dose de Bromydia em um copo de leite. Creio que com estes meios, em breve a Gavita estará restabelecida, continuando porém sempre a usar o vinho tônico, com arsênico. Se quiser mais algum conselho pode dirigir sua correspondência para aqui, até 12 de abril, quando espero seguir para a Capital. Fazendo votos pelo restabelecimento da Gavita, subscrevo-me Am.^o e obr.^o Dr. Monteiro de Azevedo".

III

"Rio, 27 de janeiro de 1898. Meu belo Nestor. A tua carta de 24 foi um clarin de anjo trazendo-me belas novas, animação e coragem! Sim! Nenhuma dúvida deve ter de que eu não esteja absolutamente resolvido a partir. Mas antes disso há muitas coisas sérias a tratar: – principalmente uma procuração ou coisa que o valha, para poderes todos os meses receber os meus pingues ordenados; como também deixar feito por antecedência o novo requerimento pedindo prorrogação da minha licença, o que é inteiramente indispensável. Essas coisas devem merecer a nossa maior atenção, porque as datas da licença podem estar extintas e haver demora prejudicial com a entrega tardia do outro requerimento de prorrogação. Enfim

penso que tudo se acordará de modo a não haver atropelo e a não suceder que eu seja forçado a deixar o lugar. Teu, Cruz e Souza.

Nestor – A luta das casas continua horrível. Não imaginas que verdadeiro desespero. Todas querem fiador – e é para ali, de punhos cerrados, de dentes cerrados. Já não temos quase recursos nem para os trens nem para os bondes. Essas coisinhas é que ninguém parece lembrar-se delas. Não sabemos mais do que lançar mão para conseguir uma casa ou um cômodo qualquer. Tudo é um despropósito de dinheiro! Amanhã, 28, Gavita vai novamente sair à luta das casas. Não sei o que conseguirá a pobrezinha, mas enfim lutará até à última. O furor maior nisso tudo é o da fiança, que é uma coisa terrível de se conseguir. Teu Cruz.

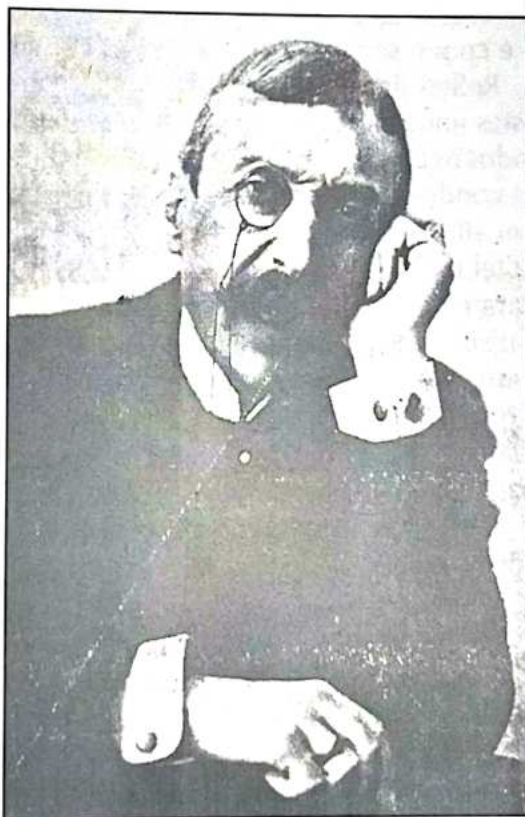
Eça de Queiroz (1845-1900)

À Condessa de Ficalho

Londres, 21 de outubro 1885

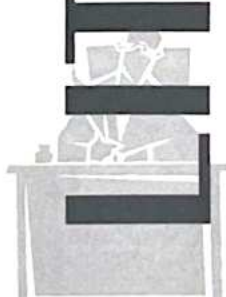
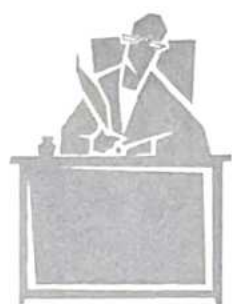
Minha cara senhora condessa

Tenho sido ultimamente tão abandonado pelos meus amigos de Lisboa – ou pelo menos daquele bairro de Lisboa onde eu mais desejo ter amigos – que, se possuísse uma canoa e um papagaio, podia considerar-me realmente como um Robinson Crusoe, desamparado na sua ilha. Há, é verdade, em roda de mim, uns quatro ou cinco milhões de seres humanos. Mas que é isso? As pessoas que nos não interessam e que se não interessam por nós, são apenas uma outra forma de paisagem, um mero arvoredo um pouco mais agitado. São, verdadeiramente, como as ondas do mar, que crescem e morrem, sem que se tornem diferenciáveis umas das outras; sem que nenhuma atraia mais particularmente a nossa simpatia enquanto rola; sem que nenhuma, ao desaparecer, nos deixe uma mais especial recordação. Ora, estas ondas, com o seu tumulto, não faltavam decerto em torno do rochedo de



Robinson – e ele continua a ser, nos colégios e nos conventos, uma modelo lamentável e clássico de solidão.

Não sei se este abandono provém da inabilidade que os meus amigos têm de continuar por muito tempo as suas sim-





patias – se da incapacidade que eu tenho de reter por muito tempo as simpatias dos meus amigos. Seja como fôr, o fato permanece – e eu aqui me tenho achado, minha cara senhora condêssa, esquecido no meu rochedo, sem canoa e sem papagaio.

Ora, que pode um homem fazer, em cima de um rochedo – se não refletir? E assim me tenho entregado, exclusivamente, a essa sombria ocupação...

Refleti que o mundo e a gente que o compõe, à maneira que a civilização vai sendo mais complicada e mais *encombrante*, se vão tornando mais duramente egoístas; e se outrora, no movimento mais calmo da vida, era possível formarem-se relações e grupos de relações, ligados por uma interessante comunhão de gostos e de idéias, onde o espírito e o coração encontrassem tudo o que necessitam para viver – hoje, nesta aceleração da existência, não há tempo, nem vagar, nem dedicação bastante para que êsses grupos se formem com suficiente encanto, ou, apenas formados, logo se desmancham, e cada um, na debandada que nos leva, tem de contar simplesmente consigo mesmo – e com o seu cão...

Refleti ainda que a vida exterior ia, com êstes anos andados, perdendo para mim todos os atrativos. Viajar é (como a senhora condêssa sabe e sei que sente) deixar um sítio onde se estava comendo, num hotel triste, outro *boeuf-à-la-mode* triste, para ir, através da poeira, confusão e bagagem, comer, noutro hotel mais triste, outro *boeuf-à-la-mode* mais triste; e as igrejas, as lojas, os homens, sendo por tôda a parte iguais, não vale a pena partir par ir apenas, e em definitiva, sentir a melancolia infinita que inspiram as multidões estranhas.

Postas de lado as viagens – restava-me talvez isso a que se chama a *sociedade*; mas ela, já agora, realmente pouca ocupação me poderia oferecer; pèssimamente educado, não sabendo jogar o *whist* nem valsar, não me sendo já fácil *flirtar*, porque o espírito vai perdendo a sua leveza e a sua *bravura*, eu via aproximar-se o momento em que teria de enfileirar nessa classe de solteirões, maiores reformados do sentimento, que se encostam nas salas às ombreiras das portas, a confi-

ar o bigode, com a sua melancolia e o seu *claque*, ambos debaixo do braço.

Que me restava ainda da vida exterior? A ação? Mas nós vivemos num país tão monótono, que nem nêles se conspira; e mesmo talvez não valesse a pena mandar fazer uma capa negra e reunir-me com alguns sujeitos de barbas, num subterrâneo, para tramar em voz cava a destruição da Carta e do Grêmio! Que mais, então? Inventar e pregar uma nova religião? A minha modéstia nunca se acostumaria a tão grande *éclat*, além de que os regulamentos da polícia são muitos severos com os profetas. Procurar ser ministro? A minha vaidade nunca me permitiria descer a tanto.

Refleti ainda que nem mesmo os meus companheiros de mocidade me restavam – porque todos, pouco a pouco, tinham criado o seu ninho e viviam fechados dentro dêle. Acontecia-me, ultimamente, indo pela rua, mergulhado na gola do meu paletó, encontrar um dêsses amigos e pedir-lhe, como uma obra de caridade, que viesse jantar comigo ao restaurante; e o meu amigo, tendo-me olhado com olhos chamejantes e indignados, como se eu lhe propusesse uma infâmia, voltava bruscamente as costas, e abalava a correr para o insubstituível conforto da sua sopa de família... Eu, no entanto, lá seguia, solitário, para o restaurante, onde, invariavelmente, o garção, atirando o guardanapo para debaixo do braço, me dizia com um sorriso abominável e diabólico – "*Nous avons aujourd'hui, monsieur, un boeuf-à-la-mode qui est exquis!*..."

Finalmente, refleti que não me restava senão a minha arte. Mas, como tão profundamente se diz nos livros de cozinha – *pour faire un civet de lièvre il faut d'abord un lièvre, et puis une casserole*. Ora, para fazer tranqüilamente arte – é necessário pelo menos uma mesa e um fogão, e depois ainda outra mesa, *pour mettre dessus le potage*. De que vale porém ter êstes utensílios de trabalho – se se não tem, ao mesmo tempo, essa suave e amiga companhia, sem a qual o fogão, por mais carvão que se lhe deite, nunca dá calor, e a mesa, por mais luzes que se acendam em torno da sopa, parece sombria?

Nada pois me restava a não ser a solidão...

Estava eu assim refletindo no meu rochedo, e refletindo alto, num monólogo, como é costume dos que fazem romances – quando aconteceu que uma pessoa, de todo o ponto excelente e cheia de caridade, ouviu os meus queixumes... – E assim é que eu posso agora, senhora condêssa, anunciar-lhe o ajuste de meu casamento, com a filha da senhora condêssa de Resende, D. Emília de Castro.

Depois disto, eu não devia talvez acrescentar mais nada. Mas antes de concluir este *in-fólio*, não resisto à tentação de lhe

pedir, minha cara senhora Condêssa, que permita aos seus bons desejos que me acompanhem nesta nova existência; êles teriam para mim um duplo valor: vindo de uma pessoa tão superiormente dotada pelo espírito e pelo coração, êles não deixariam de *me porter bonheur*. E depois, provar-me-iam a mim mesmo que eu não sou inteiramente incapaz de reter por muito tempo a simpatia dos meus amigos.

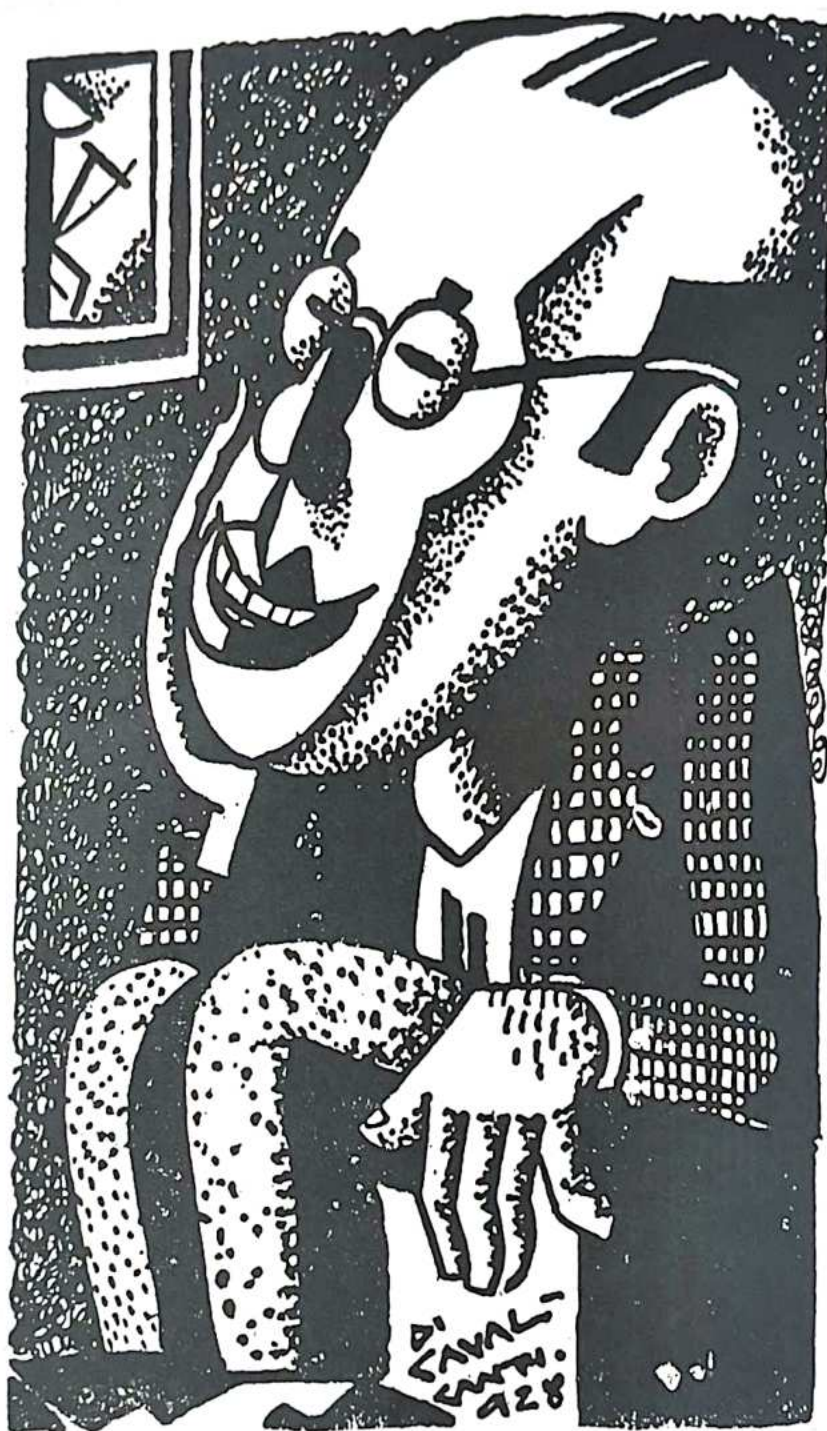
Creia-me, senhora Condêssa, *et nunc et semper*, e com todo o respeito.

De V. Ex.^a muito agradecido e muito dedicado
EÇA DE QUEIROZ



LITERATURA

Mário de Andrade
(1893-1945)



Ode ao Burguês

Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,
o burguês-burguês!
A digestão bem feita de São Paulo!
O homem-curva! O homem-nádegas!
O homem que sendo francês, brasileiro, italiano,
é sempre um cauteloso pouco-a-pouco!

Eu insulto as aristocracias cautelosas!
Os barões lampeões! os condes Joões! os duques zurros!
que vivem dentro de muros sem pulos;
e gemem sangues de alguns milreis fracos
para dizerem que as filhas da senhora falam o francês
e tocam o "Printemps" com as unhas!



Eu insulto o burguês-funesto!
O indigesto feijão com toucinho, donos das tradições!
Fóra os que algarismam os amanhãs!
Olha a vida dos nossos setembros!
Fóra Sol? Choverá? Arlequinal!
Mas à chuva dos rosais
o êxtase fará sempre Sol!



Morte à gordura!
Morte às adiposidades cerebrais!
Morte ao burguês-mensal!
ao burguês-cinema! ao burguês-tílburí!
Padaria Suíça! Morte viva ao Adriano!
"– Ai, filha, que te darei pelos teus anos?
– Um colar... – Conto e quinhentos!!!
Mas nós morremos de fome!"



Come! Come-te a ti mesmo, oh! gelatina pasma!
Óh! purée de batatas morais!
Óh! cabelos nas ventas! oh! carecas!
Ódio aos temperamentos regulares!
Ódeio aos relógios musculares! Morte e infâmia!
Ódio à soma! Ódio aos secos e molhados!
Ódio aos sem desfalecimentos nem arrependimentos,
sempiternamente as mesmices convencionais!
De mãos nas costas! Marco eu o compasso! Eia!
Dois a dois! Primeira posição! Marcha!
Todos para a Central do meu rancor inebriante!
Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de giôlhos,
cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!

Fora! Fú! Fora o bom burguês!...

LITERATURA

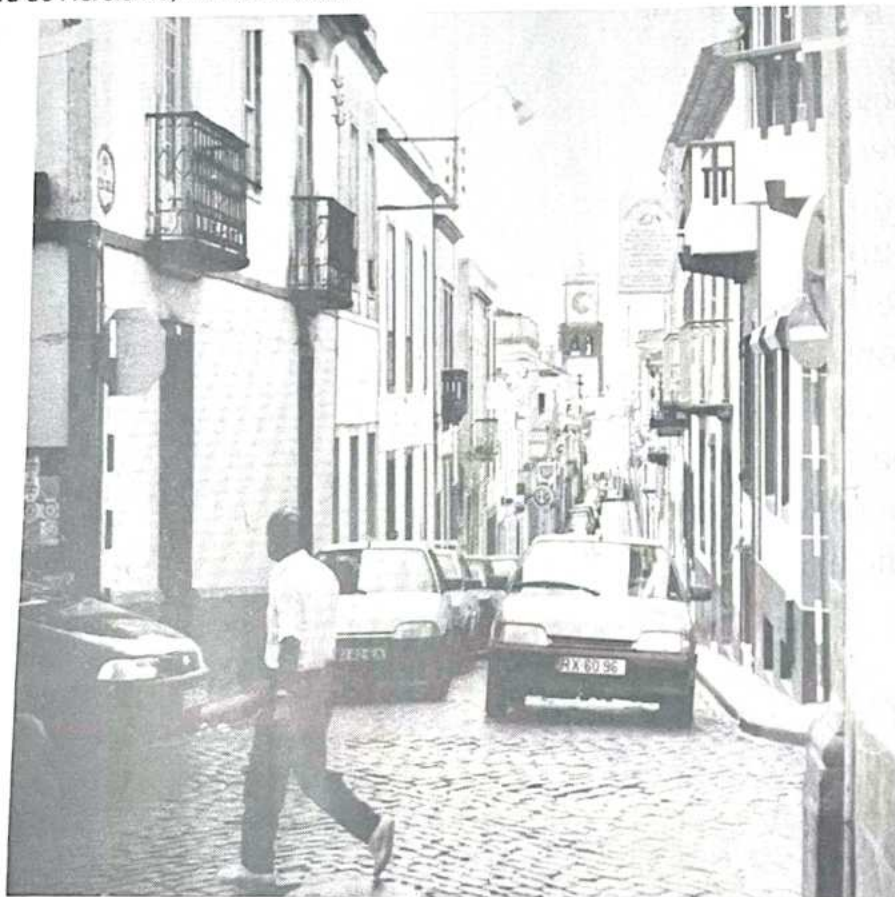


Os mares, o povo, a paisagem e o estilo de vida nos Açores

Mariléa M. L. Caruso
Raimundo C. Caruso

Depois de viajarem por sete das nove ilhas açorianas em setembro e outubro do ano passado, onde entrevistaram mais de cem pessoas entre economistas, historiadores, artistas, intelectuais e populares, os dois repórteres escreveram o livro **Mares, e longínquos povos dos Açores**, que já está na 3ª edição.

Angra do Heroísmo, na ilha Terceira



E agora, entre agosto e outubro, os dois escritores percorreram 10.000 Km de rios e estradas amazônicas, e preparam um livro de 500 páginas sobre a floresta, economia, história e costumes da região.

Quando o poeta Zininho escreveu no seu "Rancho de Amor à Ilha" referindo-se à ilha de Santa Catarina, "um pedacinho de terra perdido no mar", sua musa enganou-o. Florianópolis está colada ao continente, tão próxima que até se pode ver a manchete do jornal que alguma pessoa esteja lendo no outro lado da ponte.

Agora, se esse "perdido no mar" foi uma distração do poeta com o subconsciente amarrado nos Açores, Zininho acertou na mosca porque aquelas ilhas são realmente os últimos pedaços de terra perdidos

no meio do oceano.

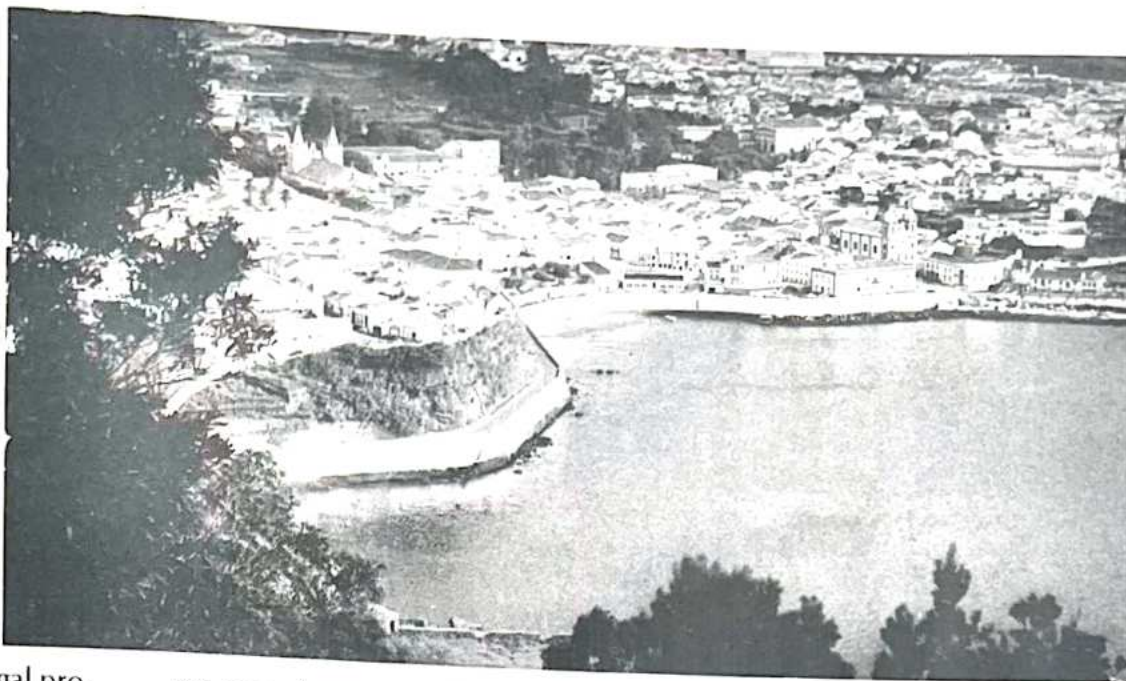
Localizadas a 1.500 quilômetros de Portugal, em pleno Atlântico, as nove ilhas do arquipélago açoriano são um território à parte.

E durante tanto tempo estiveram tão esquecidas no meio do mar, - em 1960 a metade da população era considerada analfabeta - que foi por pouco que após a Revolução dos Cravos de 1974 que o arquipélago (da mesma forma que Angola, Moçambique e Cabo Verde) não se separou de Portugal proclamando a sua independência.

E aí os Açores estariam definitivamente falidos. E isso é verdade porque os Açores e seus 250 mil habitantes não se sustentam. E os números não mentem: 60% do seu orçamento anual de 860 milhões de dólares vêm de fora, são subsídios de Lisboa e da Comunidade Econômica Européia. Apenas para se ter uma idéia do que esse dinheiro todo representa, é bom lembrar que Florianópolis, com uma população idêntica a dos Açores, tem um orçamento de apenas 100 milhões, nove vezes menor.

Os novos Açores

Quando desembarcamos naquelas ilhas em setembro do ano passado, para escrever o livro "**Mares, e longínquos povos dos Açores**", nós passamos por sucessivas surpresas. A primeira e mais importante delas é que a principal atividade econômica do arquipélago é a **pecuária e não a pesca**. Ser ilhas e ter mar por tudo quanto é lado não significa nada nos Açores além de solidão e isolamento. Laguna, com a quinta parte da população, tem três vezes mais pescadores que os quatro mil registrados em todo arquipélago. Lá, a pesca emprega 2% dos açorianos e a pecuária quase 20%. Pelo menos é o que infor-



Uma rua em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel

ma esse documento de 144 páginas que consultamos e que se intitula "Situação Sócio-Econômica: 1991-93", editado pelo próprio Governo Regional do Arquipélago.

Sem dúvida, os Açores são muito diferentes daqueles de antes de 1975. Têm uma universidade, hospitais, escolas, aeroportos e estradas asfaltadas por toda parte. Lá o salário inicial de um professor primário é de 800 dólares. E a comida não é mais cara que aqui. Um almoço comum custa quatro dólares e um chope menos de um real.

O arquipélago tem também duas cidades com 45 mil habitantes - Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, na Terceira - e, dizem, a mais moderna frota de automóveis de Portugal.

E duas outras atividades econômicas começam a despontar no cenário de lenda das ilhas: o **turismo**, principalmente de ingleses, alemães e holandeses, e o **funcionalismo público**. Atualmente, das 100 mil pessoas que trabalham, 25 mil são funcionários lotados nesses redutos místicos denominados "repartições".

"Beleza sem par"

Quem um dia tiver o privilégio de desembarcar - com seus próprios recursos - nos Açores, pode ter a certeza que vai encontrar um dos

lugares mais belos do planeta. Naquelas ilhas, a musa do poeta **Zini-nho** poderia sugerir o dobro dos adjetivos que ele escreveu para elogiar a beleza da ilha de Santa Catarina. O povo açoriano é de uma hospitalidade extrema, quando uma pessoa atravessa uma rua os carros param, e ainda quase todo mundo veste terno ou paletó. Hoje o açoriano é um cidadão bastante diferente daquele que há apenas 20 anos vivia basicamente nos meios rurais e da agricultura.

A maior distância entre as ilhas é de 620 quilômetros porém quase sempre é possível de uma enxergar a outra que está a 80 ou 100 quilômetros de distância. Suas áreas variam de 17 Km² em Corvo a 759 na ilha de São Miguel. Ilhas formadas pelas atividades dos vulcões, que de vez em quando entram em erupção, e assoladas pelos terremotos, ainda hoje encontram-se lugares

onde a água ferve e é impossível pisar descalço o chão, de tão quente.

Em todos os lugares os campos e a pecuária entram pelos olhos, iguais que as aldeias brancas, de 500 anos, onde a maioria das famílias ainda fabrica o próprio vinho.

De todas as maneiras, faz bem conhecer os Açores e saber que descendemos daquele povo. São honestos - ainda é possível esquecer um pacote no banco de um jardim e reencontrá-lo no mesmo lugar à tarde - e têm um estranho gosto pelo movimento e pela aventura.

Não é à toa que logo depois de seu povoamento em 1427, eles começaram a partir e a levar civilização para lugares tão distantes e estranhos como o Japão, a Amazônia, Angola, Moçambique, Santa Catarina, Canadá e até o Havaí, na distante Polinésia.

Porque partiram os açorianos

A maioria dos historiadores catarinenses não tem dúvidas com relação às condições da **chegada dos imigrantes açorianos a partir de 1748**. Sabem que foram mais ou menos seis mil, que a viagem durou de dois a três meses, que receberam tais e tais ferramentas de trabalho e que foram se dispersando pelo litoral catarinense.

Agora, o "x" da questão é a partida. Por que os açorianos viajaram para o fim do mundo que era Santa Catarina no século XVIII? E aqui os historiadores também são erroneamente unânimes: a causa da partida foram os vulcões e a superpopulação, dizem.

Ora, graças a fertilidade de seus solos, há milhares de anos os italianos vivem em torno do Etna e do Vesúvio e não emigram. Por outro lado, calcula-se a população açoriana em 1750 em torno de 150 mil habitantes. Como emigraram seis mil significa que o arquipélago perdeu apenas 4% da sua população. O que não resolve absolutamente nada. Em vez de seis ficaram meia dúzia.

Como se vê, são versões de uma historiografia conservadora e atrasada que em pleno limiar do século XXI insiste em ignorar a natureza social, econômica e política na vida dos povos.

E hoje os Açores têm o dobro da população de 1748 e ninguém emigra.

Desde o nosso ponto de vista, a emigração foi induzida por um fator fundamental: **a vigência na Europa e no arquipélago de um dos mais violentos e cruéis regimes sociais de que se tem notícia, o feudalismo**. E um fator secundário, **a criação na ilha de Santa Catarina de uma base de apoio às operações de guerra dos portugueses na bacia do Prata, através da Colônia do Sacramento**.

No litoral catarinense, os açorianos inauguraram um sistema econômico indispensável para o Brasil escravista e latifundiário de 1750: um regime de trabalho baseado na pequena propriedade agrícola familiar, e com mão-de-obra livre... e branca.

El fin de las ideologías y la muerte de la Universidad

I. la diversidad de la Universidad en América Latina

Las Universidades, emergidas en la época colonial, reprodujeron en su momento el proyecto "cultural" inscrito en las necesidades de las sociedades en las cuales el status de la academia respondía a un orden de adscripciones estricto, tomista primero, platónico más tarde. De todas maneras una misma intención le da continuidad a ambos proyectos: *algunos hombres deben ser enseñados a pensar por todos los hombres*.

Paralelamente las universidades europeas desde el siglo XVI, bajo el impacto de la modernidad, rompen su condición de servidores para la reproducción del poder estamental medieval. Paradojalmente en la América hispano-portuguesa se asientan hegemónicamente las estructuras de saber anacrónicas que son desarticuladas en el Viejo Mundo. En este punto arranca el primer aspecto de una **diversidad que se mantendrá como invariante histórico** durante un largo tiempo. Si en la universidad europea se cumple el presupuesto paretiano de educar al genérico hombre-élite, cualquiera que sea su origen social (Pareto, 1936), **en América Latina la universidad nace y se perpetúa en la constitución y enseñanza de un saber**

para la perpetuación de las élites de un origen social determinado.

Sin embargo, esta intención social, cultural e histórica genera, dada su radicalidad, el segundo aspecto de la diversidad de la Universidad en América Latina: el de convertirla en **un espacio académico permanentemente habitado por el conflicto político-social.**

La academia del Viejo Mundo es, en general, un espacio cerrado en el cual el debate político cultural es un reflejo del momento histórico que vive cada sociedad, pero no se revierte ni genera (o por lo menos lo intenta) cambios fuera del ámbito estamental académico. Es clásico producto de la modernidad inconclusa, del parcelamiento originado en la "escisión kantiana" nouménico-fenomenica, como afirma el teórico italiano Umberto Cerroni (1978). Por otra parte, es coherente con la del pragmatismo fraccionalista de la hegemonía de la cultura positivista, o sea, con la **hegemonía político-académica de la razón metódica** (Horkheimer, 1978), y su manifestación empírica en el modo de vida a través de la **"razón instrumental"** (Habermas, 1982). Así la universidad puede sobrevivir en un aislamiento relativo del escenario histórico-político, precisamente preservada por la frus-

* Professor do curso de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais de Buenos Aires e professor aposentado do curso de Filosofia da Faculdade de Humanidades da Universidade Central da Venezuela

tración del proyecto de la modernidad.

El mayo francés del 68 es precisamente un compulsivo y adolescente despertar contra esa frustración. Los jóvenes universitarios y en general todos los sectores que estaban accediendo a los altos niveles de la enseñanza, o sea, al espacio del poder cultural y por extensión potencial, del *polítoco*, pretendieron iniciar la democratización total de la sociedad (revolución) desde el espacio académico, desde donde ella podía ser asumida teóricamente. Ejercitada tal vez como práctica de denuncia de la opresión entre otras prácticas académicas. Pero al ser rebasada la "estructura institucional" que la contenía, al ser **llevada a la calle, se conectó a otro "orden de prácticas", las de un sistema político que no se podía violentar solo con manifestaciones masivas bajo consignas tan honrosas como estériles, tipo "la imaginación al poder, o "amaos los unos a los otros".**

La Reforma Universitaria gestada cincuenta años antes del mayo francés (Del Mazzo, 1936), y sus logros fundamentales, la apertura de la enseñanza superior a las ascendentes clases medias, y el gobierno de estudiantes y egresados en los claustros, le dan a las universidades latinoamericanas una cuota de poder político potencial, dentro de una relación entre el Estado y la Sociedad civil que será siempre conflictiva y cambiante.

Nuestra Universidad no tendrá la intangibilidad del espacio académico, ni la inmunidad, ni el privilegio de la pertenencia al ámbito cultural que caracteriza a las europeas. No estará tampoco abiertamente ligada a los intereses estatales y empresariales de las organizaciones de la comunidad que la sostienen, como en los Estados Unidos. La diversidad de la Universidad latinoamericana resi-

de, en una relación de tensión permanente con el poder político del Estado, que cumple la doble función de sustentador y represor.

II. la Universidad y la utopía agotada

La universidad europea nunca aspiró a completar el proyecto de la modernidad inconclusa. Como afirma Eric From, completar tal proyecto hubiera implicado una confrontación radical tanto con el capitalismo autoritario, encubierto bajo la máscara del liberalismo democrático como el de su contrapartida necesaria, la del autoritarismo stalinista de las "democracias socialistas". La universidad europea, como ya lo hemos afirmado, pudo desplegar la fuerza del pensamiento científico y filosófico, restringiéndose a la cuota de una democracia relativa, vigente como ideología más allá de sus tintes elitistas de perfiles "paretianos" (8. Töcqueville, 1977). Quizá seamos demasiado generosos en esta afirmación, dado que aún en los momentos de autoritarismo genocida promovido por el nacional socialismo, las universidades alemanas, a pesar de su hemorragia de científicos y filósofos judíos (por exilio o por muerte), mantuvieron calificados pensadores que practicaban la cátedra, a espaldas del holocausto, como por ejemplo Jung y Heidegger (9. Marcuse, 1992). Las universidades mantuvieron la excelencia de la producción científica y filosófica sobre otros parámetros coherentes con su desarrollo económico, social y político.

La Universidad en América Latina nace y se desarrolla en un espacio geopolítico en el cual, a diferencia del europeo o del norteamericano, el sistema político se constituye sobre economías sin base industrial y tecnológica autónomas, es decir, sin la base mínima necesaria para que sobre ella se construya la democracia, aún en

las deficitarias y controversiales versiones existentes en el mundo capitalista desarrollado.

En la modernidad solo la vigencia relativa de la democracia le da, como hemos visto más arriba, un lugar estable a la Universidad dentro del aparato cultural de la sociedad, que le permite jugar con cierta continuidad una función educativa de alto nivel funcional a la sociedad civil y al Estado.

En América Latina, entre la debilidad de la sociedad civil, la ciudadanía no constituida y el autoritarismo del Estado, el lugar de la Universidad y su propuesta ético-científica apareció siempre invadido, asfixiado y cuestionado en su autonomía. El sistema político no puede tolerar una instancia autónoma, que escape a la posibilidad de ser manipulada, sobre todo si es capaz de generar agentes críticos con capacidad para poner en evidencia la condición antidemocrática del propio sistema y el carácter autocrático del discurso hegemónico.

Así la Universidad en América Latina fue un espacio necesario en la lucha por una utopía permanente, **la de la constitución de un humanismo democrático**, en tanto tejido social y político sustentador del avance del pensamiento científico y filosófico universal. La Universidad debió afrontar una tarea que rebasó siempre sus posibilidades institucionales, pero al mismo tiempo que surgió de la toma de contacto con la **ética humanista científico-filosófica de los autores fundamentales de la modernidad**. La sociedad latinoamericana fue siempre victimada desde su origen por la desigualdad, necesaria para la expansión planetaria del capitalismo, pero al mismo tiempo, a diferencia de las asiáticas y las africanas, por el mimetismo ideológico y cultural que escamotea a las masas subalternizadas **la memoria de la diversidad**.

La insólita revolución cubana generó, a su vez, una contradicción irresoluble. La liberación de la violencia histórica y estructural por la "nueva" violencia coyuntural del pueblo en armas. No sólo la desigualdad de la confrontación generó la "derrota" de su expansión. Ella estuvo signada por **el mesianismo foquista, una forma de autoritarismo individualista poco adecuado para la construcción de una nueva y verdadera sociedad civil**.

Así la mayoría de las universidades latinoamericanas, fueron escenarios en los que germinó una parte importante de movimientos radicales que tomaron las armas, acompañados por el entusiasmo acrítico del progresismo académico europeo que veía a América Latina al borde del "salto revolucionario", negado a la decadente sociedad europea. Lo ocurrido más tarde, ya es historia reciente. Los europeos se recobran de la admiración que les producía la inminente revolución latinoamericana, se olvidan de la parte que les correspondió en la construcción de la "fantasía derrotada" y reducen a Latinoamérica al espejo invertido que les recuerda su propio avance y bienestar.

América Latina será solo noticia en tanto mundo del primitivismo, el tráfico de drogas, la corrupción y la violencia. Una contraimagen necesaria para la única imagen eurocéntrica de la democracia posible.

Las universidades latinoamericanas han pagado un alto precio por su participación en un proceso del que no fueron las únicas protagonistas. Fueron allanadas, saqueadas, dismanteladas y condenadas como focos permanentes de la subversión. Algunas de ellas, como las chilenas, fueron **aniquiladas como espacio público de enseñanza superior**.

Esa conexión de "las Universi-

"En la modernidad solo la vigencia relativa de la democracia le da un lugar estable a la Universidad dentro del aparato cultural de la sociedad, que le permite jugar con cierta continuidad una función educativa de alto nivel funcional a la sociedad civil y al Estado."

Es necesario recordar que nuestras universidades han perdido en los últimos años parte de su efectividad ético-social sobre la sociedad. La trampa del neutralismo se cierra sobre ellas, y sus propuestas las penetra lenta pero profundamente."

"Así la Universidad en América Latina fue un espacio necesario en la lucha por una utopía permanente, la de la constitución de un humanismo democrático, en tanto tejido social y político sustentador del avance del pensamiento científico y filosófico universal."

"La degradación de lo público, lo igualitario, de la sociabilidad solidaria, frente al avasallante individualismo darwinista del verdadero capitalismo salvaje, que se esconde bajo el semblanteseudolibertario del neoliberalismo."

dades laicas y públicas con la realidad de la sociedad las colocó en la vanguardia de una lucha, que al fin del milenio concluye con un sombrío balance de una cadena de batallas perdidas. Como dice Alain Finkelkraut (Finkelkraut, 1990), estamos en este fin de siglo ante la aparente derrota del pensamiento, en una sociedad de masas zombizada, en la cual los últimos rebeldes caen en el fundamentalismo más radical y anacrónico. **La degradación de lo público, lo igualitario, de la sociabilidad solidaria, frente al avasallante individualismo darwinista del verdadero capitalismo salvaje, que se esconde bajo el semblanteseudolibertario del neoliberalismo.**

III. la Universidad: muerte o reconstrucción de la utopía

¿Pero, en qué consiste lo singular del presente para América Latina y para nuestras universidades?

No es el fin de la historia, como sostiene, erróneamente, Francis Fukuyama. La historia que conocemos desde la modernidad continúa. Es la que comienza con la revolución humanista, y la que perdura en su frustración bajo el signo del liberalismo. E la historia de la desigualdad y de la legitimación de la violencia autoritaria contra la subjetividad y la voluntad social para defenderla.

La lucha por la construcción de la democracia, o sea, la de convertir a los hombres masa zombizados, sólo actores de papeles asignados, en verdaderos sujetos de la sociedad civil, es la única forma de reconstruir una utopía viable como guía para una praxis transformadora. Tal objetivo sólo será posible por la transformación del trabajo la producción sintetizada en la revolución ética, en lo político y lo cultural. En logro de esta síntesis el papel de la Universidad debe ser protagónico, consecuente y articulador.

Como es natural, esta hipótesis

implica una crítica al papel de la Universidad en los últimos años y sobre todo en lo que hace a sus relaciones con el Estado y la Sociedad. Para afrontar este último y fundamental punto de nuestras reflexiones debemos precisar algunas cuestiones que lo contextualizan.

a) La primera es la cuestión del ejercicio actual de la hegemonía por parte del Estado. Es natural que la dirección política y cultural esté centralizada en los grandes ejes del poder y comunicación de la sociedad global. Pero ellos no son democratizantes, como ingenua o cínicamente lo afirmaba Mc Luhan; por el contrario, sirven a los intereses de los países dominantes en el mundo del capitalismo neoliberal. Sus filósofos más notables Rawls y Nozick (Nozick, 1989), lo plantean públicamente: **La libertad será para los que tengan mayor poder.**

Pero es obvio que no hay hegemonía sin consenso. La lección weberiana sigue siendo válida. La obtención de consenso es un problema universal. En países del primer mundo, liderizados por el poder tecnológico y militar de los EE UU, la ilusión de la libertad individual irrestricta se mantiene a partir de la expansión del consumismo. En América Latina, donde la miseria y la pobreza crítica aumentan con el avance del modelo neoliberal la fórmula debe ser otra. Como ya lo hemos planteado en otros textos (Calello, 1993), la combinación entre los neopopulismos y el terrorismo de estado en el control **de una sociedad degradada en su civilidad**, es la realidad que sostiene lo que algunos autores llaman "democracias delegativas" (O'Donnell, 1993).

El consenso se articula desde la construcción de un Imaginario que logre que las fantasías constitutivas del pensamiento neoliberal formen parte del sentido común. Se diseña

así un país imaginario que se sobrepone al país real. Así el imaginario popular es penetrado por el poder comunicacional hegemónico que de esa forma mantiene el consenso rutinario. Pero es obvio que ante la realidad de violencia progresiva, generada por el propio neoliberalismo a través de sus políticas "de ajuste", estos efectos deben ser presentados como productos de agresiones exógenas. Se construyen desde el poder los chivos expiatorios, la universidad es uno de ellos. Debe ser presentada como "corrupta, inactiva, insaciable demandadora de dineros del pueblo". Esta imagen debe ser diseminada por los GRANDES GRUPOS COMUNICADORES DEL STATUS QUO. POR LO GENERAL HABILES MANIPULADORES, CREADORES DE LA "OPINION PUBLICA".

Pero, paradójicamente, la producción científica y cultural de algunas grandes universidades latinoamericanas (la Venezolana (UCV), la Argentina (UBA) y la Mexicana (UNAM) representa entre el sesenta y el setenta por ciento de la investigación global en cada uno de esos países.

Dentro de un contexto histórico en el cual las casas de estudio han estado sometidas al chantaje económico del Estado y a la violencia permanente de las fuerzas represivas que agobian a la sociedad civil, estas cifras deberían bastar para descalificar su cuestionamiento; sobre todo si se la confronta con la escasa o inexistente producción científica de los centros de poder y de los "núcleos de opinión" promotores de esta agresión, dentro de Estados nacionales cada vez menos autónomos entregados a los caprichos del poder multinacional al cual se mimetizan sus caudillos ejecutivos, y el resto de los poderes cada vez más ineficientes y corruptos.

Es obvio que estas cifras son solo parte de la realidad. Es necesario

reconocer que nuestras universidades han perdido en los últimos años parte de su efectividad ético-social sobre la sociedad. La trampa del neoliberalismo se cierne sobre ellas, y sus mensajeros las penetran lenta pero profundamente.

Para esta doctrina lo bueno y lo efectivo de LO PÚBLICO debe ser destruido en tanto peligroso por ser portador de una eticidad presuntamente exitosa, que coloca en una situación difícil al mecanismo pragmatista y a su existismo fragmentario. Lamentablemente la respuesta a esta penetración no se afronta desde una estrategia adecuada, y la Universidad se hace vulnerable por dos razones fundamentales:

a) No ha logrado superar el anacronismo de ciertas burocracias académicas político-partidarias y administrativas que pretenden usufructuar el espacio democrático interno de las casas de estudio en función de objetivos subalternos de funcionarios que ejercen el poder al estilo mediocre y corrupto de sus pares del Estado.

b) En lo ideológico valorativo están siendo permeadas por la hegemonía de un pensamiento enfermo, nihilista, que enfatiza la propuesta "heideggeriana" de la banalidad y la exaltación de la tecnología como "deber ser" (Calello, 1994). De otro lado -como una reacción extrema- los focos del

"Es necesario reconocer que nuestras universidades han perdido en los últimos años parte de su efectividad ético-social sobre la sociedad. La trampa del neoliberalismo se cierne sobre ellas, y sus mensajeros las penetran lenta pero profundamente."



pensamiento fundamentalista intentan desarrollar un vanguardismo con objetivos de violencia callejera que estimulan la imagen negativa de las universidades frente a la sociedad.

La Universidad puede superar sus propios anacronismos y las inconsistencias que la han habitado en los últimos años, prolongar su efectividad político-social y profundizar su presencia ética y formativa en la sociedad, respondiendo así a la hipótesis que hemos trazado en los párrafos anteriores, es decir, el de cumplir un papel articulador fundamental en la construcción de la sociedad civil, en el país y en América Latina.

Vayan para el cumplimiento de este objetivo algunas líneas de reflexión.

I

La universidad debe desarrollar una política formativa integral de orden humanístico y científico riguroso, dentro de los parámetros de las necesidades de la sociedad de hoy, **respondiendo a las necesidades que la globalización plantea en el momento actual**, tal como lo sostiene el *"de la universidad de Buenos Aires" Acuerdo de gobierno para la reforma*, Colón, abril de 1995, a un mundo que:

"... se hace más complejo a velocidad creciente, que valoriza estratégicamente, también de modo creciente, la posesión del conocimiento y la capacidad de generarlo, emanada de las sociedades para ser competitivas y capaces de atender con dignidad las necesidades fundamentales de sus integrantes, la formación sofisticada de su gente. En un mundo así las cuestiones críticas pasan seguramente por ejes novedosos. En un contexto caracterizado por la crudeza de los efectos de cambio elegido para la transformación estructural de la economía, desde una perspectiva que limita el financiamiento del gasto social en educación y

la posibilidad del acceso real a la educación formal por parte de los sectores más desprotegidos de la sociedad..."

II

Para lograr este objetivo se debe derribar la antigua certidumbre del pensamiento duro, del sujeto omnipotente dueño absoluto de la razón metódica, que como dice Horkheimer, deviene en RAZON FASCISTA (Horkheimer, 1987). Pero también debe confrontarse con la hegemonía de la PALABRA VACIA, (Lacan, 1982) promovida desde el vacío de la subjetividad crítica. Debe proponer nuevas formas de conocimiento y de formación que rescaten, en una dialéctica de la pluralidad y un estímulo permanente, a la subjetividad creativa.

III

La Universidad debe ser el espacio de recuperación del Sujeto Público, pero al servicio de la sociedad, de la creación de nuevos espacios democráticos y que se confronten con el autoritarismo y la violencia política que tornan aberrante nuestra democracia formal.

Estas reflexiones de orden muy general nos definen tres espacios de acción en los cuales deben actuar nuestras universidades:

El de operar sobre un aspirante a la educación superior que, fragmentado por una enseñanza media, cada vez más viciada e inefectiva, (privada u oficial), debe ser asimilado democráticamente, respetado en su vocación y aspiraciones, y al mismo tiempo asimilado a una formación básica que estimule desde el comienzo su espíritu crítico y su capacidad creativa.

El de la formación de un posgraduado que debe estar fundado en la investigación transdisciplinaria que unifique las ciencias básicas y las humanístico-sociales, aplicada a la propia realidad del país y la región. En las distintas universidades este tipo de investigación formativa debe estar

vinculada al estudio de la confrontación entre el país real y el país imaginario. Es fundamental que los resultados de estas investigaciones se irradian hacia las cátedras afines en sus respectivos pregrados, sobre todo en aquellas en que se concentran los estudiantes avanzados que estén afrontando sus tesis de grado.

De todas maneras el reacomodamiento de la Universidad a la nueva realidad requiere una profunda restructuración interna y una redifinición de la estrategia externa en su relación con el contexto político-social, como dice el documento anteriormente citado, en otro párrafo:

"dos principios son necesarios como fundamentos de la reforma académica de la universidad. Ellos son: brindar formación para la autonomía personal y otorgar una formación versátil", y poco más adelante...

11- Es imprescindible revalorizar la Teoría.

12- Se requiere articular apropiadamente la docencia, la investigación, la extensión así como las relaciones teoría-práctica, Universidad-sociedad, estudio-trabajo, pasado-presente-futuro.

13- Se requiere establecer relaciones válidas y una fuerte articulación con el sistema educativo...

14- Es necesario profundizar la articulación con el sistema productivo y el Estado (pag. 20).

Como es obvio, la respuesta no está solo en la adecuación tecnológica al acelerado cambio de este fin de milenio desconcertante y turbulento. Los últimos tres puntos definen por su convivencia antagónica el escenario en el que debe avanzar cualitativamente la reforma de la Universidad. De todas maneras este escenario, difícilmente limitable, ni siquiera en lo nacional o lo regional, está atravesado por una contradicción dominante dado que el Estado, el aparato productivo y el sistema educativo giran en la órbita de un pragmatismo utilitario que reduce la educación superior a una

práctica funcionalmente diseñada desde objetivos externos, ajenos y muchas veces opuestos a la revalorización de la Teoría, a la ética y la historicidad como sostenes fundamentales de la formación profesional en la educación superior.

La universidad, no solo deberá afrontar esta contradicción, sino que deberá, desde ella, afrontar la integración cualitativa de sus tres prácticas fundamentales: LA ACADÉMICA, LA DE INVESTIGACIÓN Y LA DE EXTENSIÓN. Esta fusión deberá responder con un nuevo perfil de graduado, con gran autonomía personal, versatilidad ocupacional y además con un sólido pensamiento científico y una ética comunitaria.

Dicho perfil debe construirse en la sociedad civil y desde la sociedad civil (el lugar histórico en el que se nutre la fuerza de la universidad), Y SOBRETUDO DESDE LAS NUEVAS FORMAS DE TRANSFERENCIA Y SUSTENTACIÓN MUTUA, que se creen entre la universidad y la sociedad. La Sociedad civil es un potencial que es necesario liberar creativamente desde la concreción de prácticas comunes. La sociedad civil no puede ser una invocación, sino el extremo de una polaridad que debe crecer cualitativamente a través del trabajo y la investigación.

Es desde su formación en esta relación desde donde este graduado o posgraduado deberá competir con el formado en los múltiples lugares privados que responden al pragmatismo utilitario de los sectores transnacionales del aparato productivo, de gran influencia coyuntural sobre el Estado.

Pero, si en este fin de milenio estamos realmente ante la verdadera revolución de la inteligencia, el papel de la universidad renovada y actualizada puede ser clave confrontar y plantear otra opción a la mecanicista "sociedad de gerentes". **La opción de iluminar la oscuridad y la incertidumbre de este presente sin utopía.**

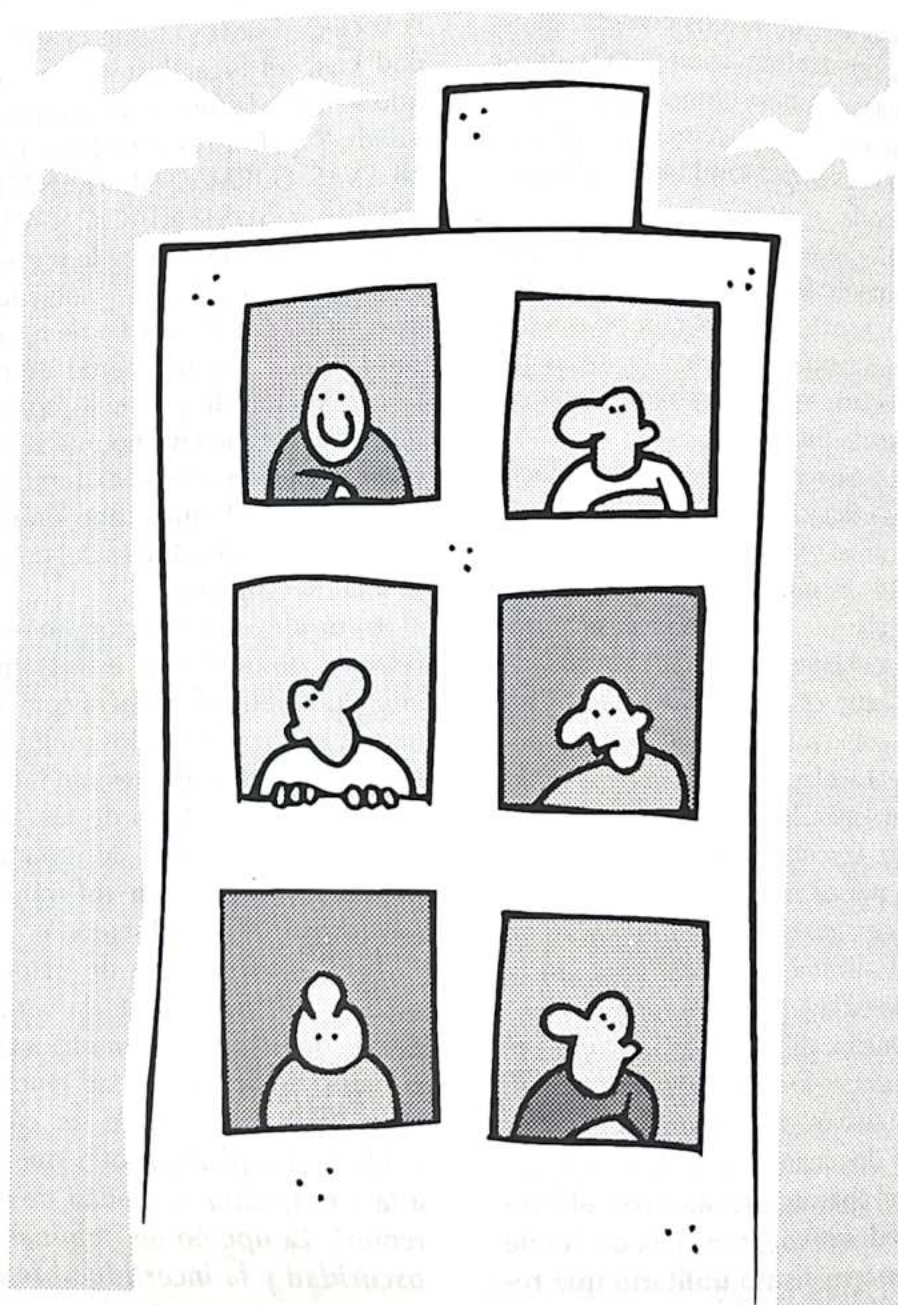
Bibliografía

- PARETO, W. *Tratatto di sociologia generale*. Barberá: Firenze, 1934.
- HALPERING DONGHI, T. *Historia contemporánea de América Latina*. Madrid: Alianza, 1967.
- CERRONI, U. *Metolología de la investigación social*. España: Martínez Roca, 1978.
- HABERMAS, J. *Crisis de legitimación del capitalismo tardío*. Amorrortu, 1982.
- DEM MAZZO, G. *El radicalismo*. Buenos Aires: Ed. Raigal, 1951.
- FROMM, E. *Marx y seu concepto del hombre*. México: FCE, 1974.
- TOCQUEVILLE, A. *La democracia en América*. México: FCE, 1977.
- MARCUSSE, H. *El filósofo de 1933-34 no puede completamente distinto al de antes de 1933, y menos aún si se piensa que usted manifestó y justificó seu entusiasmo pôr el Estado Nazi*. Correspondencia entre Marcusse y Heidegger, 28 ago. 1947. En: *La Caja*, Buenos Aires, set. 1992, p. 21.
- AAVV. *Gramsci, memoria y vigencia de una pasión política*. Mérida: Ed. ULA, 1993.
- FINKELKRAUT, A. *La derrota del pensamiento*. Madrid: Anagrama, 1990.
- FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar*. México: Siglo XXI, 1980.
- CALELLO, H. *Metafísica y pragmatismo de la democracia en América Latina*. *Rev. EIAL*, Tel Aviv, 1993.
- O'DONNELL, G. *Estado, democratización y ciudadanía*. Caracas: Ed. Nueva Sociedad, 1993.

O direito à saúde e a ampliação política do espaço público

* Respectivamente Dra e Ms do Departamento de Serviço Social da UFSC

"...associações de classe, grupos voluntários, movimentos populares, associações profissionais, associações sociais e grupos de interesses momentâneos e pontuais se inscrevem no cenário político, alargando as fronteiras da esfera pública, pleiteando o aumento de seus direitos e estruturando uma nova noção de cidadania."



A questão dos direitos vem, nos últimos anos, adquirindo uma centralidade em inúmeros fóruns de discussão, articulando-se a uma perspectiva de consolidação democrática e de ampliação da cidadania. Reconhecendo-se que os direitos do homem, democracia e estabilidade social, são momentos necessários do mesmo movimento histórico; reconhecendo-se também que a sociedade brasileira vem se alterando rapidamente, onde antigos padrões de sociabilidade e formas de organização societária esvaem-se numa intensa pluralidade de interesses e demandas, em grande parte antagônicos e diferenciados; e reconhecendo-se ainda, o esgotamento do papel do Estado como regulador das relações e ordenamento sociais, coloca-se como exigência fundamental repensar a questão dos direitos articulados às novas e emergentes formas de participação da sociedade civil (trabalhadores e segmentos das classes subalternizadas) no cenário público. Além de tais fatores, evidencia-se uma crise que se projeta tanto no interior das instituições e serviços públicos, quanto na desestruturação de "referências identitárias" que interferem na regulação da vida social. Embora considerando a necessária e não eliminável relação Estado/Sociedade, buscar-se-á destacar as expressões da sociedade civil que vêm imprimindo novos procedimentos na gestão do espaço público, com particular ênfase na área da saúde.

Tais expressões (associações de classe, grupos voluntários, movimentos populares, associações profissionais, associações sociais e grupos de interesses momentâneos e pontuais) se inscrevem no cenário político, alargando as fronteiras da esfera pública, pleiteando o aumento de seus direitos e estruturando uma nova noção de cidadania. Intrinsecamente ligadas à socialização da política, tais formas

organizativas não se atrelam às estratégias das classes dominantes e do Estado, mas se instauram como uma estratégia dos "não cidadãos", dos excluídos; portanto, uma cidadania construída de "baixo para cima", onde a busca e a garantia de direitos permanecem como uma constante.

A questão dos direitos humanos sofre uma significativa mudança com a formação do Estado moderno, alterando a relação soberano/súdito para Estado/cidadão, onde o direito passa a ser entendido não mais do ponto de vista do soberano e dos súditos, e sim do ponto de vista dos direitos dos cidadãos (BOBBIO, 1992, 4).

Nessa caminhada histórica, os direitos humanos consolidam-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem, expressando uma aquiescência dos diferentes países em relação à garantia de mínimos universais considerados fundamentais para a humanidade.

BOBBIO (1992,5) afirma que os direitos do homem, "por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em circunstâncias caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas".

Na origem da garantia dos direitos há uma permanente tensão entre quem detém o poder, no caso específico o Estado, e as camadas sociais que buscam o alargamento da esfera deste poder, com vistas à ampliação dos direitos pretendidos. Esse fato ocorre particularmente em relação aos direitos sociais, o que não se verifica, entretanto, em relação aos demais direitos. O confronto político pode fazer emergir novos direitos que dependam da presença do poder público para implementar sua realização. No plano da vida cotidiana, à medida que as pessoas não conseguem sa-

"...os direitos humanos

consolidam-se na Declaração

Universal dos Direitos do Homem,

expressando uma aquiescência dos

diferentes países em relação a

garantia de mínimos universais

considerados fundamentais para a

humanidade."

**"A inclusão na agenda estatal da
garantia de direitos sociais é
limitada pela forma de acumulação
capitalista, que amplia a exclusão
e aprofunda as desigualdades
sociais."**

tisfazer suas necessidades de existência, obrigando o Estado a intervir para a garantia das mesmas, emerge o que se convencionou chamar de direitos sociais. Segundo Bobbio, "os direitos sociais (direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, a tutela da saúde, libertação da miséria e do medo), maturados pelas novas exigências da sociedade industrial, implicam, por seu lado, um comportamento ativo por parte do Estado, ao garantir aos cidadãos uma situação de certeza" (Bobbio, Mateucci, Pasquino, 1994, 354).

Uma das particularidades dos direitos sociais é que sua concretização exige uma alteração na esfera da redistribuição de renda, alcançando um patamar que não é exigido dos direitos políticos e civis. Desta forma, a garantia dos direitos sociais requer um Estado forte, com capacidade interventiva nas áreas política e econômica. Tais direitos exigem, para a passagem do estatuto formal à realização prática, um aparato estatal que dê conta dos serviços públicos garantidos como direitos. Por isso mesmo, são os mais difíceis de serem concretizados, e onde a clivagem em relação aos direitos entre classes e segmentos de classe é mais evidente. O cumprimento dessa função estatal não se limita a princípios ético-moral-normativos, mas exige investimentos financeiros que dêem sustentação à concretude de tais direitos, que estão constantemente se ampliando e se complexificando.

A função reguladora e os limites

Considera-se que os direitos têm como objetivo explícito regular as práticas sociais e os vínculos que se estabelecem entre indivíduos, grupos e classes, e entre esses e o poder constituído. Enquanto princípio regulador, submete-se às oscilações conjunturais, perpassado pelas contradições e alterações da sociedade civil, o que determina, por sua vez, mudanças nas relações entre esta e o Estado.

Nessa ótica, retoma-se com ên-

fase a discussão sobre direitos, ética e cidadania. Supera-se o entendimento dos direitos enquanto formais e abstratos, e busca-se vinculá-los às possibilidades que se expressam no campo político e coletivo, e não meramente como princípios individuais e utilitários.

A inclusão na agenda estatal da garantia de direitos sociais é limitada pela forma de acumulação capitalista, que amplia a exclusão e aprofunda as desigualdades sociais. Neste cenário surgem agentes históricos que se posicionam face ao Estado em busca da garantia de uma nova cidadania, instituindo "locos" políticos diferenciados e outras formas societárias, inovando a relação Estado/sociedade civil.

Nova cidadania - novos direitos significam a implementação de garantias para necessidades não atendidas. Para WOLKMER, (1994, 151) esses direitos nem sempre podem ser considerados inteiramente novos, "pois, na verdade, por vezes o novo é o modo de obtenção de direitos que não passa mais pelas vias tradicionais - legislativa e judicial - mas provém de um processo de lutas e conquistas das identidades coletivas para o reconhecimento pelo Estado. Assim, a designação de "novos" direitos refere-se à afirmação e à materialização de necessidades individuais (pessoais) ou coletivas (sociais), que emergem informalmente em toda e qualquer organização social, não estando necessariamente previstas ou contidas na legislação estatal positiva".

No debate contemporâneo a categoria "necessidade" tem sido tratada sob diferentes prismas teóricos. Para Carlos Nelson Coutinho (1982), Edson Nunes (1990), e Wolkmer (1994), "necessidade" pode ter um sentido prescritivo e determinista, ou um sentido subjetivo, referindo-se à privação de alguma coisa. Tais autores traduzem a expressão "necessidade" como "carência" ou "carecimento". Wolkmer (1994, 216) considera que "necessidades" e "ca-

rências" não são fenômenos similares, entendendo por carência, "a privação ou falta de alguma coisa" e, por necessidade, "todo aquele sentimento, intenção ou desejo crescente que envolve exigências valorativas, motivando o comportamento humano para a apreensão de bens materiais e imateriais considerados essenciais".

Entende-se, aqui, ampliando-se a perspectiva acima colocada, que a categoria carência contém em si, enquanto não valorativa, elementos que conduzem à imobilidade e à passividade face à mesma. De outro modo, a carência representa a matéria bruta que faz com que os homens operem passivamente, abdicando de sua vontade e compreendendo a história como um fenômeno material do qual permanecem como vítimas. Impõe uma visão acrítica do mundo, incoerente e fragmentária que encobre as questões de "direitos de cidadania e de moralidade política". Revela a esfera da alienação que torna o indivíduo conformista, ao não dispor de um instrumental crítico que lhe possibilite o exercício democrático de direitos e de sua cidadania. Essas carências, que existem independente da vontade dos homens, se transformam em necessidades quando, para sua satisfação, exigem modos diferenciados de satisfazê-las. Essas maneiras diversificadas vão se construindo historicamente e estão relacionadas à dinâmica de como se estruturam as relações sociais, de acordo com o modo de produção vigente, os desejos valorativos para a satisfação das necessidades. Enquanto construídas, têm um componente histórico que contém em si aspectos objetivos e subjetivos, o que permite inferir seu imbricamento com as diferentes esferas do ser social, seja no mundo da cultura, do direito, dos valores e das manifestações do mundo cotidiano.

De necessidade a direito

Enquanto um sentimento consciente, a necessidade mobiliza a in-

tenção e impulsiona a ação, possibilitando a superação da alienação produzida pelas próprias condições econômicas geradas no interior das diferentes formas de organização social. A estruturação das necessidades imprime, portanto, novas formas de ação humana, objetivando sua resolução e transformando-as em direitos reconhecidos.

A distinção entre necessidade e direito é apontada por Norberto Bobbio (1993, 133), o qual indica que "uma necessidade não pode ser considerada um direito senão quando existe historicamente a possibilidade de satisfazê-la". Nesse sentido, uma necessidade, para ser transformada em direito, exige que a sociedade apresente condições objetivas para atendê-las, e também o reconhecimento das relações de poder que se estabelecem em cada momento histórico.

Uma das áreas que se tem configurado como importante na conformação de identidades políticas e sociais é a da saúde. É nesse espaço de conquistas que vêm se aglutinando movimentos significativos na esfera da sociedade civil, articulando interesses coletivos e culminando com a Reforma Sanitária. Esta se refere "a um processo de transformação da norma legal e do aparelho institucional que regulamenta e se responsabiliza pela proteção à saúde dos cidadãos, e corresponde a um efetivo deslocamento do poder político em direção às camadas populares, cuja expressão material se concretiza na busca do direito universal à saúde e na criação de um sistema único de serviços, sob a égide do Estado" (TEIXEIRA, 1989, 39).

Tanto a Reforma Sanitária como a Constituição de 1988 propõem um novo ordenamento no que se refere à saúde, conferindo-lhe um desenho distinto no plano institucional e político. Este ordenamento, expressando ao mesmo tempo as vinculações estatais com as políticas sociais e um novo posicionamento da sociedade civil face às mesmas, apresenta no

"...a carência representa a matéria bruta que faz com que os homens operem passivamente, abdicando de sua vontade e compreendendo a história como um fenômeno material do qual permanecem como vítimas."

"...a necessidade mobiliza a intenção e impulsiona a ação, possibilitando a superação da alienação produzida pelas próprias condições econômicas geradas no interior das diferentes formas de organização social."

Bibliografia

- ALVES, J.A.I. *Direitos humanos: o significado político da Conferência de Viena*. *Lua Nova*, n. 32, CEDEC, São Paulo, 1994.
- BERLINQUER, G. *O direito à vida e a ética da saúde*. *Lua Nova*, n. 30, CEDEC, São Paulo, 1993.
- BOBBIO, N. *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- BOBBIO, N., MATEUCCI, N., PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1994.
- COHN, A. et al. *A saúde como direito e como serviço*. São Paulo: Cortez/CE-DUC, 1991.
- COUTINHO, C.N. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- MARX, K. *A questão judaica*. São Paulo: Ed. Moraes, s/d.
- NUNES, E. *Carências e modos de vida*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.4, n.2, p.3, 1990.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- SPOSATI, A. *Serviço Social em tempo de democracia*. *Serviço Social*, n. 39, 1992.
- TEIXEIRA, S.F. (org.). *Reforma sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez/Abrasco, 1989.
- TELLES, V. da S. *Sociedade civil e a construção de espaços públicos*. In: DANIGNO, E.(org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- WOLKMER, A.C. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito*. São Paulo: Alfa/Omega, 1994.

plano institucional as seguintes inovações:

- o deslocamento da gestão da esfera federal para os Estados e Municípios, com descentralização e gestão autônoma dos serviços sob um comando único;

- um novo esquema de financiamento dos gastos relativos à atenção à saúde, com a constituição de fundos nas três esferas de governo;

- instituição de modelos de gerenciamento dos serviços de saúde, garantindo a incorporação de aspectos que determinam o processo saúde-doença, superando o padrão assistencial vigente e apontando para uma nova ética sanitária.

No plano político, as alterações são mais substantivas, deslocando o foco de poder e construindo um novo desenho, que implica em considerar:

- a universalização do direito à saúde, ultrapassando as concepções de "cidadania regulada" e "cidadania invertida", apontando para a garantia de pleno acesso aos serviços, sem quaisquer critérios de exclusão ou discriminação;

- a democratização na gestão dos serviços de saúde, a partir da ampliação dos espaços de participação popular, através dos conselhos paritários, com funções deliberativas e não apenas consultivas;

- a possibilidade do controle social por diferentes sujeitos coletivos, que interagem entre si e com o Estado, buscando garantir os preceitos constitucionais.

Fóruns de confronto e expressão

Os Conselhos de Saúde, espaços públicos e políticos, apontam possibilidades no sentido de ampliar e garantir direitos. Constituídos por representantes de organizações diferenciadas com interesses distintos, instituem-se como fóruns de discussão, onde esses interesses se confrontam e se expressam, permitindo a construção de uma contra-hegemonia a partir

das exigências populares e sob um prisma democrático. Sendo a saúde de uma área que estrutura sujeitos políticos diferenciados em termos de representação e unificados em relação à sua busca, viabiliza formas alternativas de fazer política, fortalecendo a emergência de práticas coletivas, espaços democráticos plurais e estratégias de efetivo controle do poder estatal.

Os Conselhos de Saúde podem ser considerados mecanismos que possibilitam operacionalizar práticas democráticas participativas, que têm sua gênese em um movimento ascendente, da base para instâncias políticas superiores. Assim, o direito à saúde se expressa como "prática, discursos e valores que afetam o modo como desigualdades e diferenças são figuradas no cenário público, como interesses se expressam e os conflitos se realizam" (TELLES, 1994, 91).

A efetiva inscrição da sociedade civil no espaço público possibilita a transposição de necessidades e carecimentos da esfera privada para um novo cenário, onde se expressam uma pluralidade de opiniões e conflitos, dando visibilidade a interesses e aspirações que passam a ser defendidos como direitos. É nesse espaço público que pode ocorrer "uma nova contratualidade que construa uma medida de equidade e as regras da civilidade nas relações sociais... permitindo a construção de parâmetros públicos que reinventem a política no reconhecimento de direitos como medida de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos" (TELLES, 1994, 231). O reconhecimento dos direitos é o primeiro passo na perspectiva da equidade, embora tais direitos não se realizem de forma mecânica e imediata. Sua efetividade prática depende da capacidade dos sujeitos sociais de estabelecerem medidas de eficácia que garantam o respeito aos direitos conquistados.

Luta e resistência

APUFSC 20 anos

Marli Auras

Professora Titular do CED/UFSC

Quando iniciei o Mestrado em Filosofia da Educação na PUC-SP, em março de 1978, sofri de imediato o desafio de enfrentar um cotidiano universitário marcado pela crítica, pelo acirrado e denso debate acadêmico, pela intensa mobilização político-intelectual dos professores e estudantes. Os amplos corredores da Universidade achavam-se invariavelmente apinhados de cartazes e recados anunciando as mais variadas programações, de um debate mais sisudo a uma festa de arromba. Havia um clima de resistência democrática, uma sede de saber, sobretudo de *saber popular*. A PUC-SP era uma espécie de centro de convergência ou caixa de ressonância da luta pelo restabelecimento do Estado de Direito, pelo fim da ditadura militar. Daí ter sido alvo, em setembro de 1977, da invasão de forças policiais comandadas pelo coronel Erasmo Dias que, em meio a bombas de gás lacrimogêneo, espalhou o pânico e destruiu acervos e materias importantes da Universidade.

No Brasil, nos anos 70 - sob o império do AI-5 e do Decreto 477

- o viés tecnicista, que propugna pela neutralidade do ato pedagógico, marcou fundamente a filosofia dos cursos de formação de professores. A estrutura acadêmica (im)posta pela Reforma Universitária de 1968 tratou de verticalizar o poder no interior da Universidade, criando uma sucessão de hierarquias sobrepostas geradoras de relações de mando e dependência. A departamentalização e o sistema de créditos, além da maximização dos recursos disponíveis, visavam dificultar as ações coletivas e interdisciplinares.

Aqui na UFSC, no âmbito de tal contexto, reinava a paz dos cemitérios. Posso referir-me a isto como uma dura experiência de ordem inclusive pessoal, pois a UFSC é um dos meus mundos já há trinta anos. (De 1967 a 1970, como estudante de Geografia e daí em diante como professora do Colégio de Aplicação e, após 1975, ligada ao MEN/CED, de cursos de licenciatura.) Cada qual no seu canto (mesmo entre os pares), aos professores cabia ensinar e aos alunos estudar. A assinatura no livro ponto - sentinela a postos na en-



NODARI, E; SAUL, M V A; RAMPINELLI, W. *Luta e resistência: APUFSC 20 anos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996, 228 páginas.



trada do Departamento -, registrava o horário de entrada e saída dos docentes nos dois turnos diários de trabalho. Chegar amiúde alguns minutos mais cedo ou sair alguns minutos mais tarde poderia ser lido como expressão de zelo e responsabilidade profissional. Ao inspetor de alunos (que no CED ocupava uma salinha estrategicamente localizada no primeiro andar) cabia fiscalizar a disciplina estudantil nas chegadas e saídas pelos corredores e diligenciar pelo bom andamento das aulas (cabia a ele registrar, por exemplo, eventual ausência ou chegada tardia de algum professor). Nas áreas consideradas nobres, como a das engenharias, havia recursos para a pesquisa, para a criação de conhecimentos novos. Do outro lado do rio, a investigação podia fazer parte da rotina acadêmica por resultar em produtos imediatamente mensuráveis e utilizáveis para o avançar do desenvolvimento econômico-industrial. Não é sem razão, por exemplo, que o curso de Engenharia Mecânica da UFSC durante muitos anos foi considerado o melhor do país. Há inclusive quem relacione o forte e rápido desenvolvimento industrial de Santa Catarina, ao longo das décadas de 1960 e 1970, também ao labor e operosidade do Departamento de Engenharia Mecânica

desta Universidade. Fiz parte de uma comissão de professores do CED que, em 1977, dirigiu-se, não sem algum temor, ao gabinete do reitor, prof. Caspar Erich Stemmer, levando-lhe uma demanda específica. Jamais esquecerei que, a certa altura do (des)encontro, ele nos afirmou algo assim: "Se me resta-rem, como recurso, apenas dois alfinetes, não tenho dúvidas em encaminhá-los ao Centro Tecnológico". Esta fala diz bem acerca do clima da (des)conversa, concluída pela profª Vera Bazzo, porta-voz do grupo, com o desabafo: "Mas professor, nós não somos a escória da humanidade!". Evidentemente, havia também no CTC pessoas com uma visão que não se pautava pela leitura reducionista e pragmática da realidade. Havia aqueles que se preocupavam com a questão social, com o desafio histórico da dimensão pública - como uma veia em aberto - da Universidade. Não me furtarei em registrar o caso do professor Marcos Cardoso, preso pelas forças de segurança da ditadura militar, por ocasião da famigerada operação Barriga Verde, em novembro de 1975, e mantido no cárcere por mais de dois anos. O prof. Vilson Rosalino, também do CTC, teve mais sorte. Escapou de ser preso por seguranças que, em trajes civis para não despertar atenção, pretendiam aprisioná-lo dentro do próprio campus universitário, também por ocasião da operação Barriga Verde. O prof. Rosalino conseguiu fugir e exilar-se no exterior, somente retornando ao Brasil anos após, por ocasião da Lei da Anistia.

As paredes dos corredores da UFSC, ao longo dos anos 70, permaneciam alvas, limpas. Professores, estudantes e servidores técnico-administrativos mantinham-se pulverizados na faina cotidiana de seus respectivos departamentos e salas de aula. Desconheciam-se uns aos outros, sobretudo se levarmos em conta os vários e diferen-

tes departamentos e centros que compõem esta Universidade. A própria arquitetura inicial da UFSC evidenciava - e tratava de estimular - a não necessidade do encontro, da assembléia, do debate e deliberação coletivos. Nas dependências do CED, por exemplo, não havia auditório. Nossas primeiras reuniões mais concorridas careciam de espaços adequados. O próprio auditório da reitoria era subterrâneo e sombrio (por que o público deve reunir-se meio escondido, sem ver a luz do sol?), além de pequeno para as dimensões da UFSC. A exemplo de outras universidades, a nossa também contava com uma ASI (Assessoria de Segurança e Informações) - instalada junto à própria Reitoria, próxima ao Gabinete do Reitor -, tentáculo do SNI cravado em nosso meio, responsável pelas cassações brancas ocorridas no interior da UFSC.

Todos no mesmo barco

É nesse contexto que surge a APUFSC, em junho de 1975, tímida em seu começo, com vistas a "possibilitar a discussão democrática dos problemas da classe, o encaminhamento e solução de objetivos comuns, facilitando contato entre seus integrantes, através do convívio social nas futuras instalações" (p. 17 e 18). Conforme expressou o prof. Carlos Humberto P. Corrêa, um dos idealizadores da Associação: "estava todo mundo no mesmo barco, principalmente em 1975, numa época de repressão política muito grande (...) em que a gente via a necessidade de se dar as mãos, se unir, não em termos políticos mas principalmente em termos intelectuais e em termos sociais. Nós queríamos saber quem é que conhecia o que, aonde e quem eram as pessoas da Universidade. Este foi o motivo principal da formação da Associação dos Professores (...) Nos con-

gregamos para nos protegermos porque dentro da Universidade quem tinha menos vez eram os professores" (p. 18).

Será, no entanto, sob a presidência do prof. Osvaldo Maciel, no final da década de 70, que a APUFSC afirmará, com vigor e determinação, seu compromisso político, conforme anunciava o Boletim da APUFSC, em março de 1979: "o papel de uma associação como a APUFSC é lutar pela construção de uma Universidade livre, aberta e democrática" (p. 21). Em pouco tempo, uma das grandes contribuições da entidade foi quebrar, virtualmente, o isolamento, a rigidez e o verticalismo da estrutura universitária, possibilitando o fim das condições reprodutoras da *paz dos cemitérios*. As demandas passaram a pipocar aqui e acolá. As pessoas começaram a perder o medo. O encontro e o debate entre os professores e demais interessados passaram a ser crescentemente estimulados. Tão intensas foram a mobilização e a organização dos professores da UFSC junto a sua Associação e no âmbito nacional que a ANDES, criada em fevereiro de 1981, teve como seu primeiro presidente o prof. Osvaldo Maciel.

Quando, enfim, retornei do Curso de Mestrado na PUC-SP, no início do segundo semestre de 1980, tive a grata surpresa de encontrar nossa Universidade também em ebulição, aberta às pugnas acadêmicas, em consonância com o que de mais vivo e avançado politicamente ocorria no território nacional. Mas os tempos ainda eram bicudos. Lembro-me que nas primeiras greves de longa duração por nós realizadas, a de 1980, 1981 e 1982, tomavam-se cuidados especiais inclusive com relação à segurança dos integrantes do Comando Local de Greve - CLG. Chegou a haver um advogado a postos, pronto para qualquer eventualidade (na época, a entida-

"Nós queríamos saber quem é que conhecia o que, aonde e quem eram as pessoas da Universidade. Este foi o motivo principal da formação da Associação dos Professores."

"Em pouco tempo, uma das grandes contribuições da entidade foi quebrar, virtualmente, o isolamento, a rigidez e o verticalismo da estrutura universitária, possibilitando o fim das condições reprodutoras da *paz dos cemitérios*."

"Por certo foi um trabalho exaustivo e perseverante, dada a desorganização e dispersão dos próprios arquivos da Associação. (...) O resultado de tal esforço investigatório é rico e interessante."

de ainda não contava com a prestação regular de serviços jurídicos aos associados). A reunião diária do comando era realizada em diferentes dependências da UFSC, sem definição prévia do local, para efeito do aumento da segurança dos participantes. Ao professor Raul Guenther, que assumiu a presidência da APUFSC na gestão 1981-82 e coordenava os trabalhos do CLG, era aconselhado dormir em locais distintos ao de sua residência.

O livro enfocado neste escrito à guisa de resenha **Luta e resistência: APUFSC 20 anos** trata de resgatar momentos fundamentais da história da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina. Integra a pauta de comemorações do vigésimo aniversário da APUFSC (1975-1995), levada a efeito desde o ano passado pela atual diretoria que, com esta obra, consegue o tento de finalizar sua gestão com uma publicação densa e oportuna.

O Departamento de História desta Universidade, por solicitação da APUFSC, esteve diretamente envolvido nesse trabalho, "elaborou o projeto de pesquisa e desenvolveu-o até chegar a este livro. (...) A APUFSC apoiou com bolsas de estudo a um grupo de cinco estudantes que, sob a coordenação e trabalho conjunto de três professores (Eunice Sueli Nodari, Marcos Vinícios de Almeida Saul e Waldir José Rampinelli - MA), desenvolveram o projeto ao longo de quinze meses, de maio de 1995 a julho de 1996. O trabalho foi feito através da consulta e análise das seguintes fontes: bibliografia, arquivos da APUFSC (livros de atas, correspondência, registro de eventos, quadro social, recortes de jornais), entrevistas com o presidente, ex-presidentes e outras pessoas envolvidas com a entidade, publicações da APUFSC e jornais de Santa Catarina publicados no período de 1975-1995" (p. 7).

Privilegiando as lutas políticas

Por certo foi um trabalho exaus-

tivo e perseverante, dada a desorganização e dispersão dos próprios arquivos da Associação. "As fontes consultadas - como informam os coordenadores logo no início da obra (MA) - resultaram numa montanha de fichas que, com o auxílio da informática, forneceram os dados para a redação final do texto" (p. 8). O resultado de tal esforço investigatório é rico e interessante. O livro apresenta também um substantivo caderno fotográfico relativo ao período, organizado pelas professoras recém-aposentadas do Colégio de Aplicação, Carmen Aidê Hermes e Tanira Margarete Piacentini.

O primeiro capítulo, *Aparecendo no cenário da comunidade*, trabalha o surgimento da APUFSC, seu quadro histórico de dirigentes e associados.

O segundo capítulo, *Protegendo seus associados*, contempla o fato de a APUFSC nunca ter deixado de exercer também a via assistencialista entre seus associados, embora tenha privilegiado a luta política na maioria de suas gestões (xerox mais barato, vários convênios, cheque-APUFSC, MEDSAN, UNIMED etc.).

O terceiro capítulo, *Lutando por seus direitos e pela Universidade*, trata das greves - que marcaram sobretudo a década de oitenta -, agrupando-as, pelo tempo gasto no desenvolvimento de cada uma, em greves de curta duração (tabela 3) e greves de longa duração (tabela 4). Tais movimentos caracterizaram-se pela defesa da universidade pública e gratuita, por melhores condições de ensino, pesquisa e extensão, por salários dignos, por plano de carreira e pela valorização da dedicação exclusiva à instituição.

O quarto capítulo, *Ensinando e aprendendo*, trata do apoio que a APUFSC tem dado às várias maneiras culturais de as populações se expressarem, como "produção e difusão de filmes, documentários,

saraus, varais literários e publicações" (p. 14). Apresenta uma visão de conjunto das publicações ao longo dos vinte anos da entidade (tabela 5), com destaque mais que merecido para a revista Plural.

Por fim, o quinto capítulo, *Saindo do casulo*, apresenta a atuação da APUFSC no âmbito nacional, "já que a mesma teve participação direta na criação da ANDES-SN, quer contribuindo com o seu primeiro presidente, quer ajudando outras associações de professores a se organizarem. Destacada também foi sua participação nos CONADs e Congressos com apresentação de teses e propostas políticas" (p. 14 - 15). No âmbito estadual, destaca-se a intensa participação da APUFSC, em articulação com a ALISC, a UCE, a OAB-SC etc, durante os anos de 1983 e 1984, no processo de ampla discussão a respeito da democratização da educação em Santa Catarina, cujo ponto culminante foi a realização do Congresso Estadual de Educação, em Lages, com a participação de mais de 500 delegados. Destaca-se, também no âmbito estadual, a participação intensa da APUFSC nos desdobramentos políticos do histórico episódio da *novembrada*, por ocasião da visita do presidente general Figueiredo a Florianópolis, em novembro de 1979. Destaca-se ainda - além de outras frentes significativas - sua participação, por conta das discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no Forum Nacional em Defesa da Escola Pública, com o correspondente Forum Catarinense em Defesa da Escola Pública (responsável pela formulação e distribuição de jornais abordando esta temática que, pela intermediação do SINTE, circularam por toda Santa Catarina).

Há fortes tensões histórico-lógicas perpassando toda a obra. Há um esforço de análise, no último capítulo, acerca do refluxo do sin-

dicalismo classista e combativo, particularmente no que concerne ao movimento docente. "Se o debate dos anos 60 e 70 foi a revolução, o do final dos 80 e 90 passou a ser a reação. A grande maioria dos revolucionários de ontem discute não mais o socialismo e sua estratégia de implantação, mas sim que tipo de capitalismo adotar" (p. 119). O sindicalismo de classe dá lugar ao de participação.

Espero que este livro instigue a outras leituras, a investigações de zonas de sombra aqui apenas tangenciadas, como é o caso das aposentadorias dos professores universitários - aos 25 anos para a mulher e aos 30 para o homem. Temo que a aposentadoria precoce dos professores universitários - muitos saíram na faixa dos 40 anos! -, após vários anos passados fora da UFSC e mesmo do país, cursando o Mestrado e/ou o Doutorado, seja a reprodução, em nosso meio, de privilégios arraigados e típicos das elites brasileiras, tão duramente criticados ao longo do próprio movimento docente. Na área da educação, as perdas foram e têm sido profundas. Vários professores que se aposentaram e que, inclusive, haviam engrossado as fileiras do movimento docente em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade ao longo dos anos 80, hoje trabalham em instituições de ensino superior privadas. Na área dos programas de pós-graduação em educação, em todo o país e em muitos casos, aos problemas decorrentes da perda de quadros docentes qualificados e que vinham atuando na universidade pública, tem correspondido, em contrapartida, o surgimento e/ou fortalecimento de cursos de pós-graduação em instituições privadas, beneficiadas pela disponibilidade de profissionais "prontos" no mercado, já altamente qualificados e ainda bastante jovens, mas já aposentados. O movimento dos professores nada tem a ver com isto? Nada tem a dizer?

"Espero que este livro instigue a outras leituras, a investigações de zonas de sombra aqui apenas tangenciadas, como é o caso das aposentadorias dos professores universitários - aos 25 anos para a mulher e aos 30 para o homem."

JARBAS
PASSARINHO

*Um Híbrido
Fértil*



PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*.
Rio de Janeiro: Editora Expressão e
Cultura, 1996, 627 páginas.

Resenha

Um golpista travestido de democrata

Waldir José Rampinelli

Professor do Departamento de História
da Universidade Federal
de Santa Catarina

**"Jarbas Passarinho, além de um fiel
escudeiro de todos os ditadores
militares, foi também um mentor e
conspirador de primeira ordem."**

Com o fim das ditaduras fundadas na ideologia da segurança nacional e a conseqüente redemocratização da América Latina, um grande número dos golpistas de ontem, assim como seus apoiadores, passou a escrever sobre os regimes autoritários, justificando-os como necessários naquelas circunstâncias históricas. Hoje, paradoxalmente, se auto intituam de democratas (*sic*) e procuram desvencilhar-se dos crimes de tortura, assassinato e violação às liberdades individuais cometidos por seus regimes, afirmando jamais terem lançado mão de mecanismos autoritários nos cargos e funções ocupados. É o que diz Jarbas Passarinho, inúmeras vezes, ao longo de seu livro de memórias.

Um híbrido fértil começa com o lamentável prefácio de Antonio Paim, filósofo e escritor, que conceitua o golpe de 1964 como revolução, e afirma que esta não foi ainda devidamente balanceada. Esquece Paim que o terror estatal da época abriu caminho para a im-

posição das políticas neoliberais e que os mortos já foram contados, sendo os números assustadores.

O terror praticado pelos Estados de segurança nacional, entre eles o Brasil, é parte integrante da luta de classes, já que o objetivo específico era o de derrotar, quando não eliminar, os trabalhadores organizados e os movimentos sociais que tentavam modificar as relações de propriedade e de distribuição de riqueza. Igualmente as instituições políticas, sociais e representativas existentes no Estado populista foram atingidas pelo terror, havendo uma perseguição maior aos movimentos que buscavam a reestruturação da sociedade segundo critérios mais justos e equitativos. Portanto, o fim último deste terror foi a manutenção da acumulação capitalista.¹

Sem escrúpulos

Jarbas Passarinho, além de um fiel escudeiro de todos os ditadores militares, foi também um mentor e conspirador de primeira or-

dem. Embora se diga contrário ao autoritarismo e à prática da tortura, em nenhum momento fez sequer uma denúncia pública contra os métodos utilizados por seus chefes, e tampouco renunciou a cargos por discordar de tais atitudes. Pelo contrário, quando o general-presidente Arthur da Costa e Silva se reuniu com alguns ministros e assessores ligados à área de segurança para discutir a situação do país, no dia 13 de dezembro de 1968, resultando na edição do famigerado Ato Institucional nº 5 (AI-5), Passarinho assim se pronunciou sobre o momento vivido: *A mim me repugna, senhor presidente, enveredar pelo caminho da ditadura, mas já que não há como evitá-la, às favas os escrúpulos de consciência.*²

Mesmo sob o governo Médici, quando a violação aos direitos humanos se intensificou, Passarinho afirma que a contenção da escalada revolucionária exigia métodos mais duros. Amigo íntimo do general-presidente e com penetração nos serviços de inteligência, sabia de tudo o que se passava nos porões dos órgãos de repressão. Ele não foi omissos mas apoiou, como integrante do governo - era ministro da Educação e da Cultura -, a política de repressão. Ao afirmar que seu general-presidente nunca utilizara o AI-5 para cassar alguém, tem toda a razão, pois a repressão estatal se encarregava da eliminação física de seus oponentes.

No campo político, Jarbas acusa sistematicamente as esquerdas em geral, e o Partido Comunista em particular, de estarem impregnados da ideologia marxista-leninista. Daí a obsessão em ver agentes de Moscou por todos os lados, e apoiar e realizar uma verdadeira caça às bruxas. Cabe lembrar que as práticas antidemocráticas de Passarinho vem de longe, quando, por exemplo, conspirou contra Getúlio Vargas em 1954, apoiou a rebelião militar que tentou derrubar o man-

datário recém-eleito Juscelino Kubitschek em 1955, e aplaudiu em 1961 a criação casuística do parlamentarismo para esvaziar as funções do então presidente da República João Goulart. Identificado com o ideário golpista que caracterizava o partido da União Democrática Nacional (UDN), cujo articulador maior fora Carlos Lacerda, Passarinho passou a criticar a Igreja Católica que se identificava com a Teologia da Libertação, a apoiar a ação de governadores contra operários que estavam em greve reivindicando reposição salarial, a usar o decreto-lei nº 477/69 que suspendia o estudante por três anos, impedindo-o de matricular-se em qualquer universidade ou faculdade isolada³, a defender os interesses norte-americanos como o acordo MEC/USAID, e a pedir a cobrança de mensalidades no ensino superior.

Doutrinário

Diz-se frustrado quando "Governos recentes eliminaram do currículo a disciplina que havíamos criado em 1969, também como prática educativa (*sic*), de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, bem assim de Estudos de Problemas Brasileiros".⁴ Na realidade, o decreto-lei nº 869/69, que cria a obrigatoriedade desta disciplina, que no ensino superior será chamada de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB), funcionou na época como um dos muitos instrumentos a veicular as idéias da Escola Superior de Guerra (ESG), que tinham seu desfecho prático na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Bastava ver os programas de EPB que tratavam essencialmente dos *objetivos nacionais, poder nacional, segurança nacional e estratégia nacional*, princípios conceituais da ESG que, por sua vez, os importara das escolas militares norte-americanas. Ademais, a junta militar que se arvorara no poder, impedin-

Ao afirmar que seu general-presidente nunca utilizara o AI-5 para cassar alguém, tem toda a razão, pois a repressão estatal se encarregava da eliminação física de seus oponentes.

1. PETRAS, J. *Estado y régimen en Latinoamérica*. Madrid: Editorial Revolución, 1987, p. 31-33.

2. PASSARINHO, J. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 332.

3. Passarinho, ao referir-se ao decreto-lei 477, "disse-o legislação draconiana, muito mais severo que os regulamentos disciplinares das Forças Armadas, cujas raízes rigorosas provinham do drástico elenco do código medieval do Conde de Lippe. Acentuei que, diferentemente das transgressões, não havia gradação da pena, além do perigo de injustiça inerente a qualquer solução de força". *Idem*, p. 369. Mesmo assim, foi aplicado por ele. Jacta-se Jarbas de, nos quatro anos e três meses em que esteve como ministro da Educação e Cultura, utilizar o famigerado decreto-lei 39 vezes contra 106 absolvições. Ao quantificar as aplicações, tem um saldo favorável à sua "formação democrática" (*sic*).

4. *Ibidem*, p. 407-408.

"Na verdade, o trabalho é muito mais uma tentativa de realizar uma catarse de um passado comprometedor, cujas conseqüências estamos vivendo hoje. Perde, portanto, Jarbas Passarinho a oportunidade de contar o que sabe e propositadamente ocultou."

do que o vice-presidente Pedro Aleixo assumisse, como prescrevia a constituição, por certo não criaria o ensino obrigatório desta disciplina para democratizar a universidade, mas sim para doutriná-la, já que por ela passava um segmento do pensamento de esquerda no Brasil.

Inclusive, o espírito do decreto-lei 869 se coaduna muito bem com o discurso de outros ditadores militares de segurança nacional do continente, como o de Pinochet no Chile, por exemplo. Nas letras a e b do artigo 2º do referido decreto-lei, aparecem expressões tais como, *defesa do princípio democrático, preservação do espírito religioso, dignidade da pessoa humana, amor à liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus, fortalecimento e projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade*. São todos conceitos largamente usados contra o comunismo internacional, alegando que a presença do mesmo seria o aniquilamento de toda esta axiologia.⁵

Homenageado pela ditadura

Jarbas também se orgulha de haver recebido vários títulos de *Doutor Honoris Causa* das universidades brasileiras, inclusive dando realce a isto na parte iconográfica do livro. No entanto, cabe lembrar que os reitores de então eram indicados pelo general-presidente, e a composição dos conselhos universitários que votava a honraria estava impregnada de um extremo conservadorismo. Chegou-se ao exagero de se ter militares nomeados para a função de reitor, como o ocorrido na Universidade de Brasília, com o capitão-de-mar-e-guerra da reserva José Carlos de Azevedo. Obviamente que isto não se dava em face de suas qualidades acadêmicas. Ademais, não podemos esquecer que os serviços de inteligência estavam oficialmente

instalados dentro das universidades e controlavam todas as ações políticas das mesmas. Portanto, receber um título *Doutor Honoris Causa* nestas circunstâncias não enobrece a ninguém.

No campo econômico, embora o autor não tenha ocupado cargos relevantes, apoiou integralmente uma política de dependência ao capitalismo internacional, quer aprovando politicamente as leis que defendiam a acumulação dos países ricos, quer fazendo acordos e convênios duvidosos. Convidado pelo Departamento de Estado a passar 90 dias nos Estados Unidos, aceitou o convite, apenas reduzindo-o para 30. Aproveitou este tempo para encantar-se com o estado imperial e escrever um pequeno livro⁶, sendo posteriormente defensor da política externa norte-americana. Segundo o próprio Jarbas, o inspirador do convite fora Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil na época do golpe de 64 e um dos grandes articuladores do mesmo.

Depois de uma vida dedicada ao preparo profissional nas Forças Armadas, à ditadura militar e aos regimes autoritários, o coronel Jarbas Passarinho escreve o seu livro de memórias e procura justificar algumas de suas atitudes, se distancia da tortura praticada pelos órgãos de segurança, tenta explicar o porquê da longevidade do autoritarismo, e nada acrescenta à história deste regime ditatorial brasileiro (1964-85). Na verdade, o trabalho é muito mais uma tentativa de realizar uma catarse de um passado comprometedor, cujas conseqüências estamos vivendo hoje. Perde, portanto, Jarbas Passarinho a oportunidade de contar o que sabe e propositadamente ocultou. E aí sim poderia prestar um serviço à historiografia brasileira, sobre a longa noite de terror, cujas famílias ainda hoje reclamam seus mortos. Um híbrido fértil caracteriza-se por muita hibridiz e pouca fertilidade.

5. BRASIL. Decreto-lei n. 869 de 12 de setembro de 1969. Estabelece o uso obrigatório da disciplina de Educação Moral e Cívica no primeiro grau, a qual se chamará Estudos de Problemas Brasileiros no ensino superior.

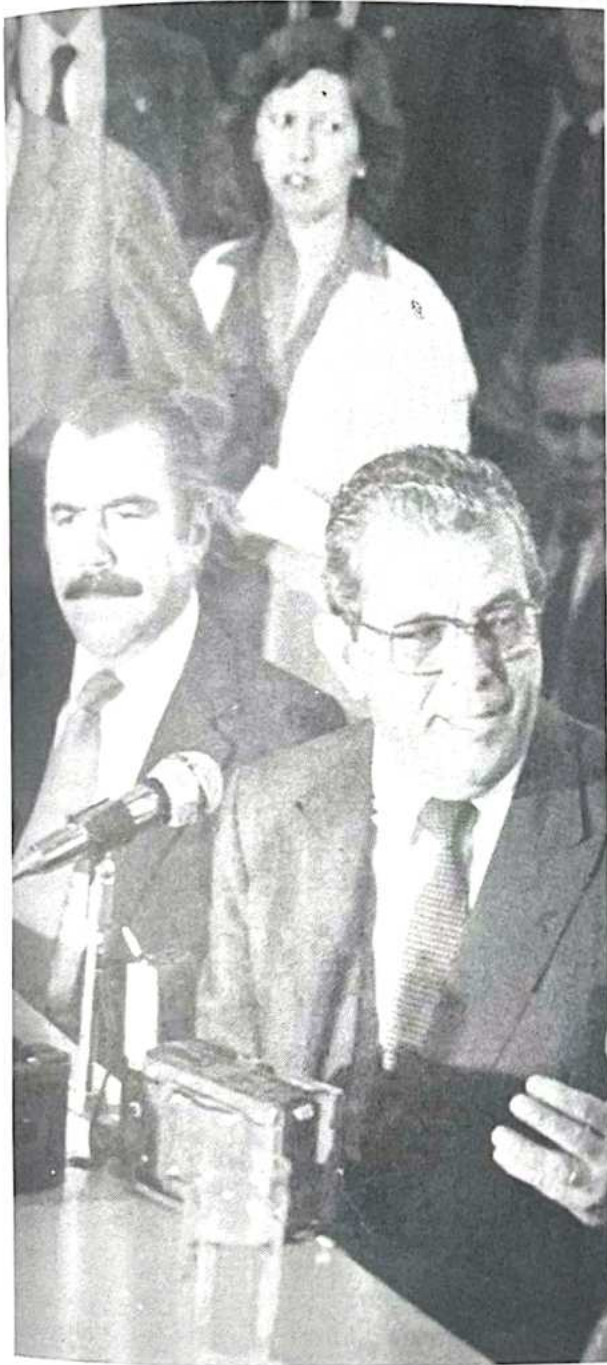
6. *Roteiro de Viagem*. Editora Monumento, 1966.

7. Bisol afirma que "(...) No Senado, Jarbas Passarinho é o talento, a palavra, a convivência, a persuasão, a personalidade e a simpatia (...)", enquanto que Suplicy diz que "Ele é um exemplo de como uma pessoa do Executivo deve tratar o Parlamento (...)".

Como governador nomeado do Pará por Castello Branco, ministro do Trabalho e da Previdência Social de Costa e Silva, ministro da Educação e Cultura de Médici, ministro da Previdência e Assistência Social de Figueiredo e ministro da Justiça de Collor, Jarbas poderia ter prestado um grande depoimento à nação. Não perdeu a oportunidade porque assim pensa e porque é um homem consciente de sua tarefa histórica na defesa da classe dominante. Afinal, os fatos estão sendo narrados e interpretados pelos vencedores. É preciso dizê-lo, para que

ninguém se iluda com este discurso dito democrático.

A lamentar, na contracapa do livro, os elogios de José Paulo Bisol e Eduardo Suplicy àquele que foi um conspirador de primeira ordem, não contra um governo revolucionário de esquerda, mas sim a favor de uma democracia representativa burguesa.⁷ Que Tancredo Neves, Marco Maciel e Mário Covas o façam é compreensível, porém Bisol e Suplicy não. Coisas da nova esquerda que, em nome da governabilidade, acaricia o chicote que lhe pega.



Posse de Jarbas Passarinho no Ministério da Previdência e Assistência Social, no lugar de Hélio Beltrão, em nov. 1993.

"Geografia da fome": a obra que continua atual

Ewerton Vieira Machado

Professor no Departamento de Geociências/UFSC, doutorando em Geografia Humana na USP

Há 50 anos, exatamente em 25 de setembro de 1946, o médico-geógrafo Josué de Castro lançou o livro a "Geografia da Fome" como resultado de exaustivos e meticulosos estudos realizados na década anterior.

O livro produziu impacto não somente no Brasil, mas em vários países do mundo, pela forma como a questão da fome foi seriamente discutida e apresentada. O interesse internacional trouxe à baila o desvelar de realidade sócio econômica em problema tão antigo quanto o significado da própria existência humana. Daí a relevância desta obra que foi traduzida para mais de vinte e cinco idiomas, em edições sucessivas.

As máscaras da fome na obra de José de Castro tinham caído e, conforme seus argumentos cientificamente demonstrados, esse problema estrutural em diversas escalas do planeta não poderia continuar sendo explicado apenas como decorrência da "ação da natureza". O autor mostra como esse fenômeno é também, e principalmente, uma forma social produzida por sistemas políticos e econômicos que engendram relações e "estabelecem territórios" para reprodução de interesses.

Ao longo da trajetória da humanidade, as estruturas e regimes políticos produziram em diversos lugares do mundo a fome de milhões de pessoas, levando a maioria dos casos à morte.

Nem as riquezas geradas em diversos períodos históricos foram capazes de alterar as incidências das causas e efeitos da fome. Pelo contrário, sempre permitiram que maneiras de acumulação se realizassem, ampliando crescentemente desequilíbrios e desigualdades sócio-culturais.

O estigma da fome que caminha em todos os tempos não poupou raça, idade, sexo, religião ou ideologia e, mesmo com os avanços do meio técnico-científico atuando como mola propulsora de modernidades para populações, não imacula nações desse flagelo.

A verdadeira causa da fome

A escassez mundial de alimentos não é a única causadora da fome entre os homens. É do conhecimento geral que esse fator se revela como o principal responsável; porém, as atuações políticas da sociedade têm mostrado em todos os setores (notadamente educação,

saúde, habitação, trabalho, lazer, etc.) "incapacidade" (ou deliberação) para solucionar problemas que desencadeiam a miséria humana.

Se a fome incomoda governos, fere suscetibilidades patrióticas, é porque há descompromissos coletivos em erradicá-la. O tema sempre foi tratado pela maioria como um tabu, algo escabroso, que fere imagens de pessoas e lugares.

O preconceito e falso moralismo encontram na **Geografia da Fome** seu adversário nas análises de fatos e fatores desencadeadores das misérias sociais. Josué de Castro nos diz que "foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social - a revolução russa - nas quais pereceram 17 milhões de criaturas, dos quais 12 milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse de seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo". (Cf. prefácio do autor, edição 1980:31).

Diante dessas circunstâncias, o grande cientista social pernambucano, quando dirigiu a FAO fez a seguinte colocação, em um congresso internacional daquela instituição: **"enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da outra metade que não come"**.

Na atualidade, em que tentáculos da globalização perversa se afirmam por todo mundo, os eternos ensinamentos de Josué de Castro ainda nos dizem, cotidianamente, que os problemas da fome só foram e/ou continuam remediados.

Aparente contradição

É verdade que nesses 50 anos, a velocidade das transformações mediadas tecnologicamente esculpiu mudanças substanciais. Porém, no extrato da base social das nações, ainda persistem várias regiões com índices absolutos de miséria.



Retirantes da seca de 1877 (Desenho especial de Percy Lau, baseado numa gravura original da época)

No Brasil, uma das maiores áreas territoriais do globo, a modernidade alterou consideravelmente paisagens, difundindo processos ditos desenvolvimentistas e colocando o nosso país entre as "dez mais ricas" nações do mundo contemporâneo. No entanto, o significado dessa condição não é o que a realidade está a mostrar nas diversas plagas. A aparente democracia que se vivencia ainda não chegou, efetivamente, aos lugares tradicionais de fome e miséria, entre os povos indígenas, nordestinos (inclusive no vale do Jequitinhonha), centros metropolitanos e até mesmo em áreas do "sul maravilha", onde a agricultura, por algumas décadas, vem revolucionando aparentemente a qualidade de vida local. Conforme dados do Banco Mundial publicados pela imprensa em geral, o país tem hoje a pior distribuição de renda.

Portanto, é hora de se rever as idéias de Josué de Castro e, a partir delas, não somente homenageá-lo nesse cinquentenário de sua **Geografia da Fome** mas, sobretudo, repensarmos nossas compreensões acerca de muitos "porquês" no "subde-

"Se a fome incomoda governos, fere suscetibilidades patrióticas, é porque há descompromissos coletivos em erradicá-la."

envolvimento" de pessoas e lugares.

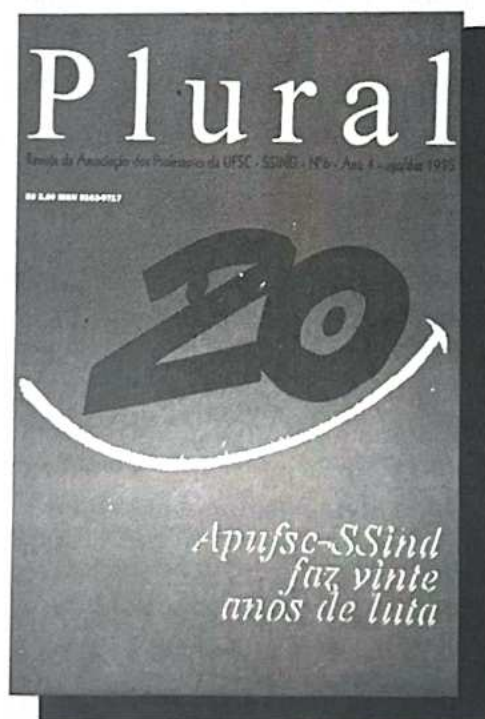
Josué de Castro nasceu em Recife (1908) e faleceu em Paris (1973), no exílio a que fora condenado pelo regime militar brasileiro da década de 60. O seu nome está entre grandes pensadores sociais preocupados com o desenvolvimento humano integral e a qualidade de vida, notadamente nas regiões tropicais.

Como médico, cientista social e professor universitário de Geografia Humana, a obra de Josué de Castro é composta em mais de duas dezenas de títulos, voltados para várias áreas dos conhecimen-

tos sociais, destacando-se: "O Problema Alimentar no Brasil" (1933); "Documentário do Nordeste" (1937); "A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana" (1937); "Geografia da Fome" (1946); "Geografia da Fome" (1951); "O Livro Negro da Fome" (1957); "Estudos de Geografia Humana" (1957); "Sete Palcos de Terra e um Caixão" (1957); "Homens e Caranguejos" (1967); "A Explosão Demográfica e a Fome" (1968) e "A Estratégia de Desenvolvimento" (1971).

Está aqui, portanto, um bom caminho de (re)leituras do Brasil e do mundo na contemporaneidade.

Carta do Leitor



Edição retrospectiva

Foi um grande prazer ler a Revista Plural, edição n. 6. Uma Associação Docente com o passado da Apufsc merece registrar sua história com os detalhes e com a precisão conseguida pela revista. Imagino, como profissional de imprensa, a dificuldade que vocês tiveram para reunir antigos dirigentes e material fotográfico. Valeu a pena o esforço. Parabéns à toda diretoria da APUFSC e aos profissionais envolvidos na elaboração da revista.

Marco Cripa
Editor da Revista da
ADUSP

Aos colaboradores

Normas para o envio de artigos

1. Os textos devem conter, no máximo, dez laudas. Um texto ideal seria de 5 ou 6.
2. Na preparação dos trabalhos a serem enviados para a Revista, o Conselho Editorial recomenda que:
 - 2.1. Se evite vocabulário especializado, glossários e frases com mais de 4 linhas;
 - 2.2. Se evite títulos e sub-títulos acadêmicos como "Introdução", "Método de trabalho" e "Considerações finais", contudo sugere-se o uso de intertítulos sobre o conteúdo a ser desenvolvido a cada 30 linhas de textos aproximadamente;
 - 2.3. Se produza textos com conteúdos atualizados e informativos, evitando a produção de textos herméticos, "empolados", desinteressantes, com informações já conhecidas, chavões político-partidários, etc.
 - 2.4. Título e conteúdo sejam compatíveis, em que as expectativas geradas sejam efetivamente realizadas ao longo do texto.
3. O Conselho Editorial dará preferência a textos produzidos especificamente para a revista. Deve-se evitar a simples reprodução de palestras, monografias, etc. Quando o autor julgar relevante a publicação desse material, deverá adaptá-lo seguindo as normas de publicação.
4. As referências bibliográficas devem ser citadas de acordo com as normas da ABNT (por exemplo, usar como modelo a revista "Ciência Hoje").
5. Os artigos deverão ser encaminhados em disquetes, acompanhados de três cópias, com parágrafo duplo, no idioma português ou espanhol. Eles devem ser digitados nos programas Winword 2.0 (ou 6.0) for Windows ou nos programas Word 4.0, 5.0.
6. Os textos deverão conter uma abertura ("lead"), abordando as principais idéias do texto contendo, no máximo, 10 linhas (aproximadamente 80 palavras), acompanhada de uma breve descrição do autor (onde trabalha, o que faz atualmente, endereço para contatos, etc). Tais informações deverão ser escritas em duas línguas: português - inglês ou português-francês.
7. Recomenda-se que as ilustrações necessárias para os textos sejam providenciadas pelos autores, que deverão também sublinhar frases ou trechos que julgam ser convenientes para serem destacados em negrito dentro do artigo.
8. A devolução dos artigos revisados, juntamente com a cópia corrigida pelo revisor, deverá ocorrer no prazo máximo de uma semana.

Seções de Plural

Resenhas críticas: serão aceitas resenhas críticas de livros, artigos, periódicos e teses com informação completa de fonte resenhada. Tais resenhas deverão conter, no máximo 70 linhas (aproximadamente 2 laudas).

Cartas do Leitor: serão aceitas, desde que estejam adequadas e eticamente redigidas. Deverão conter no máximo, 30 linhas.

Fotos e Ilustrações: serão aceitas fotos e materiais de ilustração (bico de pena, desenhos, ilustrações, charges, etc) que poderão ser aproveitados para matérias específicas. Todo o material será recebido em arte final. Fotos e ilustrações deverão se ater ao tamanho máximo da Revista, acompanhadas de informações sobre o autor.

Contos, Poemas e Poesias: serão aceitos desde que aprovados pelo Conselho Editorial.

Indicador de Leitura: sugestões de livros e revistas recentemente lançados no mercado editorial e que tenham relação com a linha editorial da revista e com as atividades propostas e desenvolvidas no Sindicato.

Professor-repórter: curtos relatos de experiências vivenciadas em outras instituições acadêmicas, tanto nacionais como do exterior, relacionadas à sobrevivência e vida acadêmica desenvolvidas nestes locais.

Intercâmbio Universitário: trocas de informações, experiências e outros aspectos relacionados às atividades da comunidade acadêmica, particularmente aspectos polêmicos (por exemplo, experiências com avaliação docente, papel das diferentes CPPDs, etc.).

PLURAL é distribuída gratuitamente para:

- todos os associados da Apufsc/SSIND
- todos os sindicatos do Estado de Santa Catarina
- todas as Universidades Federais Brasileiras
- todas as Universidades Federais do Estado de Santa Catarina
- os deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
- os vereadores da Câmara Municipal da Cidade de Florianópolis

A Comissão Editorial

Plural / APUFSC / SSIND. - 1, n. 1
(jul. / dez. 1991) - . -
Florianópolis: APUFSC / SSIND, 1991
- v.; 30 cm.

Semestral.
INSS 0103-9717.

I. Associação dos Professores da
Universidade Federal de Santa
Catarina

Desejo fazer uma assinatura da Revista Plural por

() um ano ou duas edições () dois anos ou quatro edições

Nome _____

Endereço _____ apto. _____

CEP _____ Bairro _____ Cidade _____ Estado _____

Local e Data _____

Assinatura _____

Valor de assinatura; um ano (duas edições): R\$ 20,00; dois anos (4 edições): R\$ 40,00
Sob pedido sócios da APUFSC-SSind receberão a revista gratuitamente

AGNUS

INDÚSTRIA & EDITORA GRÁFICA LTDA.

Fone/Fax (048) 246-5335